

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE

THIAGO LUIZ BOHATCH

OS ARROIOS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
DE PONTA GROSSA – PR (1900 - 1950)

PONTA GROSSA

2017

THIAGO LUIZ BOHATCH

OS ARROIOS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
DE PONTA GROSSA – PR (1900 - 1950)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: História, Cultura & Identidades. Linha de Pesquisa: Discursos, representações: produção de sentidos).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho

PONTA GROSSA

2017

B676 Bohatch, Thiago Luiz
Os arroios no processo de urbanização de Ponta Grossa - PR (1900-1950) /
Thiago Luiz Bohatch. Ponta Grossa, 2017.
118 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Izabel de Carvalho.

1. Arroios. 2. Urbanização. 3. Memória. 4. História ambiental. I. Carvalho, Alessandra Izabel de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 911



TERMO DE APROVAÇÃO

THIAGO LUIZ BOHATCH

OS ARROIOS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PONTA GROSSA (1900- 1950).

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 08 de fevereiro de 2017, pela seguinte banca examinadora.

Prof.^a. Dr.^a. ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO (UEPG)
(Orientadora)

Prof. Dr. GILMAR ARRUDA (UEL)

Prof. Dr. ROBSON LAVERDI (UEPG)

Ponta Grossa, 08 de fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe Sandra Bohatch, que me apoiou nos momentos de dificuldade que tive ao longo desse percurso.

A Alessandra Izabel de Carvalho, por aceitar o desafio de orientar um geógrafo, apesar da diferença das áreas de estudo; por ser paciente em suas orientações, trabalhando com calma e sabedoria; e por acreditar num trabalho que possibilita a abertura de novos caminhos para a historiografia.

A Robson Laverdi, por aceitar ser meu co-orientador, dando conselhos que foram bem aproveitados ao longo da dissertação.

A Gilmar Arruda, por aceitar participar da minha banca e pelos importantes apontamentos que fez não exame de Qualificação.

A Bárbara de Carvalho Macedo, por ter me apoiado a fazer mestrado num momento de dificuldade e crise.

A Juliane Roberta Santos Moreira, por me ajudar a montar o projeto, indicando referências e dando apoio.

A Barbara Nagae, por me ajudar no entendimento das aulas e em vários momentos de dificuldade.

Aos diversos colegas do mestrado, que a todo momento, contribuíram para meu crescimento intelectual.

A todos que não citei mas que de alguma forma, me ajudaram a concluir essa dissertação, direta ou indiretamente.

“A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela que esquecer”
Peter Burke

RESUMO

No início do século XX, Ponta Grossa começou a crescer e a destacar-se como uma das cidades mais importantes do interior do Paraná. O desenvolvimento exigia muita água para suprir a demanda tanto da população ascendente quanto dos novos empreendimentos. Embora a cidade fosse servida por diversos arroios, sua capacidade de fornecer água era baixa. Poços e chafarizes não eram o suficiente, sendo obrigatória a busca por rios de maior volume d'água para construção de um sistema de abastecimento e esgoto. Durante todo o processo, da busca até a distribuição, o primeiro jornal da cidade, "O Progresso", encarregava-se de informar a população sobre os trâmites legais, decisões da prefeitura, reclamações dos moradores, entre outras notícias da região. Para regradar a população, era preciso um Código de Posturas, o qual buscava impor certas normas necessárias para o convívio urbano e sobretudo, em tempos de expansão, evitar a proliferação de doenças. Contudo, os arroios sofreram os impactos da modernização, passaram a ser cada vez mais poluídos e vistos como carregadores de doenças. Seus cursos começaram então a ser canalizados com o intuito de mitigar o problema e levar o esgoto para longe da cidade. Para esta pesquisa, alguns moradores que viviam próximo aos arroios até a década de 1950 cederam entrevistas contando como era o ambiente durante a sua infância e juventude, suas lembranças sobre esses cursos d'água e como avaliam as transformações da paisagem urbana de lá para cá.

Palavra-chave: Arroios, urbanização, memória, história ambiental.

ABSTRACT

In the early 20th century, Ponta Grossa began to grow and stand out as one of the most important cities in the inland of Paraná. Development required a lot of water to supply the demand of both the rising population and the new ventures. Although the city was served by several streams, its capacity to provide water was low. Wells and fountains were not enough, being mandatory the search for rivers of greater volume of water for the construction of a system of supply and sewage. Throughout the process, from the search to the distribution, the city's first newspaper, "O Progresso", was in charge of informing the population about legal procedures, city hall decisions, residents' complaints, among other news in the region. To regulate the population, it was necessary a Code of Postures, which sought to impose certain norms necessary for the urban conviviality and above all, in times of expansion, to avoid the proliferation of diseases. However, the streams suffered the impacts of modernization, became increasingly polluted and seen as carriers of disease. Their courses then began to be channeled in order to mitigate the problem and take the sewage away from the city. For this research, some residents who lived near the streams until the 1950s gave interviews by telling how the environment was during their childhood and youth, their memories about these watercourses and how they evaluate the transformations of the urban landscape from here to here.

Keywords: streams, urbanization, memory, environmental history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da igreja matriz.	20
Figura 3: Nascente do Arroio Pilão de Pedra.	23
Figura 4: Fonte para coleta de água.	24
Figura 5: Fonte coletora de água.	24
Figura 6: Pessoas coletando água.	25
Figura 7: Fonte no meio do Largo do Rosário.	25
Figura 8: Fonte ao lado do Largo do Rosário.	26
Figura 9: Aguadeiros.	27
Figura 10: Fontes de água.	28
Figura 11: Rio Mandioca.	31
Figura 12: Rio Cascavel.	31
Figura 13: Instalação da tubulação de coleta de água.	34
Figura 14: Construção da tubulação de coleta de água.	35
Figura 15: Instalação da rede de água na cidade.	35
Figura 16: Terreno para construção da caixa d'água.	36
Figura 17: Localização da caixa d'água.	37
Figura 18: Planta de Ponta Grossa escala 1:7000 de 1920.	40
Figura 19: Perímetro urbano e arroios em 1920.	41
Figura 20: Canalização do arroio Pilão de Pedra.	45
Figura 21: Terreno baldio do antigo Cine Império.	46
Figura 22: Localização da canalização do Arroio Pilão de Pedra.	46
Figura 23: Canalização do Rio Corrientes.	47
Figura 24: Obras de canalização no Rio Corrientes.	48
Figura 25: Barragem do Botuquara.	49
Figura 26: Caixa d'água centro 1939.	49
Figura 27: Perímetro urbano de Ponta Grossa entre 1920 e 1940.	50

Figura 28: Arroio não identificado.....	52
Figura 29: Arroio Pilão de Pedra na rua Cel. Catão Monclaro, Centro.....	52
Figura 30: Bueiro rua Catão Monclaro, Centro.....	53
Figura 31: Bueiro rua Curitiba, Olarias.	53
Figura 32: Fonte do Largo da Ordem.....	67
Figura 33: Carta de Ponta Grossa.....	86
Figura 34: Localização da cada de Jacy em relação ao arroio.....	92
Figura 35: Localização da cada de Anasthazia em relação ao arroio.	92
Figura 36: Localização da cada de Luiz em relação ao arroio.....	93
Figura 37: Caminho do Arroio Pilão de Pedra.	94
Figura 38: Localização do Arroio de Olarias.	96
Figura 39: Localização da cada de Wanderley em relação ao arroio.....	106

TABELAS

Tabela 1: Configuração populacional e urbana do Brasil.....	76
Tabela 2: Criação de loteamentos.....	85
Tabela 3: Saneamento no Brasil.....	111

GRÁFICOS

Gráfico 1: Rede de Esgoto	110
---------------------------------	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - PONTA GROSSA: DE CIDADE PROVINCIANA AOS MOLDES DA MODERNIZAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	19
1.1 – ÁGUA DAS FONTES, FONTES DE ÁGUA: O ABASTECIMENTO POR CHAFARIZES.21	
1.1.1 – AS ÁGUAS LONGÍNQUAS QUE NOS HIDRATAM: A INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO NA CIDADE	29
1.2 – CRESCER E EXPANDIR: AS DIFICULDADES PÓS IMPLANTAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PONTA GROSSA.....	40
CAPÍTULO 2 - ORDENAR PARA PROGREDIR	55
2.1 – A HIGIENIZAÇÃO COMO PARÂMETRO PARA O PROGRESSO NACIONAL	56
2.1.1 – O CÓDIGO DE POSTURAS E AS IMPOSIÇÕES DO URBANO	60
2.1.2 – AS POSTURAS E A HIGIENE DE CURITIBA.....	65
2.1.3 – O JORNAL E A HIGIENE EM PONTA GROSSA	70
2.2 – O PROGRESSO: DIREÇÃO AO FUTURO DE CIDADES ORDEIRAS.....	73
2.2.1 – O CRESCIMENTO DA CIDADE NA VISTA DA POPULAÇÃO	78
CAPÍTULO 3 - OLHARES DO PASSADO: OS ARROIOS NA LEMBRANÇA DE SEUS ANTIGO VIZINHOS.....	88
3.1 – ÁGUAS DO PASSADO, MEMÓRIAS NO PRESENTE	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
FONTES.....	113
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

Ao observar a cidade de Ponta Grossa de um de seus pontos mais altos, é impressionante imaginar como a urbanização transforma o espaço. As árvores dão lugar à edifícios de concreto e ferro, enquanto os campos são ocupados com asfalto para o trânsito de veículos.

E se este fosse um dos locais mais importantes desta cidade há pouco mais de 100 anos, de onde ocorria distribuição de água para uma população ainda em crescimento, esta que necessitava buscar o líquido todo dia em bicas para realizar os afazeres diários? O reservatório de distribuição (nosso ponto de observação), ainda em funcionamento, virou apenas mais uma estrutura urbana que muitas pessoas passam ao lado, todos os dias, mas não têm a menor ciência do quão importante ela foi e é para Ponta Grossa.

Caminhando pela praça no centro da cidade, onde ainda existe um chafariz, onde as crianças brincam no parquinho, as pessoas estudam no colégio em frente, vão às missas na igreja próxima ou trabalham no comércio ao redor, é visível que esta praça e seu chafariz tornaram-se apenas mais um elemento da paisagem urbana, parte do cotidiano dos munícipes. Pouco mais de um século atrás, no entanto, pessoas percorriam o lugar carregando seus baldes para coletar água nessa fonte, hoje reformada. Ao lado, vemos agora um terreno baldio com o mato tomando conta, e no canto, saindo do subsolo, uma pequena área alagada, de onde flui o arroio¹ que abastecia aquele chafariz. A água que saciou a cede dos avós ou bisavós de muitos pontagrossenses e viajantes que por aqui passaram, hoje é apenas um “esgoto”, nas palavras de muitas pessoas. O despejo de dejetos em suas águas redefine sua função social, transformando sua essência em “água suja”.

Essa é uma dubiedade da nossa relação com a água. Desde as origens dos primeiros assentamentos humanos, a proximidade com rios, lagos, mares

¹ Bortoloto (2009) define os arroios como cursos de água ou riachos que possuem uma vegetação em suas margens, além de possuírem uma planície de inundação. Quando verificamos o significado no dicionário Priberam da Língua Portuguesa, arroio é definido por ser uma pequena corrente de água, podendo ou não ser permanente. Guerra (1993) nos define o arroio sendo uma denominação utilizada com maior frequência no sul do Brasil para definir pequenos rios.

e outros cursos d'água foi essencial para o desenvolvimento e sedentarismo da nossa espécie, por prover capacidade de alimentação, cultivo e navegação. Ao longo da história, várias sociedades utilizaram técnicas variadas para aproveitar a água em seu benefício. Na África e Oriente Médio, civilizações surgiram nas margens de importantes rios. Os egípcios com o Rio Nilo, os mesopotâmicos entre os rios Tigre e Eufrates, os palestinos com o Rio Jordão, todos utilizando seus respectivos cursos d'água para irrigação e alimentação da população. A China utilizava suas águas para construir barragens e irrigavam as plantações. A água também era considerada sagrada por povos como os gregos, romanos, hindus, judeus, islâmicos, e também para os ameríndios, cada um com suas formas de purificação e ritos místicos.

Já no período da Idade Média na Europa, por exemplo, a construção de barragens, portos, eclusas e outros mecanismos facilitaram a prática da navegação, já muito utilizada. Embora as águas estivessem sendo exploradas para transporte e comércio, dentro das cidades eram extremamente poluídas. A higiene era praticamente nula, pois “a falta de difusão dos conhecimentos de saneamento levou os povos a um retrocesso, originando o pouco uso da água durante a Idade Média, quando o consumo *per capita* de certas cidades europeias chegou a 1 L por habitante por dia” (GUIMARÃES *et al*, 2007, p.4).

Em termos mais amplos, é interessante perceber que no século XIX, muitas pessoas ainda acreditavam que o mundo havia sido criado há meia dúzia de milhares de anos. Mas no século anterior a ciência natural já havia começado a questionar essa periodização, pois pesquisas nos campos da geologia, biologia, zoologia foram avançando e dando uma nova ideia de tempo. Muitos cientistas como

Charles Lyell, Alfred Russel Wallace e Charles Darwin (entre vários outros), estudando as paisagens e as formas antigas e atuais de vida, inferiram processos (formação de rochas, gênese das montanhas, erosão, elevação dos níveis dos mares, eras glaciais, formação e extinção de espécies, etc.) que tornavam insuficiente o teto de seis mil anos, prescrito pelas zelosas autoridades religiosas e atacado pelas legiões de fiéis. (DRUMMOND, 1991, p. 178)

De toda forma, a partir do momento que as pesquisas científicas passaram a enxergar mais além do que a religião impôs por muito tempo, é fato que a inclusão de estudos geológicos e geográficos abriu um leque de

possibilidades, cooperando com a história ao ampliar a gama investigativa de diversos fenômenos. Desde então, o percurso tem sido longo, com avanços e retrocessos no entendimento das interações que envolvem pessoas e o mundo natural.

Embora as ciências naturais passassem a ter mais espaço nos círculos intelectuais, muitos pensadores consideravam que o ser humano não podia se misturar com, ou fazer parte da natureza, pois estavam em patamares discordantes. Afinal, aquela era vista como “um elemento de conquista e domínio” (CASTRO, 2003). A urbanização separou ainda mais os lados, pois com o aumento da aglomeração humana, mais recursos eram necessários para suprir a demanda da população. Dentre esses recursos, encontrava-se a água.

Como em muitas outras cidades pelo Brasil e pelo mundo, Ponta Grossa, no começo do século XX, tinha a necessidade de um abastecimento mais eficiente de água. Estudos foram realizados para buscar uma fonte com capacidade suficiente para abastecer a totalidade do urbano. Os arroios não tinham uma vazão tão elevada ou a captação não era possível devido à falta de tecnologia para tal. Ao encontrar dois rios capazes de efetuar a difícil tarefa, os esforços para trazer a água até a cidade não foram medidos. A obra foi executada com sucesso e o líquido passou a chegar nas torneiras dos cidadãos. Hoje em dia muitas pessoas não sabem de onde essa água realmente vem, apenas sabem que ela chega pelos canos e sai pelo ralo. Porém, o processo de saneamento da cidade no começo do século passado era inexistente, a preocupação mais importante era distribuir água para a população e ligar os canos de esgoto nos córregos, levando os dejetos para longe.

Esse marco ajudou na urbanização de Ponta Grossa, pois sendo uma das poucas cidades a ter um sistema de abastecimento no Brasil, a atração de moradores, indústrias e imigrantes fez com que ocorresse um desenvolvimento significativo, um progresso. O problema seria educar a população que, por anos vivendo numa forma de vida mais rústica, precisava se acostumar com novas regras impostas para evitar a proliferação de doenças e epidemias que chegam com o crescimento urbano. Muitas teorias foram propostas, dentre elas a eugenia, que dizia que o povo brasileiro era doente e atrasado e seria salvo

apenas através de uma mistura com uma raça diferente e trabalhadora: os imigrantes europeus. Essa teoria sustentou-se por muitas décadas e foi muito usada por diversas cidades do Brasil (MACIEL, 1999).

A dissertação aqui realizada advém da minha experiência trabalhando na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, no Departamento de Patrimônio, ao longo do ano de 2012, durante o estágio obrigatório para concluir minha graduação de Bacharel em Geografia. Durante todo o ano visitei inúmeras áreas de risco existentes na cidade, desde beira de arroios a áreas de desmoronamento. Entretanto, a relação das pessoas que viviam nessas áreas com o arroio me chamou a atenção: alguns moradores recebiam casas da companhia de habitação municipal e as vendiam para retornarem à beira dos arroios. Questionei-me como era essa relação do pontagrossense, não apenas com o arroio, mas com a água, e como a urbanização afetou a higienização da cidade no começo do século passado. Hoje, muitos arroios estão com suas margens ocupadas ou urbanizadas, ou estão enterrados ou canalizados. Para conseguir responder às perguntas que eu mesmo me colocava, logo percebi que precisava ampliar meu olhar de geógrafo – me aproximando do campo da história – para tentar entender de que forma a cidade conviveu com a questão da água, ou ainda, se e como os arroios, em particular, faziam (ou fazem) parte do cotidiano da população que morava nas proximidades.

As fontes utilizadas foram o jornal O Progresso/Diário dos Campos, o Código de Postura da cidade de 1915, fotos e imagens do começo do século XX. Para ilustrar as transformações ocorridas, realizei a confecção de mapas de acordo com informações obtidas através dos jornais e documentos encontrados na Casa da Memória de Ponta Grossa e da Sanepar.

A principal dificuldade do trabalho foi localizar as fontes primárias de Ponta Grossa. Visitas na 3ª Regional de Saúde do Paraná buscando informações não foram bem sucedidas, já que o órgão faz apenas análise das águas e as mesmas não remetem a mais que 10 anos atrás; a Prolar (Companhia de Habitação de Ponta Grossa), responsável pela realocação das pessoas em condição de risco, não possui dados tão antigos; o Departamento de Patrimônio tem informações apenas após os anos 2000, não tendo um histórico dos arroios da cidade; o Instituto Ambiental do Paraná também não tem informações dos arroios. Órgãos municipais como Secretaria de Meio

Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde e Agência Reguladora de Águas não possuem dados antigos, mesmo este último, ao ser questionado sobre antigas informações, diz que muitos documentos foram jogados fora e não existem mais.

Numa tentativa de encontrar documentos oficiais sobre a expansão de Ponta Grossa, visitei a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão na esperança de encontrar antigos mapeamentos da cidade, para saber como a expansão urbana relacionava-se com a questão dos rios e arroios. A resposta foi uma negativa, pois não possuíam nenhum documento relativo a isso, e novamente a afirmação que muitos documentos foram destruídos durante os anos de 1930. Incrédulo, visitei o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa. Embora seja um órgão relativamente novo, possui alguns croquis e mapas, mas apenas de terrenos específicos. Em visita ao Departamento de Urbanismo, consegui informações da criação de algumas vilas da cidade, mas todos anotados num caderno com data de criação e nome. Novamente, ao questionar sobre os mapeamentos do começo do século, a resposta foi a mesma: “não temos porque foram destruídos por volta de 1930”. Em outra tentativa de encontrar fontes sobre o processo de canalização dos arroios fui até a Secretaria Municipal de Obras Públicas. As pessoas que conversei me informaram que a prefeitura, desde as primeiras obras até hoje, em sua maioria, não documenta tais ações. Ou seja, as obras são realizadas, mas não existe um pedido formal documentado na maior parte das vezes, além de que muitas canalizações são “descobertas” quando ocorre um rompimento das mesmas, ou quando alguma nova obra que ocorre acima delas as danificam, há vazamento e é necessária uma manutenção.

Uma esperança seria a Câmara Municipal, mais especificamente verificando as atas da primeira metade do século XX. Ao realizar a pesquisa, notei que muitas atas simplesmente não existem. Nas que a Câmara possui, há citações de “processos” que são aprovados, mas não existe na própria ata uma especificação do que seria. Ao questionar sobre essa situação das atas não existentes e de tais “processos”, o responsável informou que não se sabe ao certo como as atas foram juntadas, nem de onde vieram ou quem as encontrou. Já os ditos “processos” não se tem ideia onde estão e nem se ainda existem. Novamente, ao questionar sobre todos estes documentos, a mesma

resposta: todos perdidos. Até mesmo algumas edições do jornal da década de 1920 desapareceram.

Infelizmente chego a concluir que boa parte da memória de Ponta Grossa se perdeu e, como diria uma frase de Emília Viotti da Costa, "um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado". As entrevistas também não foram fáceis de conseguir. A metodologia de abordagem utilizada para a realização delas deu-se através de uma conversa com os vizinhos que moravam nas proximidades dos arroios, identificando os moradores que residem ali partir da década de 1930. Infelizmente muitos se mudaram ou faleceram, o que dificultou a escolha dos interlocutores. Aos que aceitaram ceder entrevista, foram realizadas perguntas que remetem ao passado da pessoa, realizando uma gradativa reconstrução da memória do morador sobre o arroio. O objetivo com esta metodologia foi tentar traçar um mapa afetivo dessas pessoas em relação aos arroios, ou seja, o que lembram e como lembram.

A dissertação se estrutura a partir de três capítulos, sendo que o primeiro aborda o processo de abastecimento de água de Ponta Grossa; a relação dessa questão com o crescimento urbano e com os arroios; os problemas da contratação e implementação do sistema de abastecimento e esgoto na cidade como a distância dos rios que foram escolhidos para tal missão e todo o processo desde a construção até a captação e entrega do líquido.

O segundo capítulo trata do processo de higienização, retomando algumas ações tomadas por alguns governos para evitar que pestilências e epidemias fossem proliferadas; em escala estadual, a abordagem de Curitiba mostrando como a capital do estado lidava com o processo da higienização urbana; e a higienização de Ponta Grossa, passando pelo Código de Posturas, o qual regravava a população e com o foco de como o primeiro jornal da cidade dava para isso.

O terceiro capítulo aborda as entrevistas realizadas com moradores das proximidades de alguns arroios em Ponta Grossa, nas quais rememoram suas vivências junto a eles quando jovens, ou seja, antes do processo de canalização e poluição dos corpos d'água, suas lembranças e sentimentos em

relação ao lugar vivido, além de seus pensamentos diante as mudanças que ocorreram.

CAPÍTULO 1 - PONTA GROSSA: DE CIDADE PROVINCIANA AOS MOLDES DA MODERNIZAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

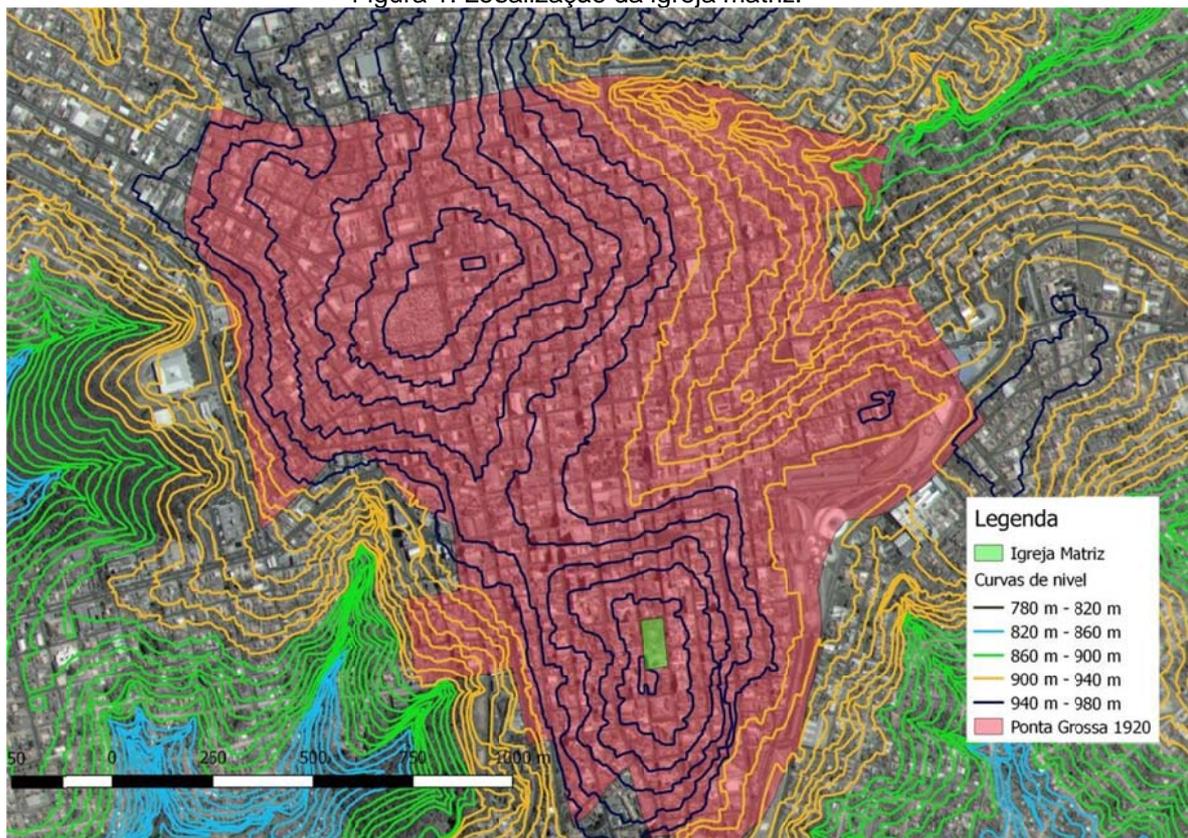
Ponta Grossa, elevada ao nível de cidade na segunda metade do século XIX, iniciava nesse período sua trajetória à independência legislativa. O Governo Provincial auxiliava de forma efetiva, especialmente em construções de estradas e pontes, incentivando o desenvolvimento local (CHAMA, 1988). Em 1864, Ponta Grossa é elevada ao patamar de cidade e cria-se uma câmara municipal e vereadores² (ibidem). No ano de 1876, tornava-se uma Sede de Comarca, desvinculando-se definitivamente de Castro. Com a chegada de colonos dois anos depois, iniciou-se um processo de expansão, pois eram necessários abrigos para os recém-chegados (ibidem, 1988). A separação de Castro deu iniciativa para outros territórios a desmembrarem-se por todo o Paraná Tradicional³, ampliando a criação de novos municípios (LÖWEN, 1990).

A distribuição espacial em Ponta Grossa era representada por casas mais nobres de políticos, fazendeiros, comerciantes e outros, circundando a igreja matriz e sua praça na parte mais elevada (Figura 1), enquanto as casas mais simples encontravam-se ao longo das declividades próximas (CHAMA, 1988). Esse modelo de crescimento em torno de uma praça central e uma igreja era comum em todo o Brasil, de onde, aos poucos, a cidade crescia e espalhava-se através de pequenas “vuelas, becos e ruas estreitas, ao lado de amplas praças e largos, espaços onde as pessoas definem seus trajetos pela cidade. As ruas são lugares de passagem, sem calçadas, infra-estrutura de esgoto e captação das águas da chuva” (CHAVES, 2001, p.18). A cidade estendia-se até a parte norte e baixa da cidade. Esse local era uma várzea, um banhado com um arroio que servia de parada para os tropeiros em um dos principais caminhos que as tropas utilizavam. Esse aspecto de casas nas declividades e o banhado davam uma visão de pobreza para a cidade.

² Não existia o cargo, mas a função era equivalente;

³ Fazem parte o Litoral, Primeiro Planalto, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Palmas.

Figura 1: Localização da igreja matriz.



Org. BOHATCH. T. L. 2016.

Apesar da desigualdade, Ponta Grossa atraía muitas pessoas de outras localidades, oferecendo condições tanto para quem buscava um emprego, quanto para pessoas com um maior poder aquisitivo, os quais investiam em propriedades (LÖWEN SAHR, 1990). Os carroções traziam e levavam produtos, fortalecendo o comércio e impulsionando o crescimento local (CHAMA, 1988). Aqui ocorria o beneficiamento de erva-mate e extração do Pinheiro do Paraná, produtos de grande valor comercial (Ibidem; LÖWEN SAHR, 1990). A erva-mate era um dos principais artigos de exportação, o que tornou a cidade um entreposto comercial, principalmente após a criação da estrada de ferro que ligava a capital Curitiba até Paranaguá, propiciando o surgimento de um centro de comércio forte na direção interior – capital/litoral (MONASTIRSKY, 1997). Essa ligação entre a capital e o litoral inaugurada em 1885, estendeu-se até Ponta Grossa no ano de 1893, onde 3 anos mais tarde, foi iniciada a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (LÖWEN SAHR, 1990). Desse modo, houve uma aceleração da urbanização

devido ao aumento do fluxo de pessoas que iam e vinham pela ferrovia e conseqüentemente da oferta de empregos locais (ibidem).

A implementação da ferrovia não apenas destacou a cidade na Província como fortaleceu o enfoque interno na urbanização com uma certa ordenação das ruas e articulações urbana, ainda que incipiente (CHAVES, 2001). A cidade terminou o século XIX com aproximadamente 8.000 habitantes, uma elite extremamente rica - a mais rica da província - e com um grande poder. Os aparatos urbanos também mostravam-se, no final do século, com a colocação de postes nas ruas centrais e melhorias das estruturas nas proximidades das casas das elites (CHAMA, 1988).

Algumas melhorias eram necessárias para que a área central da cidade não representasse falta de zelo, ganhasse espaço para construção de novas casas e servisse como atrativo para novos habitantes. No ano de 1892, o então prefeito Major Manoel Vicente Bitencourt criou o Largo do Rosário após encher de terra a área de alagamento servida por um arroio. Em 1895, o prefeito Theodoro Guimarães realizou outras obras pela cidade, dentre elas mais uma manutenção no Largo do Rosário (GOIRIS, 2013). Essas ações tinham o intuito de “consertar” um terreno com fluxo de alagamento natural, dando uma função mais “civilizada” ao lugar, podendo ser frequentado pelas pessoas.

O Largo era um terreno irregular que recebia uma enorme quantidade de água da chuva, pois ela escorria das partes mais elevadas, desaguando no arroio ali existente ao mesmo tempo que o enchia a ponto de inundar a área ao redor. Ali formava-se um banhado inóspito para qualquer construção, sendo visto pelo poder público tanto como um entrave para o desenvolvimento da cidade quanto dinheiro gasto sem retorno. A população, por sua vez, também não criara uma simpatia pelo lugar, não havia sinais que vinculasse qualquer afeição com aquele local. Com o aterramento, a população sentia-se mais aliviada por livrar-se de um “problema”.

1.1 – ÁGUA DAS FONTES, FONTES DE ÁGUA: O ABASTECIMENTO POR CHAFARIZES

Os imigrantes que chegavam traziam consigo diversas técnicas de produção, como defumados, banha, construção de tijolos e telhas em olarias⁴, que sustentavam o crescimento urbano (CHAMA, 1988). Indústrias como serralherias, olarias, beneficiadora de erva-mate e couro, instalavam-se ampliando a oferta de emprego (SOUZA, 2000). A água, obviamente, era um elemento fundamental para todos os empreendimentos, mas não era fácil consegui-la em grande quantidade para suprir a demanda, inclusive para dessedentação.

As residências contavam com um abastecimento precário, muitas vezes utilizando poços, olhos d'água ou minas para suprir a necessidade diária. A figura 2 mostra como a população coletava água. Esse trabalho árduo era repetido muitas vezes por dia, de acordo com a necessidade do uso. Após a utilização, o líquido sujo era descartado nas ruas ou mesmo nos quintais, causando um odor ruim. A qualidade da água não era boa, por ser salobra⁵, embora nesses casos estivesse disponível em maior volume (SOUZA, 2000).

Figura 2: Coleta de água.



Retirada de água salobra de um poço em Ponta Grossa.

Fonte: Acervo a Sanepar, sem autoria ou data⁶.

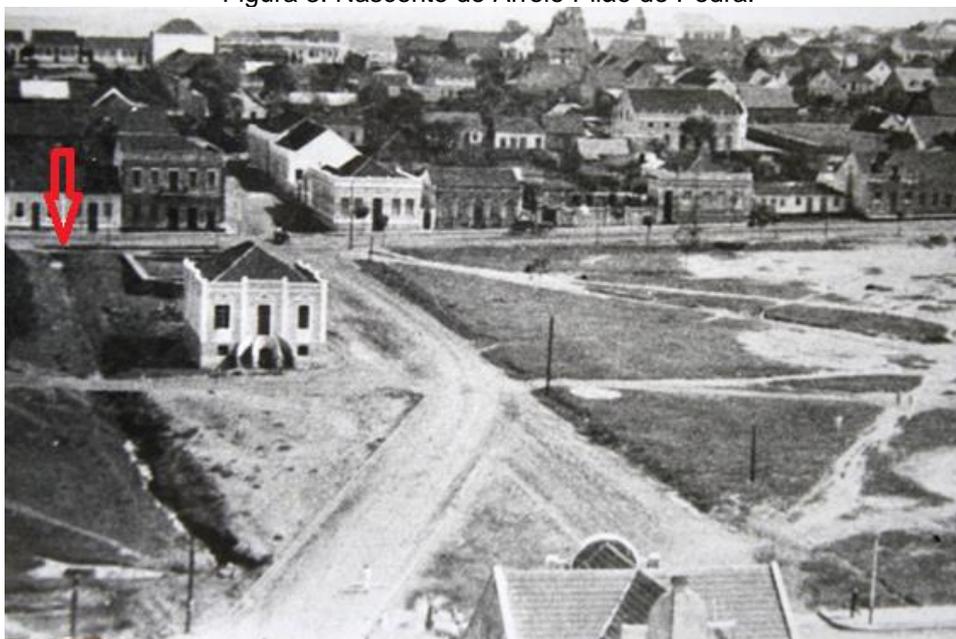
⁴ Ofício que originou e deu nome ao Bairro de Olarias.

⁵ Salobra, segundo o dicionário Priberam, é a água que possui um gosto desagradável;

⁶ Pelos trajes e penteados, podemos inferir que a foto foi tirada por volta de 1920.

Conforme a cidade crescia, era necessário um abastecimento satisfatório para sua população ascendente. O prefeito Ernesto Guimarães Vilela instalou chafarizes e bicas nas proximidades da área de alagamento do arroio (INVENTÁRIO DO CINE IMPÉRIO, 2012). Podemos ver a nascente do futuramente nomeado Arroio Pilão de Pedra, marcada na figura 3. A figura 4 mostra a instalação de uma bica onde atualmente é a Rua Sant'Ana, mais especificamente na quadra da frente da loja maçônica. O aproveitamento do arroio para fornecer água à população foi um sistema paliativo que, por um período de tempo, ajudou a amenizar o problema, pois apesar da ocupação ao redor, não tinha uma prejuízo marcante na qualidade da água.

Figura 3: Nascente do Arroio Pilão de Pedra.



Fonte: CHAVES, 2001, p. 3. Marcação própria.

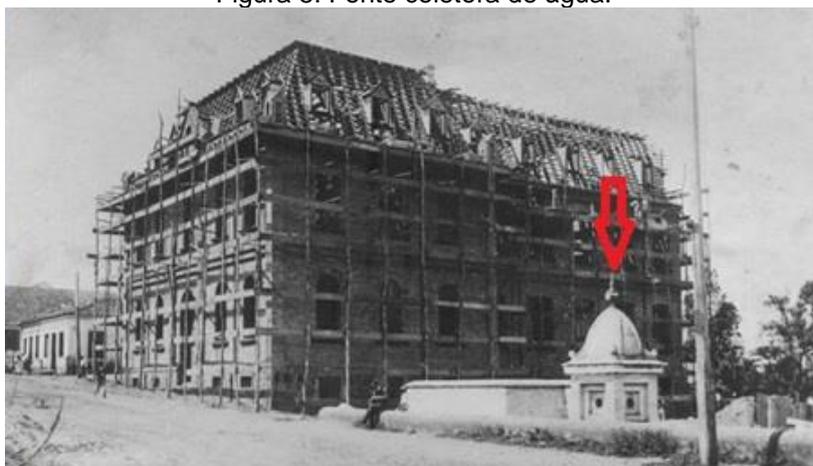
Figura 4: Fonte para coleta de água.



Fonte: Acervo Casa da Memória, em autoria e data.
Marcação já existente na imagem.

Apenas um lugar para abastecimento da população não bastava, sendo necessário criar mais chafarizes nas proximidades do arroio. A figura 5 mostra outro ponto de coleta de água, desta vez longe da nascente, na margem esquerda⁷.

Figura 5: Fonte coletora de água.



Fonte: Acervo Casa da Memória, sem autoria e data.

⁷ A definição de margem de um curso d'água dá-se partindo do fluxo deste. Se um rio corre na direção norte-sul, devemos dar as costas para o norte para definirmos suas margens.

Havia ainda outras três fontes, sendo uma na “rua do chafariz”⁸ (figura 6), outra no meio da praça (figura 7), esta que consagrou o nome de “Largo do Rosário”, e outra no local do Ponto Azul, criado anos depois (figura 8):

Figura 6: Pessoas coletando água.



Fonte: Acervo Casa da Memória, sem autoria e data.

Figura 7: Fonte no meio do Largo do Rosário.



Fonte: Acervo Casa da Memória, sem autoria e data.

⁸ A rua Coronel Cláudio, atualmente conhecida como Calçada da Coronel Cláudio.

Figura 8: Fonte ao lado do Largo do Rosário.



Fonte: Acervo Casa da Memória, sem autoria e data⁹.

Chafarizes sempre foram úteis para a população, isso desde a Idade Média, com o intuito de ser um ponto para abastecimento de água mas que também se tornava um ponto de encontro dos moradores. No Brasil Colonial, a prática foi seguida da mesma forma e muitos chafarizes e fontes d'água eram largamente utilizados para abastecer casas e dessedentação animal. Em Ponta Grossa, habitantes mais ricos moravam na parte mais alta onde não existia um sistema com captação que elevasse o líquido até as casas. Dessa forma, tanto a elite quanto o resto da população sofriam do mesmo problema, necessitando do trabalho dos “aguadeiros” (figura 9).

⁹ Pela imagem, é possível imaginar que a foto foi tirada por volta de 1920;

Figura 9: Aguadeiros.



Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

Nos Campos Gerais, o aguadeiro tornou-se atividade comercial inovadora no começo do século XX. Devido ao grande sacrifício que era para muitos o fato de terem que captar e levar água para casa ou comércio das únicas fontes existentes nos arredores do Largo do Rosário, um trabalhador obteve da prefeitura o alvará para executar tal atividade de forma remunerada. Ele criou uma pipa de carvalho português que tinha capacidade para 720 litros e era puxada por um cavalo. O animal aprendeu a ir aos locais específicos sem haver um condutor, parava e esperava o tempo certo até seguir para o próximo destino. O cavalo possuía o nome de Precioso, em alusão ao líquido que transportava (CANTO JR., 1985). Com o passar dos anos, várias outras pessoas foram aderindo ao comércio, inclusive um ex-escravo chamado Felipe Macacão, que carregava um tonel em sua cabeça, levando água a quem o contratasse (ibidem).

Em 1910, o Largo teve sua primeira grande intervenção com um aterramento que possibilitou uma melhora, podendo “ser considerado um espaço aglutinador da população local quando proporcionava às tropas que passavam pela cidade um local de descanso por situar-se no caminho e

próximo ao comércio local” (INVENTÁRIO CINE IMPÉRIO, 2012, p. 3). Na figura 10, é possível observar a localização da praça, do arroio e dos chafarizes.



Com o avanço da urbanização e de uma modernização por ela trazida, Ponta Grossa recebeu o apelido de Princesa dos Campos Gerais. Tal apelido foi dado por jornalistas e intelectuais que, ao notar o seu desenvolvimento, imaginavam-na como um lugar ideal (CANÇADO, 2008, p. 11). Essa expressão decorreu através do discurso utilizado pelas elites para organizar a cidade dentro de seus valores e interesses, almejando um lugar “ordeiro, moderno e progressista” (ZULIAN, 2009, p. 105). Segundo Chaves, a “cidade 'camponesa' se tornou 'princesa', mostrando muitos símbolos capitalistas. Telefone, ruas calçadas, eletricidade, automóveis, cinemas, praças e a ferrovia 'modernizavam' a cidade” (2001, p. 65).

Nesse período, o Brasil era um “Estado Oligárquico” (GOIRIS, 2013). Tal situação representava um Estado com valores patrimoniais. Esses valores representavam o poder dos donos dos meios de produção e das ações privadas. Assim, o poder público favorecia “o desenvolvimento do ‘estamento

privado' em detrimento daquilo que era público e praticamente sem despertar suspeitas" (Ibidem, p. 148). As cidades caíram nas mãos da iniciativa privada, muitos de seus representantes eram comerciantes, militares ou fazendeiros, legislando em favor de seus interesses. Na verdade, as cidades ainda eram incipientes e os poderes locais eram representados por coronéis¹⁰. Ponta Grossa se encaixava perfeitamente nessas observações, pois vários de seus prefeitos seguiam tais "regras" e suas ideias visavam a modernização da cidade a seu modo.

Ao projetar essa imagem de cidade progresso, atraiu muitos olhares para si. O primeiro jornal da cidade, criado em 1907, se chamava exatamente "O Progresso" e, segundo Chaves (2001), noticiava ações cotidianas ao mesmo tempo em que formava a opinião da população, criando um imaginário do coletivo em torno de uma cidade civilizada. Era um discurso jornalístico direcionado e restrito, pois, como afirma Foucault (1999), na sociedade em que nem todos tem o direito de dizer tudo o que querem, nem tudo que se pensa pode ser dito em qualquer tipo de situação e que nem todos podem falar sobre qualquer coisa.

O surgimento do jornal veio carregado de ideologias, afinal a cidade estava se urbanizando e havia a necessidade de criar normas e determinados comportamentos sociais. Chaves (2001) diz que a população pontagrossense comportava-se em virtude das tradições de sua cultura, arraigando valores da burguesia e principalmente do modo capitalista de vida. O jornal "criou o ideal de 'cidade civilizada'" (ibidem, p. 67).

1.1.1 – AS ÁGUAS LONGÍNQUAS QUE NOS HIDRATAM: A INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO NA CIDADE.

Um dos assuntos abordados pelo jornal no começo do século XX era a falta de saneamento, necessidade que manchava a imagem de Ponta Grossa. Os cidadãos, ao tomarem conhecimento de um sistema público de abastecimento, através do jornal, que começava a aparecer em outras localidades, exigiram do poder municipal tal ação. Foram criadas leis que, de

¹⁰ Expressão para denominar fazendeiros ricos e que tinham alguma influência política.

certa forma, indicavam um melhoramento sanitário. Dentre elas, estão as leis 256 e 257 de 14 de janeiro de 1910, que regulavam a fiscalização sanitária na cidade, mantendo as ruas e as praças limpas para evitar a propagação de doenças. Com isso, pleiteava-se a modernidade tão cobiçada pelo país afora e tão retoricamente propagada. Outro fator que alavancou a modernização foi a distribuição da energia elétrica através do Decreto 33, de 20 de julho de 1910. Tal ação iniciou a construção de uma usina hidrelétrica nas margens do Rio Pitangui, proporcionando a transmissão de luz para a cidade em ascensão. No mesmo ano, a prefeitura iniciou inscrição de propostas para saneamento e distribuição de água. Porém, não houve inscrições devido ao alto custo de tais obras.

O jornal criticava a falta de saneamento, como é possível ver no seguinte trecho:

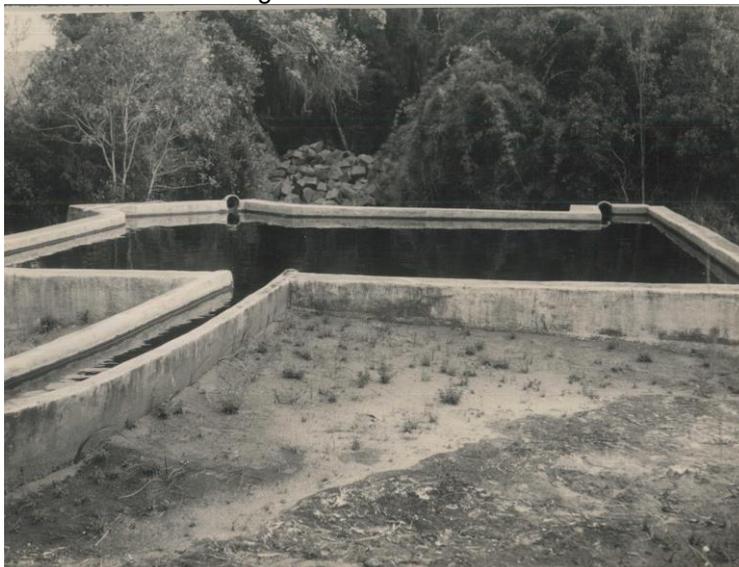
[...] em uma das melhores cidades do Estado, senão das primeiras. A sua vida commercial é muito intensa, já por ser um grande centro, ponto de convergencia de diversas zonas, tendo a S. Paulo – Rio Grande do Sul alli uma das suas melhores estações [...] E´ uma cidade muito grande, bem desenvolvida, com grande população activa e laboriosa. Tem bons edificios, boas ruas e é illuminada a luz electrica. Posto seja uma cidade que presume-se de ser uma das principaes, ainda não tem nem serviços de agua e nem de exgotos, o que, segundo ouvimos, em breve será realidade. Assim, ficará Ponta Grossa, bem servida, offerecendo comodidade aos viajantes que alli aportarem. (O PROGRESSO, 11 de abril de 1912)

Essa pressão sobre a municipalidade aflorava as conversas da necessidade de saneamento em meio aos munícipes, obrigando os políticos a tomarem providências sobre a situação. As 6 praças, as casas contabilizadas em 3.800 com uma população de aproximadamente 15.200 pessoas eram um modo de representar como a cidade crescia, exaltando seus 41 prédios e 2 sobrados. Esses números eram um orgulho para a cidade e, o jornal sugeria: “um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de ha dez annos atraz na <arbs> agitada e triumphal de hoje foi, indubitavelmente, a vontade energica e indomavel do povo pontagrossense” e terminava dizendo que “a cidade reclama hygiene publica que, nem em estado rudimentar existe.” (O PROGRESSO, 20 de julho de 1912).

A contratação do engenheiro Álvaro Martins, o qual identificou os rios Mandioca e Cascavel, na área do Capão da Onça (GOIRIS, 1980, p.164), que

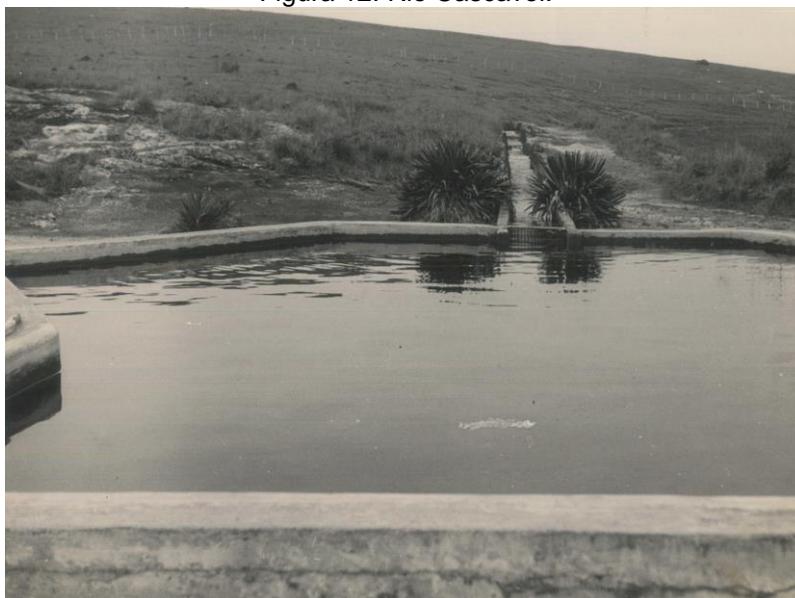
seriam os referenciais para prover água à cidade, deu uma esperança para o sistema de abastecimento finalmente sair do papel. (figuras 11 e 12)

Figura 11: Rio Mandioca.



Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

Figura 12: Rio Cascavel.



Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

Em 1912, o governo local procurava negociar com o governo estadual para obter verbas que seriam utilizadas na construção da rede de água (GOIRIS, 2013). Enquanto a situação caminhava de forma lenta, o jornal

denunciava a situação na área central da cidade em relação à falta de higiene ao dizer que

[...] a cidade está cheia de chiqueiros de criar porcos. As aguas nas sargetas escoam-se pelas ruas [...] Bem dita imprensa! Ao menos aqui não temos eleitores a acobertar com o manto da impunidade, não! Aqui a justiça é rigorosa. [...] Que a Princeza dos Campos lave a cauda de velludo verde do seu traje de esmeralda. (O PROGRESSO, 8 de outubro de 1912)

O local exposto representava a área de alagamento do arroio central da cidade. Apesar dos chafarizes e bicas, a água escorria e formava um banhado, gerando um incômodo para a população. O jornal dizia que Ponta Grossa era considerada “o coração do Paraná”, ressaltando as ligações ferroviárias existentes, os quais formavam um entroncamento tanto ferroviário quanto rodoviário, obrigando o trânsito de pessoas por essas terras, algo que contrastava com a existência do arroio naquele local.

No ano de 1913, o Largo do Rosário mudara de nome, sendo rebatizado de Praça Rio Branco. O jornal noticiou esse evento: “O Largo do Rozario, que passou a chamar-se Largo do Rio... largo não, <Praça Rio Branco> está num caiporismo único, a principio teve sempre contra si, a celebre e intapavel barroca [...]” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 de março de 1913).¹¹ Essa mudança de nome ocorreu em virtude da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, no ano anterior. Sua morte havia sido noticiada 3 dias após o ocorrido, vindo pelo telégrafo até o jornal da cidade. Rapidamente, o editorial saldou seus feitos, destacando suas ações como

[...] a sua palavra e o seo gesto eram *ultima ratio* nos conflictos entre os povos; [...] Quando surgia um conflicto na sul-america todas as vistas se voltavam para o grande homem e até o mommento dos exercitos marcharem para as fronteiras, ao som dos hymnos guerreiros, olhavam para o seo vulto como que ainda esperando delle a ultima ordem, o derradeiro gesto definitivamente pacificador. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 de fevereiro de 1912)

¹¹ O jornal O Progresso, tornou-se Diário dos Campos no ano de 1913. Seu fundador, Jacob Hofmann, era russo alemão vindo ao Brasil no ano de 1877. Contribuiu com a construção do Cine Renascença, um dos mais importantes pontos de encontro na cidade (PONTES E GADINI, 2005). Ficou no comando do jornal até 1914, quando Hugo dos Reis assumiu o periódico. O jornal, desde 1909 até 1921 tinha um discurso enaltecendo as ideias republicanas (ibidem).

Dentre outros elogios, referindo-se a sua vida e sua carreira. Por 3 edições, essas notícias foram destaque na primeira página. Menos de 1 mês após o falecimento, o jornal veiculava: “Uma estátua ao General da Paz. Subscrição entre as instituições comerciais” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 de março de 1912). A notícia apelava para a construção de uma estátua em homenagem ao Barão no Rio de Janeiro. O jornal chamava a associação comercial para apoiar tal ação ao dizer “seccundando a patriótica iniciativa, subscrevemos a lista respectiva e a deixamos nesta Redação a disposição de todos aquelles que também queiram concorrer para essa homenagem á memoria do inolvidavel brasileiro” (idem). Como iniciativa, o jornal doou 10 mil réis para o feito.

A campanha foi bem-sucedida conseguindo arrecadar 30 mil réis. Na mesma prestação de contas, outra chamada para levantar uma estátua em Curitiba foi feita: “Fechamos hoje a subscrição acima, para dar logar a uma outra que esta circulando por todo o Estado, no intuito de tambem ser levantada em Curityba a estatua do grande chancellor, e para cujo fim nos foi enviado uma lista. No próximo numero abriremos espaço para ella” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 de março de 1912). Esse apelo conseguiu juntar aproximadamente 85 mil réis para Curitiba.

Essa simpatia criada pelo jornal em meio ao público leitor, resultou, um ano mais tarde, na criação da praça. O gesto simbólico marcava duas situações: a superação de uma “barreira natural” assoladora da municipalidade, um local inóspito para construções e para a expansão urbana; e, ao mesmo tempo, uma ressignificação do espaço para a população. Com a praça, a municipalidade iniciou um processo de melhoramento do local, visando dar um ambiente agradável aos munícipes e aos visitantes em geral.

O ser humano é um animal visual (TUAN, 1980), a praça, agora ressignificada, representava um novo olhar com o intuito de esquecer a antiga barroca e atrair a população para o novo lugar. Na verdade, os governantes criaram um meio ambiente artificial para agradar quem a visse, formando um “casulo” para que pudessem sentir-se confortáveis na natureza (ibidem). Essa modificação deixou o natural menos agressivo aos sentidos humanos, possuindo elementos “agradáveis”, ou seja, símbolos e traços urbanos.

Apesar dos vários melhoramentos que a cidade recebia, o problema de saneamento continuava assolando a população. Apenas no ano de 1914 foram iniciadas as obras para construir o sistema de abastecimento. Com uma grande solenidade, o prefeito da época, Theodoro Batista Rosas, no dia 20 de janeiro daquele ano, iniciou a construção do complexo que captaria água do Rio Mandioca com intuito de abastecer Ponta Grossa. A lei nº 386, de 24 de setembro de 1914, em seu artigo 1º dizia que o serviço de abastecimento de água e esgoto era obrigatório em todos os prédios de todas as ruas da cidade, por onde passarem as canalizações.

A cidade celebrava um grande avanço, a população poderia enfim contar com um moderno sistema de abastecimento de água. A instalação da tubulação contaria com cerca de 17 quilômetros de redes de água, sendo ligadas ao sistema após o fim de toda a instalação. É possível ver nas figuras 13, 14 e 15 os momentos da montagem da tubulação. O jornal local dizia que

Os trabalhos para o saneamento da cidade, vão adiantadíssimos devido à competência e actividade do illustre engenheiro dr. Alvaro Martins a quem em boa hora foi confiada a execução desse importante melhoramento. [...] O assentamento de tubos chegou ante-hontem á cidade, de fórmula que desde já serão iniciados os trabalhos da rede de distribuição. [...] Dentro de poucos mezes beberemos as puríssimas águas do Mandioca e Cascavel que formam a cabeceira do Rio Verde (DIÁRIO DOS CAMPOS, 6 de Julho de 1914).

Figura 13: Instalação da tubulação de coleta de água.



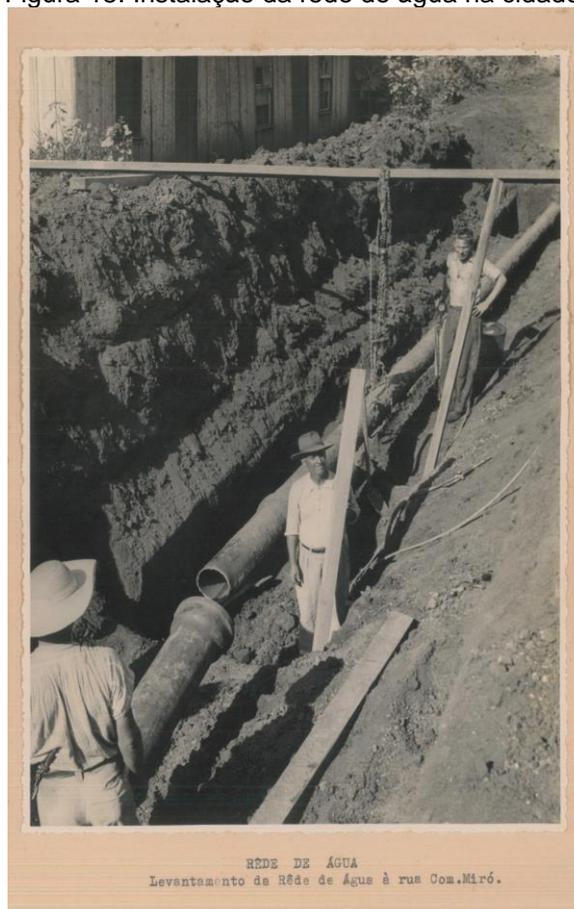
Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

Figura 14: Construção da tubulação de coleta de água.



Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

Figura 15: Instalação da rede de água na cidade.



Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

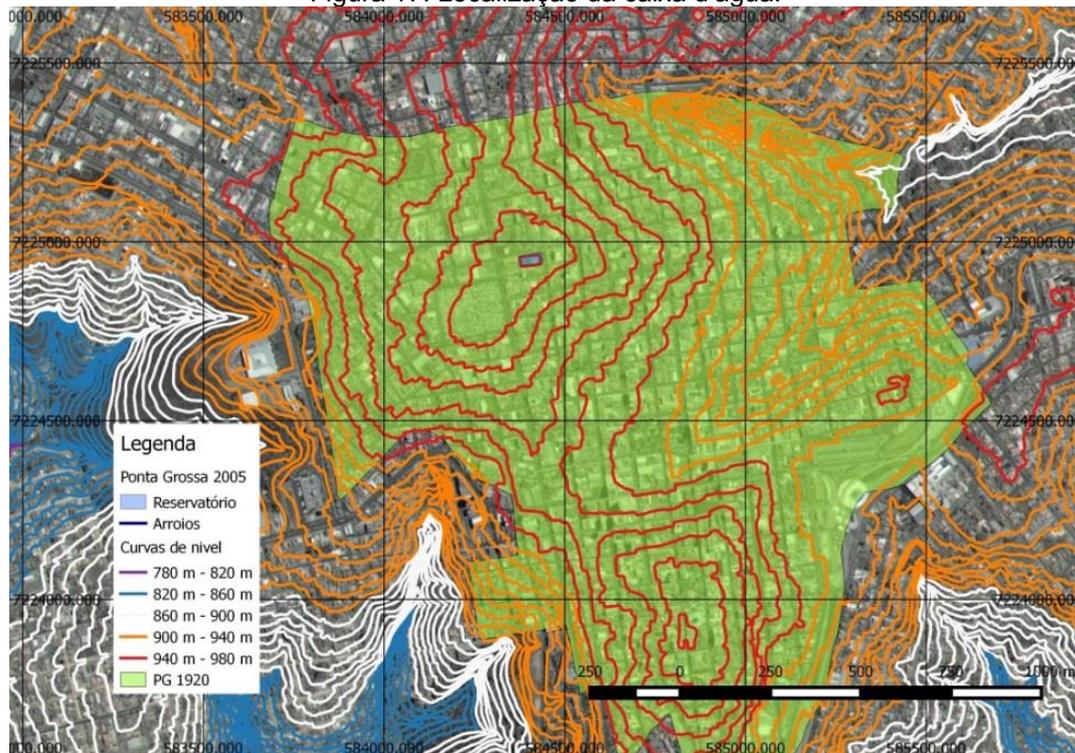
Para distribuir o líquido a todos os cidadãos, foi criado o reservatório do centro no mesmo ano, com a simples, porém, importantíssima função de enviar, por gravidade, água ao resto da cidade. Tal local encontrava-se num dos pontos mais altos de Ponta Grossa (SOUZA, 2000), podendo ser visto em primeiro plano na figura 16, no jardim cercado. A figura 17 mostra a localização do reservatório em relação à elevação em que foi construído.

Figura 16: Terreno para construção da caixa d'água.



Fonte: Acervo da Sanepar, sem autoria e data.

Figura 17: Localização da caixa d'água.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Ponta Grossa encontra-se entre 780 e 980 metros acima no nível do mar. Na figura anterior, nota-se, em verde-claro, o espaço urbano no ano de 1920, sobrepondo a imagem de 2005, numa comparação. O retângulo azul-claro no meio da elevação em vermelho, estas que estão representando as altitudes entre 940 e 980 metros acima do nível do mar, é o reservatório que distribuía água por gravidade para o resto da cidade. Ao ver os diferentes níveis de altura, nota-se como a escolha do lugar facilitou a distribuição de água para todo o resto.

Antes mesmo da inauguração oficial, no dia 2 de dezembro de 1914, o periódico anunciava a entrega da água no município:

Melhoramento necessario a todo povo culto, pelo auxilio que presta à hygiene publica é sem duvida alguma o serviço de abastecimento d'agua de uma cidade. Ponta Grossa que a passos largos desenvolve-se querendo sobresahir às suas irmãs do Estado, está prestes a gosar esse benefício. [...] Alvaro de Souza Martins¹² [...] Agora com o mesmo carinho que olha os interesses de sua empreza elle ampara o bem estar do municipio, vencendo todas as dificuldades que embaraçam esses trabalhos. A agua captada de 18 kilometros de distancia corre na Princeza dos Campos, si bem que

¹² Engenheiro contratado pelo município para elaboração do projeto que levaria água e esgoto para Ponta Grossa. Recebeu ajuda de Jacob Schamber na elaboração.

seja parcial por não estar completamente terminada a rede de exgottos. [...] Podemos garantir que dispomos de um serviço de águas e exgottos dos melhores que se pode conseguir, visto como nenhum accidente se deu o que não é commum nestas construções. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2 de Dezembro de 1914)

No ano de 1915, mais especificamente em 8 de fevereiro, o sistema de abastecimento seria oficialmente inaugurado. Entretanto, isso não foi possível, pois a morte de um parente de Carlos Cavalcanti, presidente do Estado, na guerra do Contestado, adiou a solenidade. Apesar disso, as tubulações recebiam água sem problemas, repassando para a caixa de abastecimento que redirecionava para as casas. A medida trouxe um pouco de tranquilidade para as pessoas e para a municipalidade, pois a água tratada diminuiria a proliferação de doenças e dessedentaria a população.

Era previsível que migrantes dirigissem-se para Ponta Grossa, pois já contava com luz, telefone, estrada de ferro e agora com uma rede de abastecimento de água. As indústrias e fábricas começavam a ver o município com outros olhos. O jornal escreveu uma matéria de capa celebrando o acontecimento. Com o título “Águas e Exgottos. Uma vitória moral”, a matéria inicia ao dizer:

Si não fôra uma dolorosa circumstancia que veio a enlutar o coração do sr. dr. Presidente do Estado, hoje Ponta Grossa inauguraria o seu serviço de Águas e Exgottos, que de ha tempo já está funcionando satisfatoriamente. Salvo esse caso de força maior, o maior commetimento, a Magna Causa ponta-grossense teria hoje a sua consagração official. [...] nós viemos ao publico confessar a franqueza de que fizemos energia, e a incompetencia de que fizemos saber para vencer a mais importante jornada da vida de Ponta Grossa. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 8 de Fevereiro de 1915)

A inauguração ocorreu no dia 27 de Fevereiro de 1915, entretanto, o Diário dos Campos não participou das festividades:

Sabbado foi inaugurado o Serviço de Águas e Exgottos. Não sabemos por que motivo a Prefeitura não convidou a esta folha com tempo de comparecer à solenidade, provavelmente, por ter sido este jornal um dos factores que mais concorreu e trabalhou para esse melhoramento [...]. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 de Março de 1915)

Apesar de a municipalidade ter imposto regras, muitos estabelecimentos não ligavam suas canalizações até as redes de esgoto, insistindo em utilizar fossas e outros meios de captação de água que prejudicavam a saúde tanto

dos moradores das residências, quanto ao redor. As pessoas não estavam acostumadas a utilizar tal mecanismo para escoar ou coletar água, e suas atitudes eram vistas como não civilizadas.

Dada a garantia de existencia abundante do precioso liquido, está a parte administrativa solvida a contento geral, restando a população cumprir as disposições legais que a abrigam a adoptar o util melhoramento [...] Quando, porem, nos occorre a idéa que esse sacrificio se torna necessario, como medida de salvação publica, para conservação da saude, e da saude collectiva, não podendo, cada cidadão – mesmo que não cuidasse do seu bem estar, o que não é admissivel – perturbar a saude e a liberdade de seu concidadão, desde logo se chega à conclusão que a cidade pede a seu povo o maximo de energia e abnegação, afim de que não perigues o nosso bem estar commum. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 de novembro de 1915)

No fim da década de 1910, o jornal criticava a “ignorância” da população brasileira na parte higiênica:

[...] 80% da população rural e 70% da urbana estão em parte inutilizada, e seriamente prejudicadas na maior parte, por varias doenças endemicas, evitaveis todas, curaveis quasi todas, que até ha pouco eram attribuidas ao clima, quando a sua causa quasi exclusiva é o analfabetismo das massas, e a ignorancia nos letrados e semi-letrados, dirigentes e dirigidos, dos preceitos da hygiene moderna, e o descaso e até o desprezo com que uns e outros encaram os ensinamentos da Medicina Social. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 de maio de 1919)

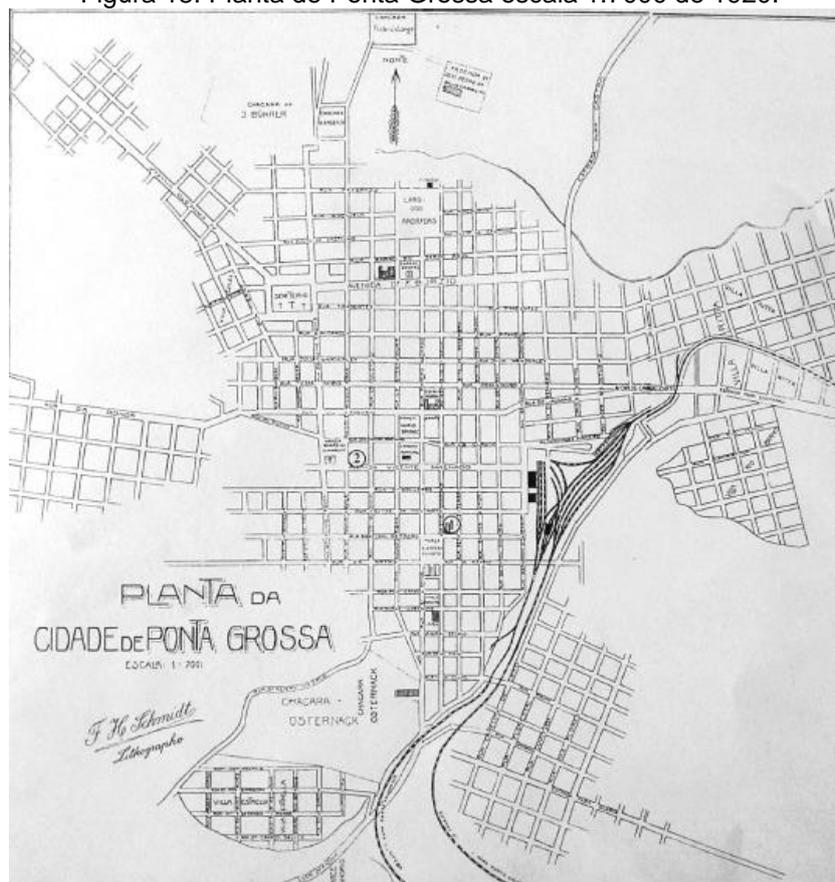
Para “provar” as informações, o jornal mostrou um quadro com dados da população que lê, correspondendo a 6.250.000, e que são analfabetos, correspondendo a 18.750.000. Em seguida é mostrando um quadro com a população urbana e rural, com 6.000.000 e 19.000.000 respectivamente. Do total de 25.000.000, 15.200.000 apresentavam algum tipo de doença. O jornal continuou questionando como um “ignorante, analfabeto, que noção elle ter de patria, de civilização, de direitos e deveres civicos, de progresso, de conquistas da sciencia, de valor economico das novas descobertas?”. O discurso do jornal mostrava a insatisfação em relação aos problemas sanitários dos cidadãos. O direcionamento da crítica dava-se principalmente pela falta de “civilização” e o questionamento de que tipo de geração surgiria dessa ignorância. A visão de um povo doente e fraco não era sinal de progresso. Era preciso “melhorar a população”.

1.2 – CRESCER E EXPANDIR: AS DIFICULDADES PÓS IMPLANTAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PONTA GROSSA

A partir da segunda década do século XX, Ponta Grossa passou a ser considerada a cidade mais importante do interior do Paraná (PINTO; GONÇALVES apud LÖWEN SAHR, 1990). O prefeito Brasília Ribas fez um recenseamento, obtendo o número de 12.259 habitantes e 2.496 casas (GOIRIS, 2013). A atitude mostrou o crescimento da população e a expansão urbana. Para demonstrar o tamanho da cidade, foi realizado um mapeamento da área central num croqui, demonstrando as principais ruas e algumas localidades pertinentes (Figura 18).

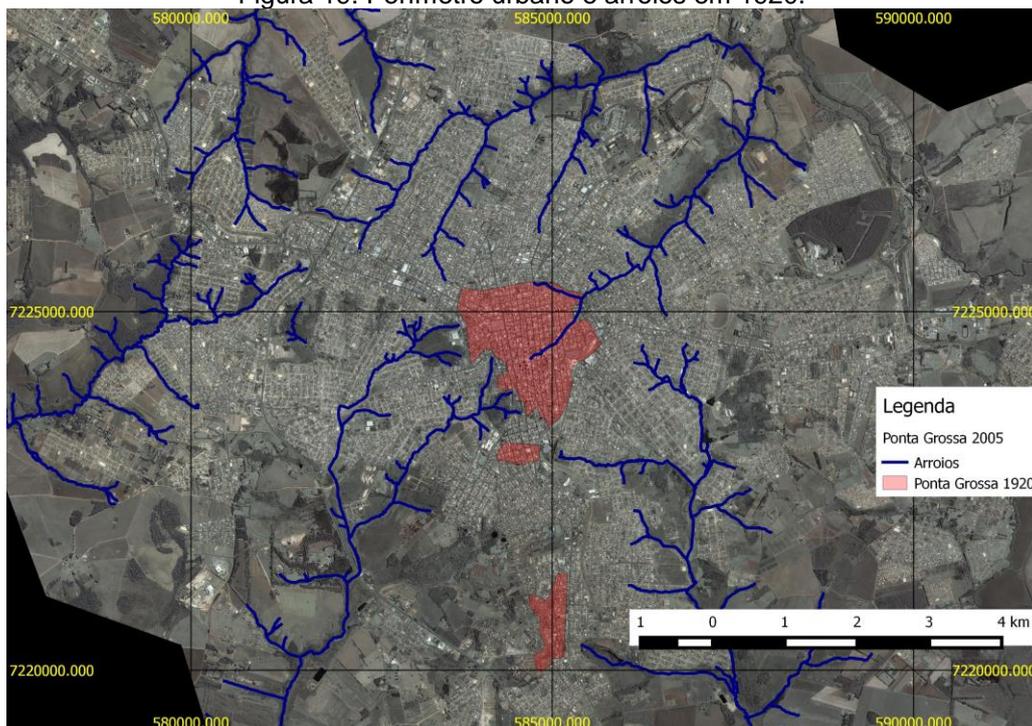
Para melhor visualização, a figura 19 mostra a área que Ponta Grossa tinha sobre a malha urbana de 2005, destacando também os arroios existentes.

Figura 18: Planta de Ponta Grossa escala 1:7000 de 1920.



Fonte: Casa da Memória.

Figura 19: Perímetro urbano e arroios em 1920.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

O periódico, por possuir uma grande influência na cidade, formava, como já dito, a opinião e visão do público leitor, além de ter um impacto considerável na administração municipal. O discurso do progresso levava a um certo paradoxo sabendo que a questão da água pode ter dois pesos e duas medidas. Como pode ser visto na imagem acima, a área urbana de 1920 abarcava com maior intensidade apenas um dos principais arroios da cidade. Enquanto o clamor pela preservação e punição para quem devastasse as matas nas proximidades do Capão da Onça, de onde a água era retirada, inflamava o jornal, o arroio no centro, onde também deveria ser preservado, era desprezado e tido como um empecilho para o desenvolvimento. Nota-se que no croqui não há referência alguma ao córrego que o centro englobava. A preocupação era essencialmente a expansão urbana. Dois corpos d'água, um como barreira para o progresso e outro como um dos condutores em direção ao mesmo. Perspectiva interessante que chama a atenção para a relação das pessoas com um elemento do mundo natural, pois como afirma Worster “na água podemos ver toda a natureza refletida. E, no nosso uso da água natural, vemos muito de nosso passado e futuro refletido” (2008, p. 29).

Segundo Willians, “um pouco de natureza pode tornar-nos a todos uma grande família, mas, normalmente, quando dizemos 'natureza', temos a intenção de incluir a nós mesmos?” (2011, p. 89). No caso de Ponta Grossa, a natureza era resumida ao que estava longe da cidade, ao manancial que trazia água para dentro dela e não o arroio que era visto frequentemente. Um dos motivos pela simpatia ao rio que trazia água era a falta de contato direto. O distanciamento produzia a visão de que “aquela” natureza era melhor, já que era provedora e não podia ser tocada, enquanto “esta” natureza no centro da cidade, vista todo dia, virou empecilho. Para Lefebvre (1999, p. 34), “teoricamente, a natureza distancia-se, mas os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a 'natureza' real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa.” Segundo o autor, a natureza é substituída por uma “naturalização”, tornando-se raro, um resíduo da urbanização, resumida a “espaços verdes, última palavra das boas intenções e das deploráveis representações urbanísticas, o que pensar senão que constituem um substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças?” (Ibidem).

Com a mudança do rural para o urbano, indústrias e estabelecimentos ampliavam-se pela cidade, sendo ressaltado pelo jornal ao dizer que “Ponta Grossa, pela sua situação realista, perfeitamente um foco de progresso e um reducto de trabalho [...] Em Ponta Grossa ha riqueza. Ha trabalho intenso e consecutivo. Ha progresso rapido e entusiasmado” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 de julho de 1923). Devido ao aumento populacional, os sistemas de esgoto e transmissão de água não eram capazes de suportar tanta demanda. A cidade seguia a tendência nacional nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento da urbanização e da economia eram favorecidos nas regiões Sul e Sudeste (DITZEL, 2004, p. 83).

Segundo as estatísticas complementares do Censo Econômico de 1920, realizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio da Diretoria Geral de Estatísticas (BRASIL, 1929), foram divulgadas informações sobre o sistema de iluminação em todo o país. O Paraná possuía 26 cidades com iluminação elétrica, 3 com iluminação a querosene e 19 sem iluminação, ou seja, 53,1% das cidades tinham iluminação (p. 30). Em todo o país, 1/3 das cidades

possuíam iluminação elétrica. Ponta Grossa contava com uma empresa particular de distribuição de energia, a Martins e Carvalho, que operava com uma hidrelétrica no Rio Pitangui desde 1904, oferecendo iluminação em 17 km de linhas dentro da cidade.

O mesmo documento mostra a situação sanitária no Brasil dizendo que

em 1920, segundo o inquérito realizado em todo o território nacional, 303 cidades e villas (excluindo alguns povoados), possuíam encanamentos para supprimento d'água aos seus habitantes. Em muitas localidades havia apenas uma simples captação de águas nas fontes naturaes, ou nascentes, sem as vantagens ou commodidades da distribuição domiciliar. (p. 36)

Além dessas estatísticas a documentação aborda o sistema de abastecimento de água no país. O Paraná possuía 8 cidades/povoados com água encanada, sendo 7 com distribuição domiciliar e apenas 1 sem, representando 14,2% do total. No próprio documento não há uma especificação sobre a quantidade de poços artesianos, reservatórios, chafarizes ou mesmo tanques públicos de abastecimento. Em todo o território nacional, o abastecimento de água representava cerca de 1/5 (21,3%) do total de cidades com instalações consideradas "mais ou menos apropriadas para o fornecimento de água potável".

O documento revela a quantidade de cidades que possuíam esgotos sanitários no Brasil, classificando-os em rede coletora que recebe apenas dejetos das casas (sistema separador absoluto); rede coletora que recebe o dejetos das casas e águas da chuva (sistema separador parcial); e a rede que recebe dejetos e todas as águas, tanto das chuvas quanto das ruas (sistema unitário). Entretanto, para as estatísticas, foram classificadas em apenas 2 variáveis: esgoto com águas pluviais (sistema misto) e esgoto em separado das águas pluviais (sistema separador absoluto).

No Brasil, a totalidade de localidades com esgotamento sanitário chegava ao número de 126 no ano de 1920. Esse número abrangia 9,4% de todas as cidades brasileiras. O estado do Paraná contava com apenas 3 cidades, sendo 2 com sistema separado e 1 com misto, contribuindo com 6,1% da nação. As cidades que contavam com um sistema separado eram Paranaguá e Ponta Grossa abastecendo 502 e 674 prédios respectivamente,

enquanto Curitiba, servida pelo sistema misto, não tinha uma determinação exata de quantos prédios eram atendidos.

Ponta Grossa contava com uma captação d'água através de gravidade entregues à população através de 17.773 metros de tubos de aço e com 5 chafarizes. O serviço de esgoto tinha concessão estadual, os efluentes eram lançados nos córregos locais, onde os prédios abastecidos depositavam os resíduos diretamente na rede, sem tratamento prévio ou caixa de gordura. Apesar da lei vigorar, impondo as normas para a população que estava acostumada a um modo de vida “livre” de regras higiênicas, ainda havia inúmeras irregularidades sanitárias, como falta de ligação de esgoto em várias casas e fossas em quintais.

No ano de 1935 a prefeitura passou a administração do sistema de água e esgoto para o poder estadual através do Decreto 1460 de 13 de junho de 1934. Essas mudanças possibilitaram uma ampliação do sistema de abastecimento, já que a cidade crescia e os dois mananciais de abastecimento não eram suficientes. O jornal citava o acontecimento ao dizer que “[...] congratula-se com o povo princezino pela assinatura do referido contracto, o que virá solucionar importante vital problema da cidade (DIÁRIO DOS CAMPOS, 4 de Agosto de 1934).

Entretanto, no mesmo ano, a cidade continuava tendo problemas com o sistema de abastecimento. A passagem do controle do fornecimento de água para o Estado era esperada com ansiedade pela população, pois os melhoramentos limitados e inconstantes que a municipalidade realizava não eram suficientes. O jornal diz que “nos dois ultimos dias, faltou agua á população quase que por completo. [...] A cidade não poderia continuar assim, á mercê de um fragil ‘burrinho’ e com um fornecimento de agua insuficiente. [...] Urge que esses serviços não sejam retardados por mais tempo.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 8 de Novembro d 1934).

Para facilitar a captação de água e entregar de forma satisfatória à população, cogitou-se a construção de um captador na cabeceira do Rio Verde. Na visão do prefeito Albary Guimarães, era considerada a solução mais viável no momento. Questionado pelo jornal se as águas não estariam poluídas e a resposta foi que “poderão ser as aguas proximas da cidade, que recebem nessa altura toda a especie de impurezas. Não as são, entretanto, as aguas do

Rio Verde captadas perto de suas cabeceiras” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 de Setembro de 1935). Os dejetos eram despejados nos arroios, tornando a água poluída e impossibilitando a utilização. Estes não tinham capacidade para abastecer a cidade devido fluxo baixo e inconstante, sendo reduzidos a mero depósito de esgoto. A poluição não tinha tratamento adequado.

O arroio central ainda era considerado um problema e precisava ser solucionado de uma vez por todas. Ele recebeu uma canalização com pedras empilhadas formando um duto que retificava o arroio apenas para conter os alagamentos naturais e deixá-lo “comportado”. Na figura 20 pode ser observada uma foto do processo. Nas figuras 21 e 22, podemos ver como está a situação atual.

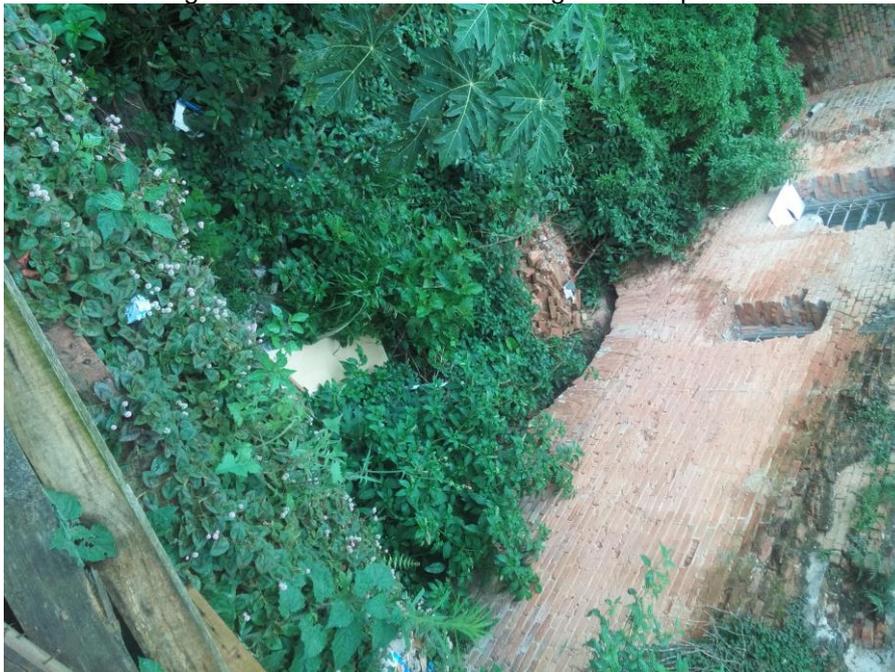
Figura 20: Canalização do arroio Pilão de Pedra.



O serviço de canalização do arroio Pilão de Pedra, dentro do quadro urbano.

Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936.

Figura 21: Terreno baldio do antigo Cine Império.



Fonte: BOHATCH. T. L. S. 2016.

Figura 22: Localização da canalização do Arroio Pilão de Pedra.



Fonte: BOHATCH. T. L. S. 2016.

A canalização do arroio central estendeu-se até um lugar conhecido como Corrientes, localizado onde futuramente seria conhecido como Mercado Municipal. Nas figuras abaixo é possível ver o processo de canalização por volta de 1936.

Figura 23: Canalização do Rio Corrientes¹³.



Canalização Rio Corrientes.

Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

¹³ Quando o Arroio Pilão de Pedra juntava-se com outro corpo d'água, o Arroio da Universidade, era conhecido como Rio Corrientes, pois ficava numa região conhecida como Corrientes, atual Mercado Municipal;

Figura 24: Obras de canalização no Rio Corrientes.



Canalização Rio Corrientes.

Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

Após diversas discussões, em 1939 foi escolhido o Rio Botuquara, utilizado pela companhia de eletricidade de Ponta Grossa para fornecer energia, como novo local para também abastecer a cidade com água (SOUZA, 2000). A figura 25 mostra a barragem construída. O jornal noticia o fato dizendo que

Ponta Grossa viu, finalmente, ontem, resolvido o seu problema de água, com a finalização dos serviços que para isso vinha mantendo o dr. Benjamin Mourão, diretor do Departamento de Água e Exgotos, e que foram coroados do maior êxito. As águas do Botuquara rolaram ontem à tarde, em direção à cidade, aqui chegando pela 16 horas, enchendo então, a Caixa e garantindo a distribuição perfeita de água a toda a cidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 de Agosto de 1939).

Figura 25: Barragem do Botuquara.



Fonte: Acervo da SANEPAR, 1940.

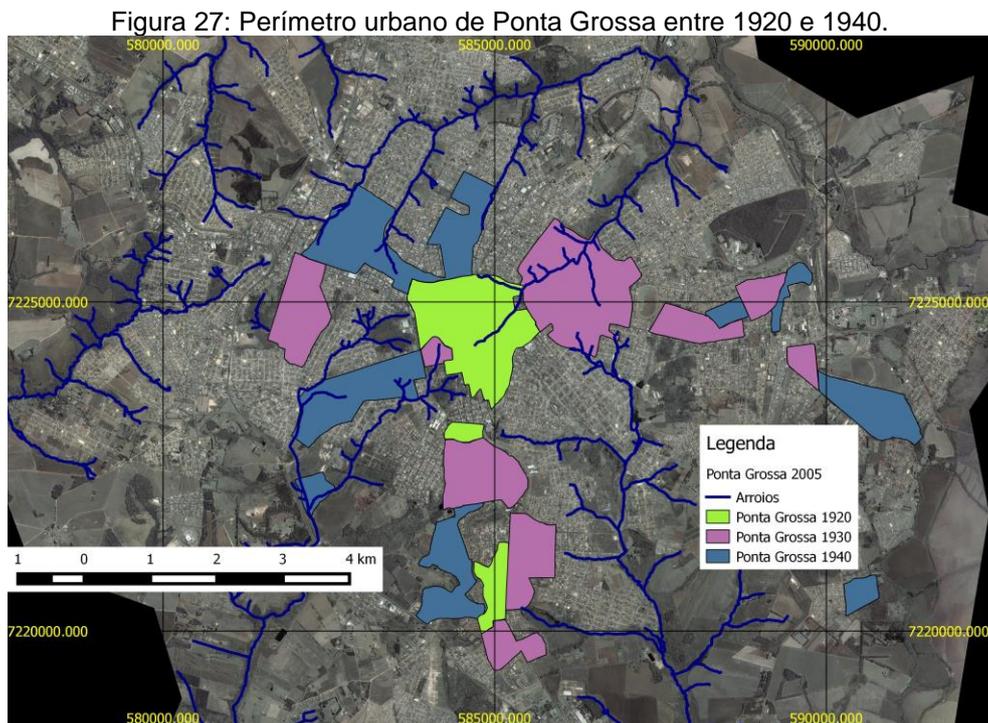
Figura 26: Caixa d'água centro 1939.



Fonte: Acervo da SANEPAR.

Podemos ver na figura 27 a configuração urbana de Ponta Grossa até a década de 1940, quando o município contava com aproximadamente 29.360 pessoas (DITZEL E LÖWEN SAHR, 2001), espalhados pelos loteamentos. Ponta Grossa proporcionou a criação de loteamentos isolados, estendendo a cidade além da necessidade da população (MONASTIRSKY, 1997). Como em muitas outras cidades, a parte central, com os melhores aparatos urbanos,

recebiam as pessoas mais ricas que podiam pagar por impostos prediais mais caros criando um “aburguesamento” do centro, enquanto aqueles que não podiam pagar eram expulsos para as periferias, criando assim um subúrbio (LEFEBVRE, 1999, p. 102). Nessa mesma figura, é possível ver que, alguns córregos já estavam sendo ocupados.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Apesar da expansão demográfica, dos aparatos urbanos e de um melhoramento significativo na qualidade de vida das pessoas, a ocupação dos córregos começou a ser visível, ao passo que estes tornavam-se cada vez mais invisíveis. O local que era utilizado por moradores para lazer passava por mudanças com a vinda de um “progresso” no qual não via espaço para o natural.

O processo de canalização, ou invisibilização, pode ser considerado como um afastamento das pessoas dos arroios, tornando-os um lugar de repulsa. Um motivo seria o despejo de esgoto na medida que a expansão urbana alcançava os cursos de água. Essas ações não ocorreram com tanta intensidade na década de 1940, mas a partir da segunda metade do século XX, foram criadas inúmeras vilas pela cidade, as quais acomodavam a crescente

população. Em uma delas, o jornal noticia mais um “melhoramento” em Ponta Grossa:

Constituiu um acontecimento sensacional, para o mundo social princezino, a inauguração, na tarde de domingo ultimo, a piscina que o coronel Cristiano Justus vem de construir na sua bellissima e aprazível chacara, situada nas proximidades da Vila Oficinas, o que equivale a dizer, ás portas da cidade. [...] A prova de que a criação de um local como aquele, em a nossa cidade, era de inadiável necessidade, está no numero incontavel de pessoas que na tarde de domingo ali afluíram. Numerosas famílias e banhistas lá estiveram toda a tarde daquele dia, enchendo o ambiente de alegria e de graça, dando ao mesmo um aspéto de requintada elegancia.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 de outubro de 1940).

A poluição dos arroios levou a população a procurar outras formas de lazer. O que um dia servia como ponto de encontro entre famílias, onde as crianças brincavam e se refrescavam, tornou-se um lugar de repúdio. A piscina particular foi uma saída para poucos, os quais podiam mostrar um *status* ao entrar e banhar-se.

Contudo, os problemas de abastecimento da cidade começaram a ser mais raros e o poder público estadual os administrava de forma satisfatória. As notícias sobre problemas de falta d’água eram a respeito de estiagens ou ações locais, como é possível ver na reportagem abaixo:

Apesar da prolongada estiagem que assolou nossa terra – graças ás inumeras providencias tomadas pelo poder publico – não chegou a faltar o precioso liquido á nossa população. Aliás, as represas, principalmente a de Botuquara, tem agua em abundancia. Como já temos comentado o que falta para a abundancia dos reservatorios que abastecem a cidade. [...] Vai ser instalada uma Caixa d’agua nas imediações da Catedral, afim de que não mais falte agua á parte alta da cidade. Como se vê, têm sido tomadas todas as medidas que se fazem necessarias para a solução do tão magno problema. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 de outubro de 1944).

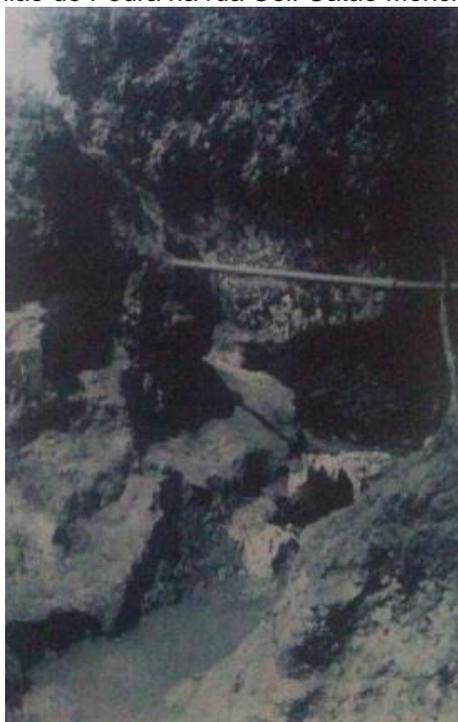
Com a ocupação urbana derivada da chegada de inúmeras pessoas e a falta de ligação de esgoto das casas, o escoamento do esgoto dava-se diretamente nos arroios próximos, como pode ser visto nas figuras a seguir.

Figura 28: Arroio não identificado.



Fonte: Acervo da SANEPAR, 1940.

Figura 29: Arroio Pilão de Pedra na rua Cel. Catão Monclaro, Centro.



Fonte: Acervo da SANEPAR, 1940.

Figura 30: Bueiro rua Catão Monclaro, Centro.



Fonte: Acervo da SANEPAR, 1940.

Figura 31: Bueiro rua Curitiba, Olarias.



Fonte: Acervo da SANEPAR, 1940.

Por fim, no ano de 1950, o sistema de abastecimento foi ampliado, como diz a notícia do Diário dos Campos:

A nossa reportagem foi informada de que foram concluídos, na Represa do Botuquara, os trabalhos de instalação do novo motor bomba, adquirido nos Estados Unidos, o que permitira sensível melhoria no abastecimento de água à população da cidade, possibilitando mesmo o aumento da rede existente. [...] Assim é que, de agora em diante, o serviço de água da cidade aumentará em eficiência, graças aos esforços que, para isso, desenvolveu o atual governo da cidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 de junho de 1950)

A cidade a partir deste momento inicia uma nova fase de crescimento, experimentando melhorias significativas em diversas áreas como indústrias, comércio e atração de mais moradores, conseqüentemente, ampliando o quadro urbano, num surto de “progresso, civilização e modernidade”. Mais acostumada a viver no meio urbanizado, a população começa a mudar seus hábitos, repudiando o natural em função no artificial. Os arroios são deixados de lado e vistos como locais sujos que serviam para depósito das águas e resíduos produzidos pela cidade.

Ponta Grossa recebia muitos migrantes graças a sua estrada de ferro. Isso começou a se tornar um problema a partir de 1950, pois as pessoas que não tinham condições de habitar locais valorizados, ou mesmo outros mais simples, procuravam refúgio na beira de arroios, implicando no começo da favelização de certos pontos da cidade¹⁴.

¹⁴ No entanto, não cabe discutir isso nessa dissertação, pois é algo amplo que reflete até os dias atuais, sendo pauta das mais diversas discussões.

CAPÍTULO 2 - ORDENAR PARA PROGREDIR

O crescimento urbano demandava certo regramento da população pontagrossense. Segundo Ditzel (2004), as vilas começaram a crescer e obter um distanciamento do rural, se tornando mais atrativos e aglutinadores de atividades voltadas para economia. E neste contexto, o Código de Posturas foi um instrumento fundamental para o ordenamento que se pretendia.

As cidades favoreciam um ambiente que proliferava doenças. Para evitar que isso fosse cada vez pior, esses códigos foram criados para reger a conduta dos cidadãos. De acordo com Schmachtenberg (2008), os códigos eram também conhecidos como posturas policias, sendo um regulador social, vigiando e punindo as pessoas que, de alguma forma, não estivessem dentro dos padrões adequados. Ou seja, serviam com um mecanismo de controle espacial pois, devido à quantidade de endemias, era necessário policiar as localidades afim de conter sua proliferação.

Hábitos como jogar animais mortos em qualquer lugar, não cobrir os alimentos vendidos ao ar livre, feiras sem nenhum controle de higiene eram fatores que as posturas pretendiam combater. Além disso, todas essas situações não eram vistas como civilizadas, atrasando o estabelecimento do progresso e da modernidade. A urbanização, segundo Siqueira (2010), era um motivo para realização de obras ligadas ao saneamento e a higiene, além de ampliação e melhoramento da estrutura das cidades; e ao mesmo tempo modelar uma estética urbana, com padrões europeus de modernidade.

O melhoramento era especialmente feito para as elites das cidades, já que elas normalmente batalhavam para conseguir certas benesses que muitas vezes não eram utilizadas, ou muito pouco utilizadas, pela população de renda inferior. Para Siqueira (2010, p. 229), “os equipamentos de infra-estrutura, moradia e transporte não atendiam às demandas sociais, ou seja, não se estabelecia uma articulação mais concreta e mais acessível entre o centro e as periferias”.

2.1 – A HIGIENIZAÇÃO COMO PARÂMETRO PARA O PROGRESSO NACIONAL

Na passagem para o século XX, as doenças e epidemias eram preocupantes em todo o território brasileiro. Havia a “necessidade de construção de projetos nacionais nos campos de Saúde e Educação que foram idealizados no contexto do século XIX” (GÓES JUNIOR, 2013, p. 141), passando a encarregar médicos e sanitaristas para as chamadas funções de vigilantes sanitários. Pode-se dizer que a medicina, segundo Almeida (2011), seria uma “organização social”, detectando doenças no “corpo da sociedade”, tendo assim uma força política impositiva das necessidades de um povo, através de um policiamento das condições de saúde.

Esse contexto era carregado pelo pensamento de formar uma nação moderna, educando e polindo-a. Para isso, a pretensa vida civilizada tinha bases em países europeus, recorrendo a modelos existentes tidos como “cidades limpas, higiênicas, ordeiras e com paisagens arborizadas” (SIQUEIRA, 2008, p. 5). De acordo com a autora, os estilos urbanos baseados na França tinham o propósito de organizar a cidade, voltando-a ao conhecimento científico de saúde com o intuito de diminuir as chances de epidemias e proliferação de doenças. Dois alinhamentos eram necessários para isso: o primeiro significava o saneamento e melhoramento na infraestrutura; o segundo representava o ideal de estética urbana. Esse modelo era uma construção da burguesia, a qual disseminava a necessidade de cidades sem insalubridades.

O progresso era o objetivo dos incipientes centros urbanos. Diferente das áreas rurais vistas como atrasadas, as cidades deveriam mirar a civilidade. Para tanto, foi utilizado “o discurso elaborado pela Medicina Social e apoiado pelas classes dirigentes para criar políticas públicas capazes de normatizar a cidade, os hábitos e os costumes da sociedade” (ALMEIDA, 2011, p. 4). Góes Junior (2013) assinala que existia uma enorme diferença entre uma cidade litorânea e uma cidade interiorana, especialmente na forma de estruturação de cada. Devido a colonização do litoral, as cidades recebiam mais estruturação e cresciam, enquanto as situadas mais no interior não tinham as mesmas condições.

A ideia do ambiente como causador de moléstias ao ser humano tomava conta do pensamento no velho continente, e, conseqüentemente, no Brasil. A perspectiva de tratar não apenas a pessoa, mas também assegurar a saúde dos demais cidadãos era uma obrigação de Estado, evitando que epidemias e doenças fossem espalhadas. A contaminação da água e a ingestão desta causaria doenças que futuramente poderiam se espalhar, tornando-se uma epidemia (LIBLIK, 2004). Dessa forma, os rios eram vistos como portadores de moléstias e deveriam receber tratamentos especiais, levando o dejetos para longe.

A sociedade também recebia um tratamento especial, pois era vista como um “organismo vivo e deveria ser protegida” (LIBLIK, 2004, p. 24) recebendo estudos para entendimento de sua dinâmica e acontecimentos através de ensaios e ações profiláticas. Entretanto, a natureza não era tida como inerte, ou seja, era considerada parte do urbano, precisando também receber “tratamento adequado” por fazer parte do cotidiano dos habitantes. Comumente eram realizadas canalização de rios, drenagem de pântanos e outras ações para dar mais conforto aos habitantes e expandir a malha urbana. A descoberta da bactéria e do vírus deram novo fôlego à medicina, com avanços em pesquisas e estudos sobre inúmeras doenças contribuíram para a compreensão das moléstias e a criação de vacinas (ibidem).

Nas últimas décadas do século XIX, o processo de urbanização passa a ser mais que a ocupação humana nas cidades, tornando-se significado de modernização, alterando os hábitos de uma população que anteriormente vivia no campo para enquadrar-se no civilizado, no progresso e no poder juntamente com epidemias (SIQUEIRA, 2008, p. 1). No começo do século XX, a vinda de imigrantes, além de incrementar a população nos principais centros urbanos, ajudou a desenvolver a nação com o advindo de maquinários de outras partes do mundo, especialmente da Europa. Ao mesmo tempo, para melhorar a “raça brasileira” tanto física quanto mentalmente, foram utilizadas ideias eugênicas de miscigenação com os imigrantes europeus, com intuito de branquear a população (BERTUCCI, 2005).

A eugenia advém do século XIX, quando seu criador Francis Galton pensava numa forma de melhorar a raça humana através da hereditariedade (MACIEL, 1999). Essa teoria no Brasil foi bem aceita, pois justificava o atraso

da nação em relação a outros países. A teoria de Galton ainda tinha como objetivo resolver as enfermidades¹⁵ da população, elencando problemas que seriam característicos de cada raça, por meio de um claro determinismo racial, para assim tentar impedir a sua reprodução. No Brasil, existiam médicos que defendiam esterilização de doentes (GÓIS JUNIOR, 2013) para evitar a procriação e a continuação da ignorância. Além dessa visão de culpa racial, era dito que os gases dos solos, córregos, pântanos e outros, causariam doenças se ocorresse inalação. O clima também influenciaria na possibilidade das pessoas serem mais propícias à doença em certas regiões do que em outras. E os povos nativos brasileiros eram considerados ignorantes e doentes, pois o modo de vida que seguiam não condizia com a modernização nacional e o progresso almejado.

Na década de 1910, o movimento higienista nacional declarou (embora isso já viesse sendo discutido desde o século XIX) que apenas a saúde e a educação poderiam salvar o povo que vivia no interior, fora da civilização, pois estavam abandonados e doentes (BERTUCCI, 2005). Esse ideário procurava “resgatar” essas pessoas para tratá-las. Porém, como os principais centros encontravam-se nas proximidades do litoral, todo o interior da nação, ainda não amplamente conhecido, seguia considerado ignorante e necessitando de ajuda.

Segundo Bertucci (2005), após a década de 1910, a higienização ganhou força e foram realizadas expedições para o interior do Brasil com o intuito de realizar pesquisas sobre a parte “não civilizada” do território nacional. As anotações das expedições diziam que os sertanejos apenas sobreviviam em tais condições sem higiene, relatando inúmeras doenças. Para que eles pudessem ser salvos, era preciso levar a “civilização” até aquele lugar e impor algumas regras para que assim pudessem ser educados e curados. Os métodos utilizados por estes sertanejos não condiziam com os ditos eficazes e salubres do ponto de vista higiênico e sanitário. Os médicos diziam que era preciso acabar com a ignorância

que, com várias intensidades infestava o inteiro do Brasil, só assim as doenças poderiam ser tratadas e uma “nova população”, saudável, surgiria. Seriam os cuidados médicos dos problemas de saúde e a educação da população, que colaborariam definitivamente para forjar

¹⁵ Entrava, nesse caso, “características ‘indesejáveis’ (tais como doenças mentais ou os então chamados ‘impulsos criminosos’)” (MACIEL, 1999, p. 121).

o *povo brasileiro*, pois o que existia no sertão não seria mais que o resultado de séculos de abandono, que havia resultado em miséria física e intelectual das pessoas. (BERTUCCI, 2005, p. 3)

As ideias da medicina sobre o ambiente refletiam diretamente no ser humano que ali vivia. Por exemplo, um ambiente pantanoso e fétido teria uma influência sobre o modo de vida do habitante daquele lugar, resultando numa pessoa fraca, de olhos amarelos e com problemas de pele. Outro fator seria o calor que entristecia os povos tropicais, tornando-os miseráveis, ignorantes e brutos.

Dentre observações feitas, as mais notáveis foram em relação aos animais e aos humanos presentes nos locais mais afastados. Ambos eram franzinos e viviam doentes, sobrevivendo naquelas condições. A população vivia em casas rudimentares, usando roupas sujas e velhas, alimentando-se de forma insuficiente. Observando a pouca frequência de centros urbanos pelo interior, deduziu-se que esse era o problema. A falta de uma educação aliada à ignorância e ao abandono social levavam àquela situação, sendo fundamental resolvê-la. As críticas à medicina popular ajudavam nesse pensamento, pois, aos olhos dos pesquisadores, as práticas tradicionais de cura eram ineficientes. Tal medicina não salvaria a pessoa no caso da picada de algum animal venenoso ou ataque de outros (BERTUCCI, 2005). Enfim, a medicina popular e as crendices eram consideradas meras superstições, a população precisava ser levada para o caminho “da luz”, saindo da “escuridão” da ignorância.

A realidade encontrada Brasil adentro fortaleceu ainda mais a ideia da necessidade de purificação do povo brasileiro, já que a diferença entre o litoral e o interior eram marcantes. Observando as crendices que não ajudaram a população a melhorar, era mais que provado que a civilização e o progresso deveriam chegar ao interior, e isso poderia começar com o contato com imigrantes europeus. A “raça branca”, que estava nos grandes centros e regiões mais desenvolvidas, mostraria uma nova forma de vida aos sertanejos. Tudo deveria ser controlado pelo governo da república (BERTUCCI, 2005).

Os especialistas concluíram que as epidemias podiam ser causadas por condições ambientais, ou seja, clima local, ausência de tratamento de lixo e falta de saneamento, pouco abastecimento de água, e tantos outros problemas ligados ao ambiente, onde as medidas deveriam ser tomadas em relação ao

mesmo para evitar propagação das moléstias (PEREIRA, 2005). Assim, o tratamento desses males ganhou força com o começo do século XX, num intuito de resolver o que o urbano implicava. Os médicos também diziam que a agressão ao rio estava ligada com os problemas de administração dos resíduos gerados pelas cidades e denunciavam “aquilo que era para eles da mais alta gravidade, envolvendo o destino das águas servidas, o lixo, a poeira ou a construção de estrebarias situadas em áreas localizadas em extremos da cidade que iam sendo incorporados à área habitada de uma cidade em expansão” (ARRAIS, 2008, p. 85).

A infraestrutura das cidades tiveram significativos investimentos em obra sanitárias juntamente com campanhas de vacinação e educação social, aliadas a medidas mais duras como a remoção e demolição de cortiços e moradas consideradas insalubres e não higiênicas (SIQUEIRA, 2008). Por todo o Brasil, existiam o Códigos de Posturas, uma espécie de regramento criado em diferentes épocas com o intuito higienista e normatizador da população. Eles serviam para criar uma “gestão eficiente do espaço urbano, principalmente para a solução dos entraves relacionados à 'questão sanitária'” (PEREIRA, 2005, p. 250).

2.1.1 – O CÓDIGO DE POSTURAS E AS IMPOSIÇÕES DO URBANO

Muitas cidades tinham Códigos de Posturas, criados por engenheiros, sanitaristas e outros profissionais. Tais códigos eram conhecidos por normatizar a vida urbana, regrado e disciplinando a população nos mais diversos aspectos, especialmente na ordem pública, indo desde a metragem que uma casa deveria ter de fachada até a norma de comportamento das pessoas nas ruas. O intuito com tal instrumento era evitar a propagação de doenças e incitar as pessoas ao convívio civilizado. Tais códigos mostraram que “o desenvolvimento econômico, político e social da cidade explicitaram o processo de urbanização, exigindo uma maior quantidade de serviços e de melhorias, melhorias estas que traduzem a modernidade no século XIX” (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 2).

Surgia no período também a biopolítica. Com o objetivo de levantar dados sobre a população e analisar informações estatísticas do que ocorre,

com vistas a melhorar a saúde da população e as suas condições de vida através de uma regulamentação dos hábitos, sendo

uma forma de normalização da sociedade, normatização do espaço urbano, de organização do ambiente citadino e ainda como uma legislação da cidade, que tenham efeitos regulamentadores e disciplinares, visto que os códigos estão dentro de uma visão jurídica, do cumprimento de normas e regras de convívio, como uma nova forma de socialização, normas de civilidade e sociabilidade e que pressupõe um saber. (SCHMACHTENBERG, 2008)

Ordenações de construções, medidas de calçadas, muros e alturas de casas, proibição de circulação de animais em algumas ruas, horários para circulação de pessoas e fechamento de comércios eram alguns dos capítulos que existiam nos Códigos. Como já dito, eles serviam para prevenir possíveis miasmas e controlar a população padronizando um modo de vida. Se algo não fosse cumprido, existia uma polícia específica para vigiar os habitantes e puni-los com multas, se necessário, causando um alerta em toda a população para seguir as regras. Dessa forma, era possível manter um certo controle sobre a higiene e salubridade.

O Código de Posturas Municipais de 1915 de Ponta Grossa era utilizado da mesma forma pela municipalidade, ou seja, visando uma cidade limpa e organizada, ditando regras de conduta, de construção, entre outras para a população. Cada descumprimento acarretaria numa multa ao infrator. Era preciso acabar com o modo de vida do campo que insistia se fazer presente no contexto urbano.

O Código fazia uma breve descrição da cidade, trazendo seus limites tanto municipais quanto do quadro urbano e situando os habitantes. A primeira parte apresentava o título “Limpeza da cidade, tranquilidade e segurança publica”. Aqui, a municipalidade impunha a obrigatoriedade dos moradores a “conservar sempre limpos e capinados as testadas de suas casas, jardins ou quintaes, as sarjetas [...] a mesma obrigação e pena são impostos aos proprietarios, desde que os seu terrenos estejam calçados, e arrumados”. A desobediência resultava numa multa direta ao proprietário.

Algumas das competências da prefeitura também eram descritas, como o plantio de árvores que a Câmara poderia promover, onde e quando fossem necessários, obrigando os moradores a cuidar das mesmas caso estivessem

plantadas na frente de suas casas. No caso de flagrante de depredação, tanto da árvore quanto do cercado da mesma, o infrator seria multado.

Além da conservação das árvores, os moradores que não mantivessem suas fachadas, muros, grades e calçadas bem conservadas, também seriam multados. Isso porque o ato de calçar as frentes das casas, dava um tom limpo, mantendo vias sem problemas de pó e sujeira. A determinação de quais casas deveriam dar prioridade a tais ações era responsabilidade do prefeito, descrita no Artigo 6º inciso 1º, que através de um fiscal daria um prazo aos proprietários “para faserem construir, concertarem ou abaixarem suas calçadas, no nivelamento e alinhamento das ruas.” A padronização de embelezamento de algumas casas dava um ar mais moderno para a cidade e obrigava a população a seguir regras.

A deposição de resíduos nas ruas também era passível de multa, como jogar objetos que pudessem ferir as pessoas, abrir toldos, colocar vasos pro lado de fora da janela, abandonar objetos para o lado de fora da casa ou outro tipo de lixo incluindo animais mortos. A prática comum foi vista como um dos principais causadores de moléstias na cidade. Para evitar tais problemas, exigia-se que todos os objetos fossem dispostos dentro de uma caixa e colocados na frente das casas em dois dias específicos da semana, para que fosse possível a coleta. Isso, no entanto, não deveria danificar as sarjetas, o que seria igualmente passível de multa. O mesmo aplicava-se a colar cartazes ou fazer desenhos e escrever em paredes ou qualquer outro tipo de depredação, como destruir as torneiras e chafarizes.

Em relação à segurança, dentro do perímetro urbano era expressamente proibido efetuar disparos com armas de fogo ou mesmo rojões. A cidade civilizada não aceitava atos que levassem a morte de pessoas, ou mesmo o distúrbio do sossego. Mais que isso, os animais não poderiam ser amarrados, alimentados, deixados parados abandonados nas ruas e calçadas, como também não era permitida a condução de animais bravios sem cabresto ou mesmo galopar em ruas e praças.

A forma de vestimenta das pessoas era outro item passível de multa, onde “ninguém poderá andar pelas ruas, praças e outros lugares publicos senão decentemente vestido, sob pena de multa de 20\$000 reis e de ser recolhido à prisão por 24 horas”. A pena de prisão e multa também valia para

pessoas que fossem encontradas xingando ou atentando contra a “moral e os bons costumes”, incluindo gritarias, cantar por lugares públicos e perturbar o sossego da cidade.

Para ter criação de animais de estimação, como cachorros, era necessária uma permissão da Câmara e um registro com número catalogado na prefeitura. Caso não fosse respeitada a lei, os animais seriam executados. Cães com raiva ou bravos também teriam o mesmo destino, igualmente aqueles que atacassem os pedestres, independente do registro, o dono pagaria uma multa além de arcar com o despacho do animal morto.

No centro não era permitida a concentração de boiadas e porcos, o que além de atrapalhar o trânsito, sujava a cidade e acarretava riscos de ferir as pessoas. Para solucionar esse problema, o Código designava lugares específicos para manter os animais, previamente estabelecido por um fiscal e sob observação deste. Com relação às tropas, os condutores deveriam cuidar do patrimônio ao entrar na cidade, não danificando calçadas, veículos ou ferindo pedestres. A movimentação deveria ser ordeira para descarregar os mantimentos e retirar-se para seguir viagem. No caso de corridas de cavalo, a Câmara deveria autorizar, sendo passível de multa aqueles que não cumprissem.

Não era mais permitido fogueiras no centro da cidade, sendo restritas nos arredores nas noites de comemoração de festa junina e julina. O mesmo era válido para foguetes, balões e fabricação de qualquer tipo de explosivo. Para o porte e manuseio de armas, era necessário um documento da prefeitura, legalizando a utilização. Caso algo fosse descumprido, o cidadão era multado.

No caso de um incêndio, o cidadão que de pronto ajudasse a combater o sinistro receberia uma gratificação da prefeitura. Já os trabalhadores como “carroceiros e vendedores de água conservarão diariamente as suas pipas cheias d’água durante a noite, e serão obrigados a concorrer ao lugar do incendio, para fornecerem água ao serviço de extinção”. O Código ainda obrigava os munícipes a fornecerem seu poços e tanques d’água para as autoridades e, em caso de negligência, uma multa era aplicada.

Essa primeira parte do Código mostrava regras de convivência e modos para a população. A adaptação a esta mudança não seria rápida, pois deixar

hábitos seguidos por anos em um curto período de tempo não era fácil. O cotidiano urbano começava a mudar, novas regras começavam a surgir, o controle da população intensificava-se. A ordem pública vigiava e punia seus habitantes constantemente.

Ponta Grossa, assim como muitas outras cidades do interior, tinha criadouros e as tropas que passavam deixavam seus animais para descansar nas proximidades do Largo do Rosário. Ou seja, apesar de ser considerado moderno, o município ainda tinha muitos problemas de higiene, como denunciava o jornal na época:

O lixo amontoa-se nos quintaes, as fossas de dejectos não são, nunca foram convenientemente desinfectadas; ha casas, muitas casas, condemnadas, sem ar, se luz, sem impermeabilidade do sub-solo, cousas estas, emfim, de difficil observação, numa cidade tão nova como a nossa, porém, e isto é observavel, sem as rigorosas condições internas de acceio [...] Nossa cidade é aberta, livremente, ao transitto, nella penetrando individuos suspeitos de portadores de molestias infecciosas, sem a menor inspecção. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 de novembro de 1915)

A higiene e a salubridade públicas estavam na pauta do Código de Posturas. Não era apenas proibido criar animais no centro da cidade, a proibição também se estendia às casas particulares, onde a criação de porcos era vedada, sujeito a multa e retirada dos mesmos. Apenas era permitida tal prática em locais que a prefeitura estipulava.

Além do problema dos porcos, “onde houver aguas extagnadas ou pantanos, são obrigados a exgotal-os e discal-os”. As águas pluviais não poderiam ficar inertes, tendo a necessidade de serem escoadas para “lugares inferiores”, pois, se houvesse a mistura dessa água com o esgoto causando algum problema de saúde a alguma pessoa, o dono do terreno era multado. Sabendo que existiam vários desses problemas no quadro urbano, a vacinação de crianças até 7 anos era obrigatória. Os chafarizes e fontes deveriam ser utilizados para abastecimento da população com água potável, e era expressamente proibido lavar roupa, dar de beber diretamente ou banhar animais, lavar carros e tomar banho nestes locais. A deposição de qualquer resíduo ou animais mortos nas fontes d’água ou proximidades estava sujeita a multa.

Para os vendedores de alimentos, existiam regras rígidas, os perecíveis deteriorados não deveriam ser expostos ou vendidos e sim descartados e enterrados longe da cidade para não causar contaminação. Os utensílios e equipamentos de manuseio deveriam estar em condições impecáveis, enquanto pessoas doentes não poderiam trabalhar com gêneros alimentícios ou mesmo com clientes. A confecção de alimentos com substâncias perigosas à vida humana era proibida. Já os vendedores ambulantes deveriam manter os alimentos conservados dentro de vidros para evitar moscas e poeiras, causando possíveis doenças aos compradores. O leite vendido deveria ser conservado em recipiente lacrado e armazenado de forma cuidadosa.

Para evitar que houvesse problemas na água que viria abastecer a cidade, o Código proibia que, por qualquer motivo, realizassem roçadas e derrubadas de matas que protegessem as nascentes, cabeceira de rios ou mesmo mananciais, estipulando uma distância destes de 10 metros. Esta nem mesmo era cumprida pela municipalidade, a qual devastava e expandia a malha urbana em nome do progresso, alegando necessidade de novos loteamentos para comportar os habitantes que chegavam. A lei não era aplicada para toda a extensão dos córregos, ficando apenas restrita em suas cabeceiras, portanto, não sendo totalmente eficaz.

2.1.2 – AS POSTURAS E A HIGIENE DE CURITIBA

Não era apenas em Ponta Grossa que existiam regras direcionadas à população e problemas de salubridade. Na capital do estado o Código de Posturas surgiu no século XIX, num contexto que ainda possuía elementos que remetiam ao passado colonial, dentre eles a diferenciação da economia existente na cidade e a economia no campo, onde aquela representava o comércio e a troca de produtos, enquanto esta era voltada para plantações, criação de animais e outros elementos do campo (DE PAULI, 2008). Curitiba tornava-se um centro muito importante no Paraná, sendo o coração das decisões políticas do estado e abrigando também os donos das grandes terras no campo. Apesar dos ares progressistas curitibanos, muitas práticas ainda

persistiam, como o trânsito de animais pelas ruas da cidade, a desordem nas construções, calçamentos e outros elementos urbanos.

Na década final do século XIX, a capital tinha uma má distribuição de água e a população era obrigada a encontrar fontes com baixa potabilidade (LIBLIK, 2004). O aumento da urbanização fez com que a malha invadisse alguns pontos cruciais que forneciam água aos chafarizes, desmatando a mata ciliar e preocupando o poder público sobre a qualidade e eficiência do abastecimento (SOUZA, 2000) sendo agravada pela chegada de fábricas ocasionando o aumento da necessidade de distribuição de água à população. O Rio Ivo servia de depósito de lixo e dejetos dos moradores, não podendo ser aproveitado devidamente. A população convivia com o rio, o qual passava por terrenos de várias propriedades. Como a necessidade de água era urgente, a municipalidade cogitou a retirada de água do rio Belém e do Barigui no ano de 1877 (DE PAULI, 2008). Segundo esta pesquisadora, a água passaria a ser filtrada e cobrada, seria gratuita apenas para órgãos públicos e emergências.

Lá também a busca era por salubridade e higiene, com o intuito de evitar propagação de doenças e hábitos que pudesse levar algum risco à saúde. Mas, segundo Cruzetta (2010), apesar do crescimento contínuo que Curitiba tinha, existia uma dualidade: ao mesmo tempo vista como moderna, a vivência da população remetia a ações não salubres, tidas como coloniais. Para mudar esse quadro, no ano de 1885 o presidente provincial Alfredo D'Escragnole Taunay realizou obras que impactaram a população curitibana, dentre elas a transformação da área alagadiça do Rio Belém, um dos rios mais importantes da cidade, em uma área de lazer para a população, com passeios nas margens, o alargamento das ruas e arborização. A ideia de ruas mais largas e arborizadas remetia ao pensamento higienista de purificação pelo ar circulante.

Na virada do século XIX para o XX, governos provinciais e municipais orientaram muitas práticas com o intuito de intervir na vida social e moldar uma sociedade voltara para a ciência, progresso e civilidade onde

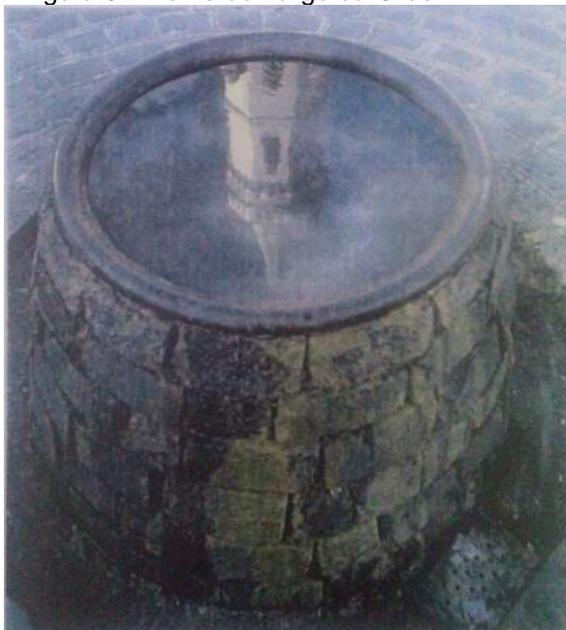
instauraram-se, portanto, verdadeiras práticas de gerenciamento da população, através da atuação pública principalmente no que diz respeito ao saneamento, educação e segurança. O espaço urbano deveria oferecer aos seus habitantes segurança, sendo-lhes garantido um ambiente moralizado e higienizado (LIBLIK, 2004, p. 9).

Para Carvalho (2008), a atualização do Código em 1895

instituiu minuciosamente as larguras mínimas das ruas, a uniformização da altura e alinhamento dos prédios e pavimentos, a largura e altura de janelas e portas, a proibição de coberturas visíveis da rua, e outras medidas que visavam proporcionar um ambiente ordenado e harmônico (p. 20).

O aspecto empobrecido de alguns locais de Curitiba chamava a atenção do poder público sobre a falta de salubridade, pois as condições ali vividas não vislumbravam a modernização tão importante para a capital, muito menos os hábitos de higiene. No final do mesmo século, Jayme Reis, um médico higienista, fez estudos sobre endemias em Curitiba, ligando a situação higiênica com o progresso (LIBLIK, 2004). Muita gente demandou um abastecimento de água para a população, que retirava o líquido de rios e poços nas redondezas. Uma das fontes para abastecimento implantada em 1853, onde atualmente é o Largo da Ordem (figura 32), não era o suficiente, muitas pessoas iam coletar o líquido e soldados faziam a guarda do lugar na garantia da ordem e pureza da água (SOUZA, 2000).

Figura 32: Fonte do Largo da Ordem.



Fonte: SOUZA, 2000

A sede do governo da província possuía arquivos e relatórios de Secretários de Estado e dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, os quais diziam que

a saúde pública passa a ser, neste período e neste discurso, um elemento de construção da população disciplinada e ordeira e de elaboração da cidade saneada como palco de atuação desta população. População e cidade são tratados de maneira íntima e relacionada, numa abordagem complementarizante de construção mútua de objetos e espaços de normas e procedimentos. (PEREIRA, 2000, p. 51)

Observando essa necessidade, surgiu em 1906 um laboratório em Curitiba com a tarefa de realizar análises químicas em alimentos, zelar pela higiene e combater moléstias (LIBLIK, 2004). O intuito seria estabelecer outros modos de controlar e criar normas para a população, garantindo a higiene. Essa foi uma forma de poder controlar a salubridade da cidade em meio uma onda de imigração. O governo estadual, por meio do Secretário de Interior, acusava-os de trazer as doenças, pois passavam dias viajando entre diversas cidades, entrando em contato com inúmeras pessoas, chegando em Curitiba e passando as moléstias ao povo ali residente. Entretanto, o Secretário não julgava-os como os responsáveis diretos por isso, mas sim “vítimas” que escaparam de uma vida sofrida, trazendo as doenças junto. A principal crítica era direcionada às pessoas que não buscavam uma forma de evitar a propagação das endemias (PARANÁ *apud* PEREIRA, 2000).

Com o passar do tempo, a capital começou a criar um zoneamento na primeira década do século XX com o intuito de dividir as alas mais abastadas das populares. Assim, os higienistas iniciaram as vistorias nas favelas e outros locais mais pobres educando os moradores considerando que dessas regiões que poderiam surgir epidemias (LIBLIK, 2004).

Aqui entra uma questão interessante. Os higienistas do começo do século XX viam no imigrante uma forma de melhorar a raça brasileira, pois, como dito anteriormente, o brasileiro do interior era ignorante, excluído e doente. Clima, vegetação e outros fatores os tornariam, na visão dos especialistas, debilitados. A melhor opção para curar o sertanejo, como era conhecido, seria a miscigenação com imigrantes europeus, levando tecnologias para o interior e criando cidades como as encontradas no litoral. Na visão do

governo estadual do Paraná, os imigrantes traziam doenças de outros locais, seja dentro dos barcos que vinham de outro continente, seja pelo desembarque em outras cidades grandes. Ora, o imigrante seria, ao mesmo tempo, uma “salvação” de uma sociedade doente e um dos responsáveis pela disseminação de epidemias pelas cidades.

Em meio a tantos problemas, o abastecimento de água ainda continuava uma questão central na capital, pois os rios foram tomados pela urbanização e poluídos, inviabilizando a sua utilização. A solução seria a procura de abastecimento longe do perímetro urbano. No começo do século XX, estudos foram realizados para localizar uma fonte abundante para suprir as necessidades da população. Tais estudos apontaram para a Serra do Mar, localizada a 30 km da cidade, na Serra do Marumbi. A construção iniciada em dezembro de 1904, tanto do reservatório para a água quanto do sistema de captação, teve fim com o abastecimento de Curitiba em agosto de 1908. Entretanto, durante a década de 1910, a população curitibana cresceu e o sistema de abastecimento teve problemas novamente. A solução foi a ampliação das represas nos mananciais explorados e pesquisas para encontrar novas fontes que suprissem a necessidade da demanda. Na segunda década do século XX, novas fontes foram construídas em novo mananciais na Serra do Marumbi, aliviando, mas não sanando, o problema de água. O governo curitibano via outro problema com a chegada das águas: para onde levar a água poluída. A solução seria fazer expulsar o problema para longe da cidade (DE PAULI, 2008).

Dentro da cidade, as ações tomadas foram

ordenar os loteamentos, alargar praças, retificar os rios, construir bueiros, arborizar ruas e praças e diversas outras ações que tinham um objetivo bem definido para a cidade de Curitiba: saneá-la. Para empreender essas ações, o então prefeito criou a “Comissão de Melhoramentos da Capital”. (CRUZETTA, 2010)

Pereira (2000) traz relatos de 1900 da saúde do Paraná, dizendo que a situação era considerada boa, pois nenhuma epidemia grave havia ocorrido até o corrente ano. Pelo final da década de 1910, os relatórios não eram animadores, pois a situação de infraestrutura precária não acompanhava o

crescimento das cidades com a chegada de imigrantes pois, como citado no documento,

os progressos continuos do Estado, o aumento de sua população, a crescente facilidade das comunicações, terrestres e maritmas, com grandes centros populosos, são outras tantas causas que concorrem diretamente para a ameaça constante de importação e desenvolvimento rapido de molestias epidemicas, em nosso meio. (PARANA *apud* PEREIRA, 2000, p. 54)

O contexto de Curitiba não estava tão distante de outras cidades da Província, como Ponta Grossa. A diferença de demanda, investimentos e crescimento populacional era evidente, mas a necessidade de controlar a população com as Posturas e limpar a cidade tornou-se meta para ambos os governos. Na Princesa dos Campos, a imprensa teve um papel crucial nesse trabalho através de discursos cobrando tanto a população quanto o poder público.

2.1.3 – O JORNAL E A HIGIENE EM PONTA GROSSA

Apesar da instalação do sistema de abastecimento e da implantação do Código de Posturas, os hábitos não haviam mudado de forma esperada, as criações de porcos, lixo pelas ruas e diversas outras infrações ainda continuavam sendo cometidas ao longo da segunda década do século XX. A criação de uma Delegacia de Higiene na cidade, foi um método para tentar controlar endemias e ter apoio direto do governo do estado.

O jornal Diário dos Campos de 26 de Fevereiro de 1932 entrevistou o responsável pela delegacia, Dr. Azevedo, o qual relatou serem necessários melhoramentos urgentes na saúde pública, pois encontrou diversas doenças entre a população, sendo o tifo e a disenteria as mais endêmicas. O tifo é uma doença transmitida por parasitas como piolhos e pulgas que estiveram em contato com ratos. Essa doença causa dores no corpo e diarreia, enfraquecendo o doente. Já a disenteria é causada através do contato com fezes de animais e humanos, ou mesmo o consumo de algum alimento mal lavado. Essa doença causa diarreia, também enfraquecendo o infectado. Ambas tem como principal fator a falta de higiene pessoal e ambiental.

A instalação do sistema de abastecimento foi de suma importância para a cidade, mas a retirada direta da água do rio enviando para a população sem um tratamento adequado e rigoroso causara doenças intestinais. A verificação da água pela Delegacia de Ponta Grossa constatou que era necessário um tratamento tanto da população como da fonte que retirava a água. Para tanto, a municipalidade enviou à Curitiba um especialista chamado Dr. Cinielo para tratar com o governo melhorias na área da saúde. O jornal entrevistou este homem que disse que “dentre outros problemas abordados, tratei da cloração da água. [...] [o diretor da saúde pública do Paraná] está com pleno conhecimento da situação precária da saúde pública de Ponta Grossa.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 26 de fevereiro de 1932).¹⁶

O jornal dizia que a imediata cloração da água evitaria um enorme risco à vida dos habitantes. A Diretoria Geral de Saúde Pública estava estudando a instalação do serviço o mais breve possível, tanto em Ponta Grossa quanto em Curitiba, que também sofria de graves problemas (DIÁRIO DOS CAMPOS, 26 de fevereiro de 1932). Aqui, o poder municipal realizaria verificações rigorosas em estabelecimentos comerciais, verificando as condições dos mesmos. O Código de Posturas não estava sendo suficiente para a melhoria da saúde, era necessário mais métodos de prevenção. Poucos dias após essa notícia, o jornal informava que

Para maior eficiência do serviço de higiene, a Municipalidade vai entrar em entendimento com o Governo do Estado, para que o Posto de Saúde Pública, que em breve deve ser inaugurado [...] Não é preciso encarecer o quanto significa para a cidade as medidas postas em vigor pelo decreto em causa. Ponta Grossa conta com cerca de 40.000 habitantes; é mister, pois, que a higiene seja irrepreensível. [...] A nossa água precisa ser esterilizada. [...] Será a verdadeira educação sanitária de Ponta Grossa. A Higiene é índice de educação, de civilização. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2 de abril de 1932)

No mesmo ano, foi estipulado pelo prefeito Ernesto Villela o Decreto n. 104 de 15 de março de 1932 que dizia no “Art. 1 – Fica criada a Diretoria de Higiene Municipal da Cidade, a qual terá a seu cargo a superintendência de todos os serviços técnicos e administrativos da Higiene deste município.” (ibidem, 1932). Com a criação deste órgão, a higiene tornou-se um assunto

¹⁶ O cloro é uma importante substância ativa que, ao ser colocada na água, elimina as bactérias e micro-organismos patológicos, tornando-a potável.

levado a sério. O Código de Posturas começara a ser aplicado de forma mais rigorosa e direta. A Diretoria era responsável pela vistoria das casas e estabelecimentos. Como forma de chamar a atenção dos demais habitantes era publicado semanalmente, numa coluna do jornal, intimações diretas aos habitantes que tinham alguma pendência.

Uma seção criada especialmente para essas intimações era chamada de “Directoria de Hygiene Municipal de Ponta Grossa”, noticiando as intimações que foram feitas na semana anterior da edição. Um exemplo ocorre com as

Intimações feitas durante a semana finda, de 29 de Outubro a 5 de Novembro. Francisco Gonçalves – Limpar diariamente o assoalho e quintal da casa á rua Visconde de Nacar. Luiz Fanchin – Requerer vistoria sanitaria para o predio sito á rua C. Miró 2. Teodoro Straszewski – Requerer vistoria sanitaria para o predio sito á rua General Carneiro 25. Teodoro Hargar – requerer vistoria sanitaria para o predio á rua G Carneiro 29. Balbina Guimarães Casciano – Limpar o quintal e desobstruir o esgoto para escoamento das aguas servidas e concertar a descarga da privada da casa á rua Santo Dumont 130. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 de novembro de 1932)

Alguns pedidos realizados provavam que existia uma rigorosa ação direta do poder público aos infratores. Leis das posturas não cumpridas como proibição de criação de porcos nos quintais e vistorias sanitárias em relação a estabelecimentos que não adequavam-se às normas eram os mais comuns. Outras ocorrências como jogar alimentos, cascas de frutas e lixo nas ruas, vendedores que não protegiam seus alimentos de forma correta ou não armazenavam da forma devida, ou até mesmo o modo de manuseio dos alimentos, que não fosse correta, eram direcionadas para a Diretoria; casas e estabelecimentos com problemas de goteiras; instalação de esgoto e torneiras para higiene individual; necessidade de instalação de uma lixeira fechada para depósito do lixo em frente as casas para evitar que moscas entrassem nos resíduos; zelar pelas calçadas sempre limpas e em perfeito estado de conservação; manter a vacinação dos empregados e crianças sempre em dia eram alguns dos diversos casos ocorridos em Ponta Grossa. Os responsáveis deveriam ir até a Diretoria prestar esclarecimentos do motivo do não cumprimento da lei e, se necessário, pagar multa por isso.

Iniciou-se também campanhas de vacinação gratuita: “Vacinação Anti variolica gratuita. Diariamente, das 13,30 ás 14,30 horas na prefeitura” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 de fevereiro de 1933). A cidade prosperava e aos poucos

os problemas com a higiene e saúde começavam a ter uma estabilidade. Para auxiliar a população a evitar contaminações, o jornal elenca um “Decalogo da Higiene”. Dentre as recomendações, a necessidade de tomar ar fresco e evitar a acumulação de poeira na casa para não acarretar o surgimento de micróbios; exercícios regulares fortaleciam a musculatura do corpo deixando-o mais resistente a doenças; o consumo excessivo de bebidas e festas noturnas debilitavam a saúde e enfraqueciam o corpo, pois a noite foi feita para descansar; banhos frios todos os dias fortaleciam a pele, enrijecendo os músculos; a utilização de vestidos justos não era considerado higiênico; a habitação deveria ter, além da circulação do ar, exposição direta ao sol para não deixar criar umidade nas roupas e cômodos e a casa limpa constantemente evitava miasmas; a correta limpeza de alimentos e sua conservação possibilitavam manter os nutrientes; trabalhos regulares e intensos fortificam o corpo contra doenças; a realização de boas ações ajuda o corpo a melhorar (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 de maio de 1938).

Dicas de como cuidar bem do corpo foram dadas. Os preceitos sobre alimentação sugeriam um bom tratamento do sistema gastrointestinal, cuidado principalmente qual alimento ingerir, se o mesmo encontrava-se estragado ou vencido, se moscas o circulavam ou tinham mal cheiro. A alimentação fora de hora também era condenada pois, “o estômago precisa repouso entre as principais refeições” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 29 de julho de 1939).

No ano de 1939, foi lançada uma nova edição do Código de Posturas, criando mais regras de construção, manuseio e tratamento do patrimônio na vida urbana, mas mantendo as já citadas. Com essas medidas, o pontagrossense inseria-se num modo de vida moderno e progressivo. As endemias aos poucos diminuía, as fábricas e comércios expandiam e a população crescia.

2.2 – O PROGRESSO: DIREÇÃO AO FUTURO DE CIDADES ORDEIRAS

Ao tomar conhecimento do modo de vida de países europeus, como a França, a partir de 1900, a infraestrutura urbana brasileira recebe melhoramentos através da mecanização dos transportes em algumas cidades,

calçamento de ruas e ligações entre diversas localidades, as quais facilitavam a migração e surgimento de novos povoados. Essas mudanças melhoraram o aspecto de vida das pessoas, contudo, a cidade tornou-se a representação de poder e ao mesmo tempo de epidemias. Para Siqueira (2010), a urbanização deixou evidente o interesse por um lugar moderno, mexendo com o imaginário dos moradores, transformando hábitos no começo do século XX. Hábitos estes que começaram a ser vistos como um desligamento do rural, deixando de lado aquilo visto como ultrapassado e não civilizado. A imaginação da população era constantemente instigada através de livros, obras políticas, noticiários de rádio e principalmente os jornais. Este último, expunha diversas notícias de progressos de vários cantos do Brasil.

Em Ponta Grossa, o jornal O Progresso (posteriormente renomeado para Diário dos Campos), retratava uma “cidade próspera”, onde dizia “É com uma satisfação imensa, que damos aos nossos leitores, as notícias do constante progresso desta futura cidade, a qual tem compensado todos os seus empreendedores [...] *Avante!* Que o futuro é certo.” (O PROGRESSO, 11 de março de 1911).

Ao refletir sobre o conceito de progresso, Silva (2010) diz que ele pode ser visto como um avanço, um desenvolvimento que não possibilita retrocesso, como um tipo de mudança social que alteraria um estado de atraso para um estado próspero em direção ao futuro. Pode-se afirmar ainda que é uma sociedade que deixa de viver num modelo antiquado, arcaico, e progride superando limites. Já Le Goff (1984) afirma que o progresso é um tipo de consciência que ocasiona a ruptura com o passado, dando ênfase no estado do presente.

Sobre modernização urbana é pertinente entender que tanto modernização, modernidade ou o moderno são afirmações de valores morais do ser humano, abrangendo um estilo de vida presente num determinado período numa determinada sociedade e a ocorrência de mudanças sociais (SCHWARTZMAN, 2004). O termo “modernidade” fora cunhado, segundo o autor, por volta do século XVII num texto chamado “*La querelle des anciens et des modernes*”, ou em português “a querela dos antigos e dos modernos”, em que o foco inicial era o questionamento da arte manter-se estática em suas tradições ou a inovação deveria ser aceita, embora houvesse um debate muito

mais amplo do que apenas a arte. Desse modo, os modernos pensavam nas possibilidades que o futuro traria, deixando o pensamento do passado de lado. Com o Renascimento na Europa, o mundo deixou de ser visto apenas como tradicional e direcionado por um destino pré-definido e passou a ser mais racional, tendo a ideia de modernidade como um mundo aberto com inúmeras possibilidades de interpretações e explorações de acordo com a ciência, pondo os recursos naturais aos pés da humanidade (Ibidem).

A modernidade do século XIX, segundo Bertucci (2005), era inspirada em modelos dos Estados Unidos e da Europa visando a criação de uma população com princípios voltada para a educação e pensamentos científicos. Essas mudanças eram entregues aos países periféricos de “maneira vertical e autoritária” (CASTILHO, 2010, p. 131), e adotada no Brasil através do lema “ordem e progresso”. Dessa forma, o debate sobre a necessidade da ordenação da população para que pudesse haver progresso, abrangia estudos sobre a saúde e saneamento, considerados o rumo para um desenvolvimento nacional.

O jornal exaltava as conquistas de Ponta Grossa fazendo questão de mostra-las ao seu povo, destacando alguns aparatos que valorizavam sua gente.

E´ uma das melhores cidades do Estado, senão das primeiras. A sua vida comercial é muito intensa, já por ser um grande centro, ponto de convergência de diversas zonas, tendo a S. Paulo – Rio Grande ali uma das suas melhores estações de toda a linha. E´ uma cidade muito grande, bem desenvolvida, com grande população activa e laborosa. Tem bons edifícios, boas ruas e é iluminada a luz electrica. [...] Existe funcionamento também ali, si bem que inaugurada ha pouco tempo, uma fabrica de pregos, cujos produtos são tão bons como os estrangeiros. (O PROGRESSO, 11 de abril de 1911)

Inúmeras cidades brasileiras cresciam e experimentavam a modernidade e o progresso entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A tabela 1 mostra o total de população brasileira e a porcentagem de pessoas vivendo no urbano.

Tabela 1: Configuração populacional e urbana do Brasil.

Ano	População total	% População urbana
1872	10.112.061	entre 6,00 e 10,00
1890	14.333.915	entre 7,00 e 10,00
1900	18.200.000	9,50
1920	27.500.000	10,70
1940	41.252.944	entre 31,00 e 32,00

Fonte: ZORRAQUINO, 2005.

A urbanização era sinônimo de pessoas mais polidas e distantes da “selvageria” da natureza. Essa organização em sociedade “civilizada” era constituída de várias formas. Para Corrêa (1989), o espaço urbano é constituído de diferentes usos da terra, que definem áreas como centros, áreas comerciais, residenciais, além de reservas para futura expansão. Isso é a organização espacial da cidade. Esse espaço urbano é fragmentado e articulado, ou seja, as partes mantêm relações espaciais entre si, tais como fluxos de veículos, indo e vindo do trabalho para casa, visitas ao centro, parentes, etc. A articulação é a união da cidade por um centro. Além disso, como reflexo da sociedade, o espaço urbano é dividido em áreas segregadas por classes e é reflexo de ações passadas que refletem no presente. O espaço urbano é desigual e mutável de diversas formas.

Ponta Grossa possuía inúmeros bairros e vilas ainda incipientes, sendo citadas pelo jornal: Ronda, Pedroso, Prado, Madureira, Rio Branco, Anna Rita, Estrella, Oficinas, Elvio, Danta, dentre outras. A proposição exposta no jornal era que “Ponta Grossa evolue materialmente de uma maneira exquisita. [...] É um optimo e inigualavel systema de se fazer enorme o perimetro urbano de uma cidade” (O PROGRESSO, 23 de julho de 1912). Ou seja, a modernização também estava relacionada à expansão do seu território, mais que isso, ligava-se a uma estrutura econômica que os locais poderiam oferecer, instaurando os meios de produção de acordo com a vontade política (CASTILHO, 2010).

Ao expandir-se sem uma planejamento prévio, característica comum das cidades brasileiras, ampliou a distância entre a área central e outras localidades. Entretanto, o espaço urbano era produzido, entre outros, por proprietários fundiários (CORRÊA, 1989) que negociavam com o governo local afim de obter lucro em venda de terras que futuramente seriam utilizadas para criação de vilas e bairros. Essa ação comum visava a modificação lenta do

setor rural para o urbano, deixando-se valorizar a terra até o momento do uso. Eles pressionam o Estado, especialmente o municipal para redefinir o zoneamento urbano para lucro de poucos proprietários. As periferias assim sempre estiveram diretamente ligadas a transformação do espaço rural em urbano, pois cedo ou tarde, o urbano valorizaria a terra.

A cidade é condicionante da sociedade, pois as formas espaciais, como a concentração de empresas em um perímetro específico da cidade, traz vantagens para o crescimento daquele espaço. Já as áreas residenciais que encontram-se distantes do centro, acolhem grupos sociais que normalmente não possuem capital suficiente para manterem-se com os altos custos centrais, havendo uma seleção de onde se pode morar. Em Ponta Grossa, dois dos principais bairros, Oficinas e Olarias, expressam perfeitamente a primeira ideia, pois a concentração das oficinas de trens e olarias (respectivamente) foi vantajosa para a ampliação e divisão da malha urbana. “O *urbano* (abreviação de 'sociedade urbana') define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora.” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Não era apenas Ponta Grossa que respirava esse ar. Curitiba, que foi elevada ao patamar de capital em meado do século XIX, iniciava seu processo de urbanização incipiente, atraindo imigrantes e indústrias. Junto a isso, “o seu crescimento sem controle pressupunha a formação de áreas pobres, de maior densidade demográfica” (LIBLIK, 2004, p. 8). A cidade dava início à mudanças urbanas e tentava atrair mais moradores. Mas havia a necessidade de um planejamento para isso e a saída seria um novo modelo urbanístico, contando com retificação de ruas e evitar arborização de quadras, num pensamento de abandono da ideia rural. A realização da tarefa de planejamento, colocou em foco a figura do engenheiro, o qual era visto como “criador de progresso” ao trazer do papel para a realidade as obras que expandiriam a cidade, a deixariam moderna e traria o progresso para sua população. A medida que os aparatos urbanos cresciam, eram criados locais que desempenhavam várias atividades comerciais de diversos produtos, feiras, lazer, entretenimento, dentre outros. Isso acarretava um aumento populacional e criação de novas vilas e bairros para acomodar os recém-chegados (DE PAULI, 2008).

Os imigrantes vinham pela Estrada da Graciosa, concluída em 1873, a qual também era passagem de carroções com produtos que iam e vinham do litoral. Curitiba teve um grande desenvolvimento graças a estes estrangeiros, pois traziam consigo uma vasta experiência, métodos e técnicas de trabalho que ajudariam no rápido desenvolvimento da industrialização e comércio (CRUZETTA, 2010). A demora na viagem foi um dos motivos para a criação da estrada de ferro ligando Curitiba até Paranaguá, a qual transportaria pessoas e produtos de forma rápida, além de impulsionar a colonização do Paraná e seu desenvolvimento (BONDARIK *et al*, 2006). No final do século XIX, a ferrovia levava progresso aos Campos Gerais e interior ligando outras cidades. Isso facilitou o comércio, trazendo uma nova logística e mercado para a produção, ajudando de forma significativa as economias locais e tornando o Paraná forte nesse ramo (Ibidem).

2.2.1 – O CRESCIMENTO DA CIDADE NA VISTA DA POPULAÇÃO

Para os cidadãos é necessário ter alguns confortos que tragam um bem estar social. No caso de Ponta Grossa, o jornal citava que apenas podia alcançar a vida moderna a cidade que possuísse “energia eléctrica sob as suas múltiplas formas: luz, força, calor, etc.” (O PROGRESSO, 27 de junho de 1912). Esses “privilégios” normalmente eram adquiridos por pessoas com maior poder aquisitivo, as quais poderiam pagar, mas na cidade, as pessoas com renda mais baixa também podiam ter esse conforto tão desejado, onde, por exemplo, o velho ferro que necessitava utilizar carvão era substituído pelo mais moderno niquelado. Isso era sentido não apenas nas casas, como também nos setores industrial e comercial, pois “cada dia que passa é uma iniciativa que aparece, é uma indústria que se monta. Paralelamente ao progresso industrial e comercial, nós vamos experimentando o conforto e bem estar que são exigidos pela vida moderna” (Ibidem).

Essas comodidades eram uma prova que os investimentos davam resultados, pois cada vez mais novos empreendimentos instalavam-se na cidade e eram noticiados pelo jornal

Os activos industriaes Ditzel & Comp., além de bem montada e bastante acreditada fabrica de sabonetes, velas etc. que possuem estão montando uma fabrica de caixas de madeiras, nesta cidade. [...] E' mais uma indústria com que Ponta Grossa vai contar, é mais um empreendimento que vem concorrer para o programma desta futura cidade, cujo evoluir industrial e comercial é sensível e inegável. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 de janeiro de 1913)

Ponta Grossa progride. Quer se uma vida nova para uma nova cidade, e os hábitos dos grandes centros já se vão estabelecendo entre nós. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 de janeiro de 1913)

Os grandes centros possuíam inúmeras indústrias que geravam empregos e fabricavam diversos bens de consumo para a população. Ponta Grossa, ao contar com olarias, oficinas e poucas fábricas, festejava quando um novo empreendimento era oficializado por estas terras. A abertura de uma fábrica litográfica em 1914, era motivo do jornal local “esmiuçar” o ocorrido, divulgando o que ela fazia e suas vantagens para a população.

Hoje tivemos mais uma prova do desenvolvimento que ultimamente se vem acentuando nas indústria de Ponta Grossa, com a visita que fizemos à lithographia do sr. Basilio Gechele [...] Em rótulos, vimos os da cervejaria Adriatica que confiou as suas encomendas á indústria local, gravados com pericia inexcedível, podendo sofrer qualquer confronto com produtos idênticos nacionais ou estrangeiros pela nitidez não só do desenho como da impressão [...] Dada a capacidade do artista que ali dirige a gravação é de prever a fama que breve popularizará essa nova indústria que vem aparecendo a par do desenvolvimento fabril de Ponta Grossa. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 de janeiro de 1914)

A comparação com Curitiba, a capital, era um motivo de orgulho pois o jornal noticiava que

Ponta Grossa é, cada vez mais, uma esperança. Cada passo do Paraná, é um passo de Ponta Grossa. Si Curitiba é a alma, Ponta Grossa é o coração, Paranaguá é a boca. O corpo do estado não poderá viver sem o coração, ahi onde as artérias convergem. [...] Ponta Grossa é uma esperança industrial. Proteger as industrias locais deve ser um pensamento constante, de toda hora, de todo momento, do bom patriota pontagrossense. Protejamos as industrias. [...] Ponta Grossa nasceu da industria, vive e viverá da industria. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de abril de 1918)

A construção de empreendimentos de porte considerável demandava uma atenção especial do jornal, especialmente quando era necessária a ampliação dos edifícios para comportar a fábrica da Cervejaria Adriática.

Ponta Grossa é uma cidade <feita por si mesma>, à americana, devido ao tino comercial e industrial de seus filhos à sua oportunidade e honradez [...] A nova fabrica – pois, verdadeiramente, é uma nova fabrica que ali se está montando – constará da construção de 6 novos corpos de edifício, com 3 andares cada corpo [...] pois, devido ao nosso progresso, nem todas as olarias pontagrossenses juntas puderam atender a tão grande encomenda. [...] Ora, uma cidade que prova possuir destas forças activas na somma relativamente grande da sua capacidade productiva, não pode resignarse a ir para o matadouro, e estender o peçoço À facas do carrasco. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 de março de 1920)

Segundo o Censo Predial de 1920, a cidade possuía 2422 prédios, sendo 1 federal e outro estadual, tendo um total de população de 16.384, numa densidade de 6.76 hab./m². 2408 residências, 1 prisão, 2 escolas, 1 hospital, 8 hotéis, 1 pensão, 1 quartel, 2 oficinas, 1 repartição federal, 1 estadual e 2 municipais (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatísticas, 1930).

O jornal falava ainda sobre a estética urbana, pois grandes cidades apresentavam estas mudanças. E, de fato, “o embelezamento urbano tornou-se então uma das preocupações municipais” (DITZEL, 2004, p. 80). Com o melhoramento estético de Ponta Grossa, a cidade seria ainda mais atrativa para as pessoas, aumentando a população, os investimentos e, conseqüentemente, a demanda de saneamento. Ditzel (2004) aponta que isso representou mais que uma simples mudança de estilo das construções na cidade, essa mudança apresentava uma nova forma de vida para os moradores, pois refletiam um ar, uma postura “essencialmente urbanos”. Neste sentido, vale lembrar que o urbano é considerado ao mesmo tempo espacial e temporal, onde o primeiro demonstra que o processo se estende por todo o espaço que é modificado; já o segundo culmina ao passar do tempo e pelo tempo. (LEFEBVRE, 1999).

Ponta Grossa começou a segunda década do século XX sendo um polo muito importante no interior do Paraná, tendo grande influência econômica, e quase 75% da população instalada no perímetro urbano (DITZEL, 2004). O Diário dos Campos exalta os elogios de Nestor Victor¹⁷, dizendo que o Paraná era um

¹⁷ Escritos nascido em Paranaguá, redigiu o livro “Paraná: A terra do futuro” encomendado pelo governo da Província com o intuito de autopromoção e disseminação dos planos de desenvolvimento.

Estado novo luminoso de progresso e de beleza, ergue-se cada vez mais alto, na sua grandeza econômica e no seu conceito intelectual. [...] Mas este progresso, de acordo com todos os princípios de evolução social, exerce-se irradiadamente, de um ponto centralizador para os demais pontos, funções estabelecidas, ou quasi funções da sai intensidade vital. E por que não dizer que este ponto centralizador está em Ponta Grossa. Nesta cidade existe uma força dinamica propulsora vertiginosa na sua anciã de construir o futuro. Ponta Grossa, pela sua situação realisa perfeitamente um foco de progresso e um reducto de trabalho. [...] Em Ponta Grossa ha riqueza. Ha trabalho intenso e consecutivo. Ha progresso rápido e entusiasmado. Tudo, aqui, vae correndo para a frente. [...] Esta linda cidade dos campos é a fabrica do Progresso, no Paraná. [...] Fidalga gente de Ponta Grossa, cheia de bondade e de encanto, cheia de gloria e de triumpho. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 de julho de 1923)

De 1930 em diante, o Brasil recebeu maior investimento na infraestrutura urbana, acelerando sua ampliação através de indústrias e mercado de consumo (HOLANDA, 2010). No campo, a concentração de terras na mão de poucos graças a não realização de uma reforma agrária e o êxodo rural em direção a uma nova vida na cidade, causa um “inchaço urbano brasileiro [...] agravado pelo déficit habitacional, pela carência de serviços públicos e pelo ineficiente e tardio planejamento urbano” (MENDONÇA, 2011, p. 3). Na Era Vargas, houve o incremento na industrialização que ajudou a modernizar a economia e as cidades, pondo-as em evidência e, a partir disso, trazendo mudanças nos padrões da sociedade (SIQUEIRA, 2008).

Em Ponta Grossa não era diferente, pois

uma revolução lhe deu prosperidade e um tufão fez sahir o seu nome nos jornais... [...] não possui, bem dizer, terras ruraes. Outras cidades extendem os seu latifundios, num victorioso desafio de expansão territorial, até os arraiaes caboclos, russos ou polonezes da ‘Princeza dos Campos’. E esta fica, assim, entregue ás contingencias de seu urbanismo exclusivista. [...] Despovoada de uma riqueza rural que lhe garantisse a naturalidade do progresso, a mesma cidade parece que não desesperou de seu cruel artificialismo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de fevereiro de 1932)

A oficialização da criação de um campo de aviação na cidade aumentava sua importância. O campo seria utilizado por alunos de Curitiba para realização de voos. Essa construção era direcionada a uma classe elitista que poderia pagar pela sua utilização, mas não seria usufruída de forma direta pela população. O jornal dizia “[...] em breve possamos ver triumphantemente concretizadas uma das mais justas aspirações da população princezina. [...]” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 de abril de 1932). A necessidade de progresso

para a cidade era “vendida” para a classe mais baixa como sendo extremamente importante, quer eles utilizassem o benefício, quer não, o que importava era a aparência civilizada. O jornal intimava os cidadãos ao dizer que

É de se esperar, portanto, que a população pontagrossense saiba corresponder devidamente tal iniciativa, que virá marcar um grande passo na senda do progresso e adduzir ao seu repositório de feitos dynamicos mais uma conquista da real valia, reveladora de sua constante e operosa acctuação no terreno das realizações modernas. Avant, pois! (Ibidem)

Por outro lado, o jornal também denunciava atitudes que manchavam a prosperidade da cidade. A ênfase ao dizer que Ponta Grossa era a cidade com maior número de miseráveis em todo o estado, chamava a atenção para o problema social. Os pedintes que perambulavam pela rua maltrapilhos eram

espetaculos tristes esses, aos quaes assistem e aos quaes parece já se habituaram os pontagrossenses. [...] Deviamos seguir o exemplo de Curityba. Alli, almas altruísticas, depois de obterem o auxilio das autoridades, não só extinguiram das ruas as scenas dolorosas que estamos a citar, como proporcionaram amparo mais efficiente aos desfavorecidos da sorte. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 de maio de 1933)

A pobreza pelas ruas era considerada um problema das grandes cidades que não absorviam ou comportavam toda a população. Especialmente após 1930, com as políticas iniciais de industrialização, a população urbana dobrou e as cidades se tornaram mais atrativa oferecendo inúmeros serviços e mexendo com a expectativa das pessoas em relação a uma vida diferente. Em Ponta Grossa não foi diferente. A ampliação do bairro de Nova Rússia acomodou melhor a população por ter um comércio forte e indústrias recém-chegadas se instalaram nas proximidades. Além disso, tinha uma linha própria de ônibus, tal como o bairro de Uvaranas. Para o jornal “o bairro de Nova Russia é, incontestavelmente, o que de todos os da cidade, está levando a dianteira no surto de progresso que vem transformando a Princeza dos Campos numa grande e moderna cidade...” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 24 de julho de 1934).

Com a chegada de diversos empreendimentos industriais, a cidade recebeu uma ligação ferroviária com o norte (DIÁRIO DO CAMPOS, 8 de setembro de 1934). Essa ligação ajudou na ampliação do comércio e migração,

pois mais pessoas vinham para a cidade sem ter a necessidade de ir à Curitiba antes, fazendo de Ponta Grossa, um caminho alternativo até a capital. Isso atrairia mais investimentos e pessoas, dando mais fôlego para o desenvolvimento local. Conforme o jornal, “a cidade começa a encher-se de visitantes, vindos de diferentes pontos do paiz, e que são para aqui attrahidos pela grande Exposição Pecuaria a inaugurar-se domingo proximo” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 de maio de 1938).

Ao final dos anos 30, Ponta Grossa contava com várias lojas e indústrias. Porém, a vigilância em caso de incêndios não era feita por pessoal especializado. Em 1939, é designado um destacamento para a cidade. Mais que isso, a cidade recebe autorização para instalação de um rádio local, “o ‘broadcasting’ princezino deverá estar funcionando dentro de sessenta dias. [...] O fato, sem duvidas, é de alta significação para a Princeza dos Campos e representa mais um notavel elemento em favor do progresso citadino”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 de setembro de 1939).

A cidade entra na década de 1940 com jornal, rádio, um corpo de bombeiros, diversas ruas calçadas, um Código de Posturas, um Departamento de Higiene e diversos outros aparatos estatais, juntamente com uma forte indústria e um grande comércio. A partir da metade do século, os índices urbanos continuaram a crescer intensamente, pois a mecanização da agricultura expulsou milhares de pessoas dos campos para as cidades através do êxodo rural. Segundo Zorraquino (2005), em 1940, existiam 11 cidades no Brasil com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, 5 entre 200 mil e 500 mil e apenas 2 com mais de 500 mil. Dez anos depois, em 1950, existiam 15 cidades entre 100 mil e 200 mil habitantes, 9 entre 200 mil e 500 mil e 3 com mais de 500 mil habitantes.

Em 1940, São Paulo e Rio de Janeiro detinham 22% da população. A aceleração industrial foi a alavanca tanto para ambas quanto para outras cidades médias em desenvolvimento (HOLANDA, 2010). Um dos principais acontecimentos que iniciou um aumento do número de cidades foi o crescimento do transportes rodoviário. A troca de produtos entre as regiões fez com que, além de aumentar a população dos grandes centros, as cidades menores ao longo das rodovias expandiam-se também. Nessa década, o Brasil possuía mais de 25% das pessoas na cidade, sendo que uma década depois,

houve um crescimento das população urbana de 40% (ibidem, 2010). Para Ponta Grossa, o jornal dizia que

O progresso da nossa cidade, no entanto marcha 'pari passu', com o progresso do município. [...] Acontece, porém, que a população da cidade tem aumentado consideravelmente, além do seu crescimento normal, quer com o desenvolvimento dos serviços publicos federais, estadoais e municipais, quer com o estabelecimento de novos departamentos de serviços publicos, entre nós, o de novas industrias e casas comerciais. Dai o motivo por que, em vez de se restringir as construções, deve-se, ao contrario, intensificar o proposito dos que ultimamente, vem se empenhando na aplicação de capitais em tão proveitosas iniciativas. Assim, o desenvolvimento urbano de Ponta Grossa será a resposta firme, positiva do desenvolvimento do município. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de abril de 1942)

Para Ditzel (2004), a cidade acompanhava o ritmo nacional de desenvolvimento tanto urbano quanto econômico, acentuados com mais força na região Sul e Sudeste. Ela continua dizendo que fatores como mão-de-obra, disponibilidade de matéria-prima, mercado exportador e ligação de ferrovias e estradas, foram de suma importância, especialmente para Ponta Grossa. Segundo o Guia de Prestação de Contas de Ponta Grossa, em 1934 a cidade possuía um patrimônio de Cr\$ 4.350.023,20, subindo para mais de Cr\$ 12.000.000 em 1943. As casas de comércio equivaliam a 724 em 1934, passando para 862 em 1944. Mais que isso, as indústrias eram nada menos 346 em 1944 somando quase Cr\$ 46.000.000 em exportação. O jornal aponta as melhorias ao dizer que

estes ultimos tempos têm sido por sem duvida assás bem fazejos para Ponta Grossa. [...] maior progresso a importante e moderna rodovia para Foz do Iguaçu, ainda em construção. [...] Prossegue num ritmo animador a construção do Frigorifico Wilson, no bairro da Neves. [...] A Estrada de Ferro Central do Paraná, que será sem duvida alguma, um dos elemento mais preponderantes de nosso progresso futuro. [...] Si a cidade já vinha antes progredindo num ritmo animador, terá que ver os seus passos pela sonda do progresso serem desenvolvidos de modo mais estugado nos proximos meses. Mas esse progresso traz as suas exigencias indeclináveis. Reclama maior numero de moradias, e facilidade na aquisição delas por parte dos trabalhadores; reclama ampliação e melhoramentos dos varios serviços públicos, como o da agua e do esgoto da luz e força, dos transportes urbanos; e reclama a abertura e construção de ruas e logradouros publicos.(DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 de janeiro de 1949)

Segundo Ditzel (2004), a cidade tinha 80% da população instalada na área urbana; uma indústria de transformação que acolhia grande parte dos empregos, em especial as madeireiras; 122 indústrias que empregavam quase

3000 pessoas; quase 350 casas de prestação de serviços com cerca de 1000 funcionários. Assim, no final da década de 1940, Ponta Grossa recebia mais e mais migrantes, no entanto, a partir de 1950, o poder público não consegue suprir a demanda para acolher as pessoas, iniciando um processo de favelização na cidade. Para Lowen Sahr (1990, p.76) “constata-se que as favelas não são um fenômeno recente, as primeiras surgiram em Ponta Grossa já na década de 50 e o aumento do número de favelas foi constante, uma média de 11 favelas surgiram a cada 5 anos.”

O processo aumentou com o passar dos anos devido a vários fatores como “a modernização da agricultura, a mudança na pauta do principais produtos agrícolas, a migração rural-urbana, a industrialização, a ampliação do setor terciário, etc” (LOWEN SAHR, 1990 p. 77-78), colocando um abismo no progresso da cidade. De um lado, os mais abastados desfrutavam das vantagens conquistadas ao longo dos anos, enquanto do outro, a classe mais baixa utilizava de alguns aparatos, sendo vítimas da especulação imobiliária, empurrados para bairros distantes. Os que não tinham nenhuma condição de comprar uma casa, montavam barracos nas beiras dos arroios, única possibilidade de terem uma residência. O poder público começava a ter outra preocupação, o aumento dos habitantes. Para ajudar a solucionar essa questão foram criados um grande número de loteamentos, como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2: Criação de loteamentos.

ANOS	LOTEAMENTOS CRIADOS
1900	2
1910	0
1920	14
1930	8
1940	14
1950	83

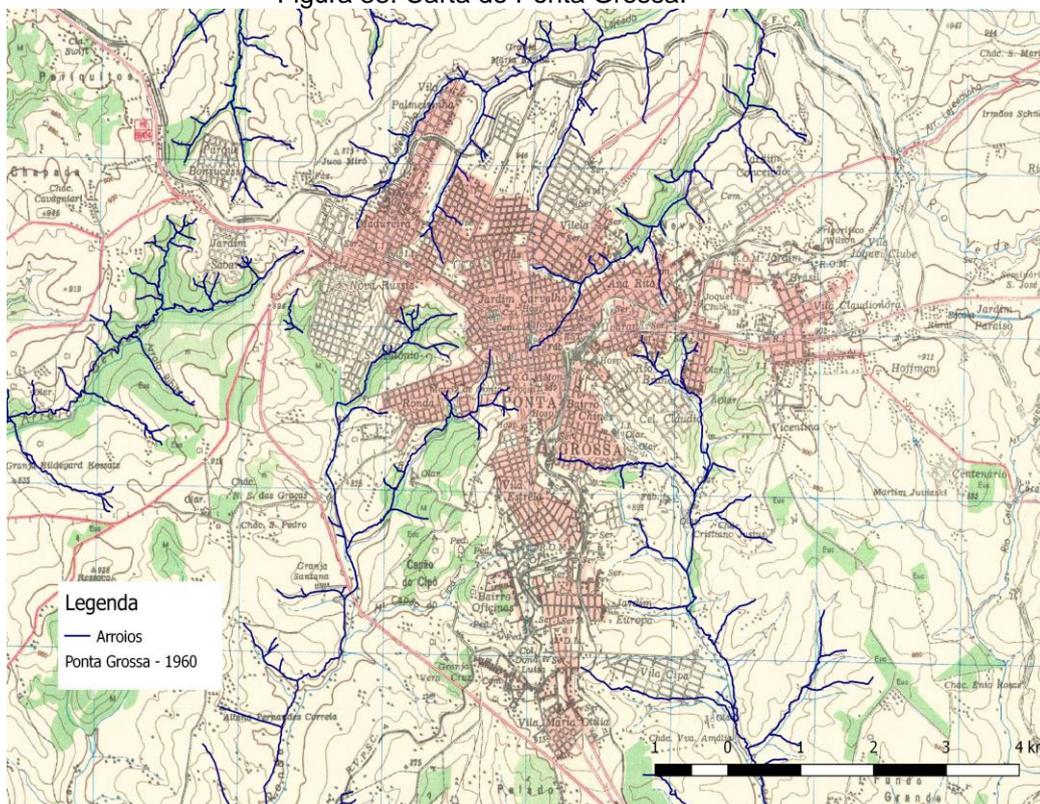
Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

O perímetro urbano crescia e novas áreas para construção eram necessárias. Para ter uma melhor visualização do que Ponta Grossa representava, foi criada uma carta topográfica para mostrar a expansão da cidade. A primeira carta topográfica teve seus levantamentos realizados no ano

de 1953 pelo Ministério da Guerra. Tal carta foi trabalhada por 8 anos e sua edição foi lançada de 1961 como pode ser visto na figura 33, com destaque para os arroios.

Ao analisar a figura, a paisagem urbana toma uma forma irregular e esparsa, onde a especulação imobiliária determina a direção de crescimento. Grandes fazendas são fatiadas e vendidas para criação de loteamentos. Os moradores que recebiam essas mudanças em nome do progresso, viram as áreas verdes sumirem aos poucos, dando lugar ao concreto e ao calçamento. A canalização de alguns arroios escondeu o problema de escoação do esgoto que, com a ampliação das moradias nas margens, aumentou significativamente.

Figura 33: Carta de Ponta Grossa.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁸

Com essas dinâmicas sociais que ocorreram na vida das pessoas e a continuidade ao longo das décadas seguintes, o poder público criou um discurso de melhoramento mútuo. Entretanto, não existe um relato das pessoas que viveram essas dinâmicas urbanas. Trabalhou-se o capítulo

¹⁸ Mapa feito pelo Ministério da Guerra, mas consultado nas fontes do IBGE;

seguinte realizando entrevistas, buscando as memórias desses moradores que vivenciaram as alterações nas proximidades dos arroios.

CAPÍTULO 3 - OLHARES DO PASSADO: OS ARROIOS NA LEMBRANÇA DE SEUS ANTIGO VIZINHOS

As mudanças na vida urbana ao longo da segunda metade do século XX foram significativas. O aumento populacional, a expansão da malha urbana e a artificialização do mundo natural foram alguns acontecimentos marcantes. Conseqüentemente, as pessoas tiveram que se adaptar aos novos tempos e suas novas configurações. Nesse contexto, a ocupação das margens dos arroios tornou-se mais intensa e seus moradores tiveram que deixar o lugar ou conviver com a recém chegada modernidade.

Os que continuaram a morar nas proximidades dos arroios experimentaram uma mudança do que um dia foi aquele córrego para o que ele se tornou. Para melhor entender esses eventos, foram realizadas entrevistas com alguns moradores que as vivenciaram. Pessoas reais, dando depoimentos reais, relataram a própria versão em relação aos questionamentos feitos, nos permitindo ir além das consultas em jornais ou livros. Não desmerecendo as fontes escritas, obviamente, mas o que se evidencia é que as fontes orais representam uma história viva, um pedaço da vida de uma pessoa.

As experiências únicas de cada um dos depoentes puderam mostrar um pouco de como era a paisagem urbana de Ponta Grossa no seu tempo de infância e juventude e como essas pessoas se lembram das transformações dos cursos d'água que cortavam a cidade.

3.1 – ÁGUAS DO PASSADO, MEMÓRIAS NO PRESENTE

A escolha da amostragem deu-se pelo recorte temporal da pesquisa, ou seja, buscou-se pessoas que viveram a juventude por volta dos anos de 1950 e viram a expansão urbana e a chegada do progresso na cidade. Inicialmente, foram escolhidos 3 arroios que receberam canalização, mas pela dificuldade de encontrar as pessoas, ocorreu a ampliação da área de pesquisa, mudança para áreas com arroios próximos do centro. Para encontrar tais pessoas foi preciso conversar com vizinhos, perguntando quem eram os moradores mais antigos da rua. Muitos disseram que eles ou faleceram ou haviam se mudaram. Devido à dificuldade de localizar potenciais interlocutores, optamos para a

realização de 4 entrevistas com as pessoas mais idosas que se dispuseram a conversar conosco.

Entrando na metodologia da pesquisa de campo, inicialmente foi cogitado a aplicação de questionários fechados, mas essa possibilidade foi descartada. O mais eficiente para captar a emoção das pessoas, no caso a topofilia e topofobia delas em relação aos arroios, seria a realização de entrevistas com perguntas abertas semiestruturadas, com o intuito de ouvir o relato dos entrevistados, comparando com o que foi escrito nos capítulos anteriores através agora do viés das suas lembranças, e tentando captar a forma como eles ressignificam os arroios nos dias atuais.

Para análise das entrevistas, foi tomada como base a reflexão de Amado (1995), que afirma que as narrativas, sem exceção, tem articulações de elementos. Estes podem ser resumidos nas seguintes perguntas: quem é o narrador? Um trabalhador, uma dona de casa, uma aposentada; o que esta pessoa narra? Um fato importante da vida, uma lembrança dolorosa, uma alegria de infância; por que ela narra essas situações? A lembrança é relevante para ela, apenas um fato curioso e marcante, uma fala para desconversar do assunto; como essa pessoa faz a narrativa? Através de suas expressões corporais e faciais, é possível ver se ela encontra-se confortável diante daquilo ou incomodada; para quem a pessoa narra? A visão dela do entrevistador, podendo ser alguém que vai dar vida a suas histórias ou sendo visto como um chato que no fundo não se importa com nada; quando a pessoa narra? No presente, dentro de circunstâncias adversas que podem ser favoráveis ou não ao momento. Quando trabalhamos com fontes orais, devemos ter em mente que elas possuem, nas palavras de Portelli (1997, p. 32), “uma credibilidade diferente [...] por isso, não há ‘falsas’ fontes orais”. De toda forma, é necessário tomar cuidado e verificar se as declarações condizem com os fatos, porque, segundo Amado (1995), em todas as narrativas que fazemos, incorporamos, em menor ou em maior grau, invenções, ou seja, “uma dose de ficção” (p. 134).

Os interlocutores escolhidos foram David Pillati Montes, 81 anos; Jacy Mielke de Almeida, 85 anos; Anasthazia Kovall Novak, idade não declarada; Luiz Valdemir Strack, 75 anos, todos moradores de beiras de arroios durante sua juventude.

Antes de iniciar a entrevista, nada melhor que uma conversa informal em que se explica os objetivos da pesquisa que está sendo feita, tudo para deixar o entrevistado mais à vontade e criar um breve laço de confiança. Essa conversa inicial é fundamental para “quebrar o gelo”, afinal, quando precisamos falar sobre nosso passado, especialmente quando está sendo gravado, dificilmente agimos naturalmente, “pois a narrativa oral, ao contrário do texto escrito, não costuma ser feita para registro” (ALBERTI, 2005, p. 171). Em tais momentos, existem várias reações, para alguns contar uma parte de sua vida diante de um interessado causa um certo orgulho ou mesmo uma felicidade, já que suas vivências estão sendo ouvidas por outra pessoa de fora. Para outros, a desconfiança e a vergonha podem travar os depoimentos. Para Meneses (1992), “é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a lembrança se produza de forma socialmente aceitável” (p. 14).

Após a abordagem inicial, foram realizadas as perguntas dispostas afim de incitar a memória por partes, perguntando inicialmente sobre a vida da pessoa, explorando um pouco da infância e lembranças que ela tem da cidade, de como eram as ruas, as pessoas, os prédios; em seguida, sobre a lembrança que a pessoa tem do arroio próximo, como ela o via, como ele era; perguntamos sobre o significado do arroio para a pessoa hoje, o que isso representa para a vida dela; por fim, uma pergunta aberta sobre o que ela gostaria de contar sobre o que não foi perguntado.

A memória é construída de diversas formas. Uma delas, presente nessa dissertação, se dá pela entrevista. Esse método implica no estímulo das lembranças da pessoa por meio de perguntas relacionadas a um tema. Essas lembranças normalmente são pensadas como incrustadas profundamente no passado, onde apenas existe o trabalho de buscar fundo na mente e falar no presente. Mas o processo não é tão simples assim. Na verdade toda e qualquer “elaboração da memória se dá no presente e para responder as solicitações do presente. É do presente, sim, que a lembrança recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENESES, 1992, p. 11). Todas as perguntas realizadas no presente que nos fazem buscar uma resposta no passado, ativam nossa memória para aquilo, pois

o presente da enunciação é o “tempo de base do discurso” porque é presente o momento de se começar a narrar e esse momento fica inscrito na narração. [...] é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica” do tempo presente da enunciação. (SARLOS, 2007, p. 49)

Nesta pesquisa, optou-se por manter o jeito como os entrevistados falaram, para ter a fiel transcrição de suas palavras, assim como na citação de um livro. Segundo Alberti (2005), a linguagem utilizada nas entrevistas e conseqüentemente na transcrição, são diferentes da utilizadas por eruditos, com toda aquela formalidade e regras de escrita. Ao tratar uma conversa com o “povão”, as formas linguísticas são coloquiais e isso pode soar entranho em trabalhos acadêmicos. Para Ferreira (1994), essas fontes provenientes da história oral mostram que

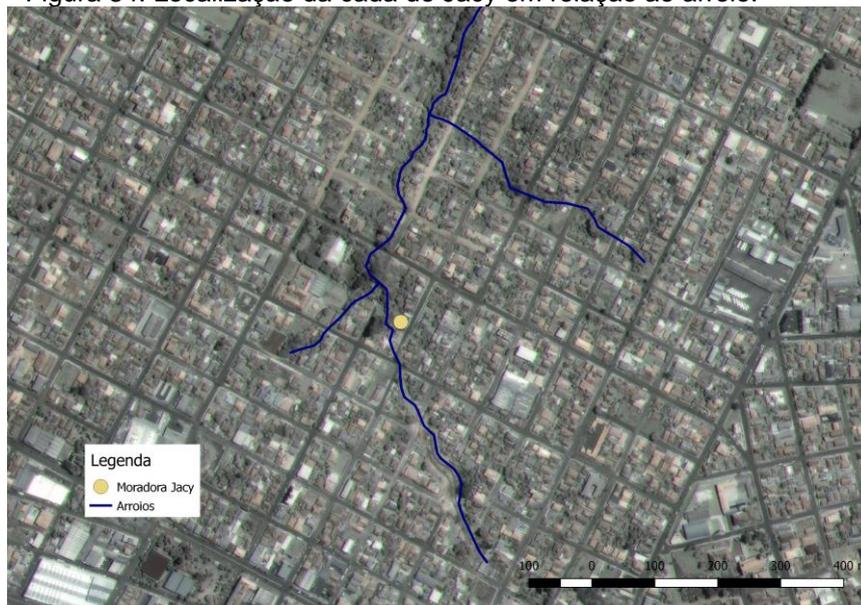
a fonte oral exhibe [...] a força de todo um destino pessoal, e implica uma argumentação simples, com que a academia não está habituada, porque familiarizou-se com a prática de complicar o argumento e satisfazer-se com a cronologia pessoal, a cronologia excessivamente linear da história até agora escrita. (p. 48)

Como já dito, ao começar a entrevista, foi pedido para cada um contar um pouco de sua história pessoal na cidade.

David, morador do centro, estudou em Curitiba para ser padre, mas desistiu por não ter vocação. Formou-se em Direito pela UEPG, trabalhou na empresa de seu pai, da qual hoje é dono. Na parte social, David presidiu o Instituto João XXIII e o Serra Clube. Na parte política, atuou como vereador na década de 1980. Foi fundador da Academia de Letras dos Campos Gerais. Em suas palavras, atualmente está “escrevendo vários artigos e revivendo o passado em várias áreas, principalmente na cidade onde eu nasci.”

A senhora Jacy, mora ao lado do Arroio Madureira (figura 34) desde a década de 1950. Hoje com seus 85 anos, veio para cidade quando tinha 25 por causa de uma oferta de emprego que o marido recebeu. Ela conta que a região não tinha luz, era pouco habitada e existia problemas com a rua por não ter pavimentação.

Figura 34: Localização da cada de Jacy em relação ao arroio.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Anasthazia é moradora da proximidade da junção de 2 arroios (figura 35): Pilão de Pedra, vindo do sentido sudoeste, e arroio da Universidade, vindo sentido noroeste. Quando ocorre essa junção, ele continua com o nome Pilão de Pedra. A morado conta que é nascida em Ponta Grossa e estudou aqui até 1950.

Figura 35: Localização da cada de Anasthazia em relação ao arroio.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Luiz, morador próximo ao Arroio Pilão de Pedra (figura 36), nascido na cidade, conta que existiam poucas casas na proximidade, com o tempo, a cidade cresceu e a vizinhança também veio, em suas palavras “dava pra contar as casas que tinha tudo por aqui”.

Figura 36: Localização da casa de Luiz em relação ao arroio.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Após uma breve apresentação, foi lançada a segunda pergunta afim de investigar as lembranças gerais da cidade que cada entrevistado tinha.

David acompanhou de perto o crescimento urbano. O mesmo diz que quando começou a perceber de forma mais crítica a cidade, por volta de 1945, ela possuía cerca de 100 mil habitantes e estava em expansão. Já Jacy diz que a avenida Balduino Taques era arborizada no canteiro central, hoje totalmente asfaltada, assim como a avenida Vicente Machado. Nas proximidades de sua casa, a mesma lembra que não existia nada, sendo um grande campo vazio, havendo uma ou outra construção esparsa com poucos moradores. Anasthazia achava a cidade boa e pacata para se viver. Ela lembra da estação ferroviária, do ponto azul, as lojas ao longo da Vicente Machado e a rua da estação. Para Luiz, sua principal lembrança do centro da cidade era o chamado “buraco quente” (figura 37) onde hoje é o estacionamento do Mercado Municipal, as

peças jogavam o lixo lá para queimar, o que durava dias. Próximo de sua moradia tinha pouca gente, poucas casas nas proximidades e com o tempo foi crescendo.

Figura 37: Caminho do Arroio Pilão de Pedra.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Por nossas memórias serem “formadas de episódios e sensações que vivemos e que os outros viveram” (AMADO, 1995, p. 132), estas perguntas iniciais fizeram com que cada morador pudesse relembrar de forma rápida, mas não bem detalhada, alguns elementos do passado, preparando assim para as próximas perguntas. Interessante esse funcionamento da nossa memória e, mais ainda, perceber como a historiografia dela se apropria.

Segundo Ricoeur (2007), a memória é tida como um mistério desde a Grécia Antiga. Os gregos adoravam Mnemosine, deusa responsável por toda arte, sabedoria e pela ciência exercida pelos seres humanos. Aristóteles dizia que a memória valorizaria o sentido da visão ao fazer a memorização de traços, cores, formas e outros. Além disso, diferenciou a memória consciente chamando de mneme, enquanto a inconsciente era nominada de anamnesis. O fato é que se pode dizer que

a simples lembrança sobrevém à maneira de uma afecção, enquanto a recordação consiste numa busca ativa. Por outro lado, a simples lembrança está sob o império do agente da impressão, enquanto os movimentos e toda a seqüência de mudanças que vamos relatar tem seu princípio em nós. (RICOEUR, 2007, p.37)

Samuel (1997) relata que Santo Agostinho via a memória como a mãe das pedagogias, sendo também a origem dos pensamentos, já o período romântico criava uma ideia de memória instintiva, a qual vinha naturalmente da mente e era subjetiva à emoção, estimulada através de imagens. Esse pensamento também dizia que a memória estava sendo perdida, desgastada ou mesmo deformada através do tempo. O autor ainda diz que a memória era passiva, ou seja, recebia as informações e armazenava como se fosse um baú ou um banco de dados de diversas imagens do passado. A memória, na verdade, é um procedimento de construção e reconstrução constante (MENESES, 1992). Por exemplo, quando contamos um fato a uma pessoa que perguntou algo específico, lembraremos de certas coisas. Um tempo depois, se a mesma pergunta for feita, o que contaremos sofrerá variações, ou seja, o tempo decorrido nesse intervalo afeta nossa memória com um novo tipo de fato que será incorporado quando respondermos a mesma pergunta. Assim, “a comunicação nunca se faz rigorosamente palavra por palavra, mas absorve variações de escala diferenciada.” (ibidem, p. 10-11).

Essa compreensão da necessidade de uma maior opção de respostas por parte do entrevistado, acompanha a ideia de que a narrativa é apenas uma versão que a pessoa conta, seria o ponto de vista dela em relação ao tema sugerido (AMADO, 1995). Portanto, não devemos tomar suas palavras como sendo uma verdade absoluta, já que a pessoa tem a variação da memória ao longo do tempo. Por serem pessoas mais velhas, as variações dos eventos contados pode ser ainda maior. É importante lembrar que a “memória e imaginação não se opõem” (ibidem, p. 134).

Continuando a entrevista, a pergunta seguinte foi sobre lembranças gerais que o arroio trazia para os entrevistados.

David diz que frequentou vários arroios, sendo alguns mais marcantes. Em sua lembrança, quando mais jovem, ia no arroio de Olarias (figura 38)

nadar com seus amigos no verão, o qual era conhecido como Sabiá. Ele comenta que gostava muito deste arroio por haver uma laje e vários degraus que levavam a um poço. Outros, que o entrevistado lembra, ficavam no bairro Jardim Carvalho, ele não recorda direito os nomes, mas afirma ser o Pranchinha e Escorpião. Ao falar do primeiro, David diz que possuía quedas, ou seja, degraus que levavam também a um poço. Em suas palavras, “a turma ia muito lá, era difícil você pega pessoa da minha idade que não frequente a tal da pranchinha”. O Escorpião era um arroio que encontrava-se mais abaixo do Pranchinha, formando um grande tanque. O entrevistado relata que muitas pessoas morreram afogadas neste lugar, com idade entre 12 e 15 anos, pois pulavam de cabeça no poço e às vezes caíam na parte mais rasa, ou então se afogavam no poço cercado pela mata ciliar. Existem muitas histórias desde 1945 sobre esses acontecimentos.

Figura 38: Localização do Arroio de Olarias.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Quando David conta suas experiências nesses arroios, é possível notar um traço de apego ao lugar frequentado. Suas memórias remetem a dias alegres, de divertimento com os amigos, ainda que por vezes entremeadas por um sentimento ruim pelas perdas que ele viu e ouviu. Já Anasthazia lembra que a água do arroio era limpa e que quando tinha seus 12 anos, ela e suas

amigas iam brincar dentro do corpo d'água, caminhavam por ele por uma certa distância e voltavam. Ela lembra que iam até o olho d'água São João Maria, muito conhecido na cidade por dizerem que, ao se banhar em suas águas, ocorrem milagres [mesmo a água já sendo puro esgoto, como é hoje em dia]. Ao redor não existiam muitas casas, fazendo com que a água fosse limpa. A entrevistada diz que depois de um tempo, com o aumento da urbanização, a poluição foi inevitável e que “hoje já não é uma água que possa ser usada né...”.

Jacy diz que desde quando construiu sua casa na margem do arroio em 1955, ela vem lutando para encanarem toda a sua extensão, aterrando para “cada um por a sua divisa, mas ninguém se incomoda”. A entrevistada continua ao dizer que o arroio era mais estreito e quando terminaram a construção da casa, ergueram um muro de pedras ao longo do terreno para segurar a terra que ia embora cada vez que dava uma chuva forte. Quando começaram a instalar as bocas de lobo na rua e canalizar uma parte do arroio, tiveram que retirar o muro, fazendo com que o arroio levasse mais terra embora, “e agora meu terreno já ficou bem menor aqui no fundo, porque a água vem com força quando dá esses temporal e leva um tanto da terra né, a gente tá perdendo terreno”.

Luiz explica que o buraco quente ficava acima do arroio, entretanto, este foi canalizado por um longo trecho até voltar ao céu aberto onde ele não frequentava, mas via várias crianças brincando dentro d'água enquanto não havia muita poluição. E para elas, aqueles arroios ainda limpos deveriam ser mesmo motivo de festa, pois como indica Tuan (1980), “o que importa para a criança, mais do que a vista sossegada do lugar, são certos objetos e as sensações físicas. [...] A natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas” (p. 111).

Através desses depoimentos, a memória torna as experiências vividas compreensíveis, exercendo um significado para elas, pois quando lembramos das situações vividas, estas são recriadas no presente no intuito de projetar um futuro. Pode-se afirmar que a memória, ao trazer para o presente uma lembrança do passado, define nitidamente o passado como passado e o futuro como futuro, pois a memória nos torna humanos através da consciência que

temos do tempos e que podemos usar essas fases em concordância (AMADO, 1995).

Ao entrevistar os moradores antigos, podemos acionar uma realidade que não nos foi possível vivenciar. Experiências sobre as mudanças urbanas durante décadas, a chegada do progresso e da modernidade, a transformação de uma economia até os patamares que vivemos hoje. Barbosa (1997) diz que devemos pensar o passado diferente de um objeto, como algo concreto que podemos tocar, e imaginá-lo como experiências vividas por sujeitos, estes que compartilham conosco, através do diálogo, suas vivências e histórias. Devemos deixar de lado o pensamento de fazer uma História estagnada, devemos ter “a adoção de uma atitude crítica em relação não só aos seus próprios valores, como também os valores vividos por outros sujeitos, situando-os em seu tempo, lugar e nas suas circunstâncias” (ibidem, p. 301). Se não nos livrarmos dessas doutrinações que desqualificam a história oral e a memória das pessoas, estaremos sendo reducionistas com a história vivida, transformando-a numa mera “sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e extremas” (AMADO, 1995, p. 135).

Em nossas memórias estão guardados momentos marcantes de lugares que frequentamos na infância ou qualquer outro momento de nossas vidas, como uma praça, um bosque, uma chácara, um arroio, etc. Podemos sentir os cheiros, o vento batendo na pele, o gosto de uma fruta que comemos, ouvir o riacho ou os pássaros cantando, e principalmente visualizamos o ambiente, pois dependemos predominantemente da visão, especialmente no mundo moderno que vivemos (TUAN, 1980). Quando lembramos desses locais, podemos ter sentimentos bons ou mesmo uma repulsa, dependendo da experiência ali tomada. Esse sentimento possui o nome de topofilia que, nas palavras de Tuan (1980), é utilizada em diversos sentidos de afetividade que incluem o ser humano não apenas com o meio ambiente natural, mas também com o meio ambiente material ou construído. Cada ambiente desperta um sentimento que varia de acordo com o tempo de contato e o jeito que a pessoa tomou a experiência, o que varia de um simples contato e lembrança sem muito sentimento até uma nostalgia e lembranças incessantes com vontade intensa de sempre retornar ao lugar. Para o autor, “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir

como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (ibidem, p. 129).

É interessante notar que quando pedimos à alguém para dizer o que é a natureza, as respostas mais comuns concentram-se naquilo que poderia ser considerado não urbano, ou seja, animais selvagens e florestas, por exemplo. Mas a natureza, segundo Tuan (1980), também é constituída pelo ser humano e o “*continuun*” (p. 17). Ao excluir o ser humano do natural, somos eximidos de uma equiparidade com o mundo, tornando-nos dominadores daquilo que existe, licenciando atrocidades ao meio ambiente, em nome de mais desenvolvimento e lucro, que não deveriam ser consideradas sensatas. Portanto, quando perguntamos para uma pessoa se ela faz parte da natureza, nem sempre a resposta vai ser positiva pois, para ela, nós somos “animais racionais” enquanto o natural “não pensa”. Já o *continuun* para o autor, é a representação do ar, da temperatura, ou seja, aquilo que seria inanimado. Certamente esses elementos são quase sempre dispensados do pensamento do que seja o mundo natural, por fazerem parte do nosso cotidiano. Essa é uma discussão longa e importante, mas para os termos deste trabalho vale apenas salientar que, ao falar de natureza, devemos entender que este é um conceito também construído historicamente, ou seja, precisamos situá-lo no tempo e no espaço para poder compreender o sentido que está sendo-lhe atribuído.

A afetividade com um lugar é muitas vezes expressa através da escrita. Poetas narram suas vivências e saudades como a Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, cronistas escrevem sobre o cotidiano urbano em diversos jornais, escritores publicam livros contando sobre viagens que os marcaram, enfim, há uma gama enorme de textos com a capacidade de nos transportar para determinado lugar, tornando quem lê cúmplice dos sentimentos do autor (BARBOSA, 2010). No caso das entrevistas, é possível observar as falas das pessoas, seus sentimentos expostos na gravação, pois os depoimentos são realizados na hora, sem muito tempo para pensar. A tentativa de fazer transparecer isso através a transcrição e logo após a escrita na dissertação, nem sempre é possível.

Voltando às entrevistas, a pergunta seguinte foi sobre a canalização do arroio, mesmo se ocorreu de forma parcial.

David lembra que o Pilão de Pedra era muito falado em sua época de infância, mas ninguém o via. O mesmo recorda que sua nascente ficava próxima da avenida e que foi por volta da década de 1930, na gestão de Manoel Ribas, que foram feitas galeria com pedras. David diz que o caminho do arroio ia em direção ao curtume mais abaixo no caminho, o mesmo do pai de Luiz. O entrevistado viu o arroio aberto apenas uma vez, quando ele começou a dar problemas e foi preciso substituir alguns canos para melhor vazão do esgoto que era despejado devido crescimento urbano, nas palavras de David, “precisava atualizar o esgoto, por canos maiores e tal”. Da avenida, ele seguia pelo Ponto Azul em direção ao Cine Império, indo em direção ao curtume já citado e seguia seu caminho.

Jacy não tem muitas lembranças sobre a canalização, como ela ocorreu com precisão, pois segundo a entrevistada, foi por volta de 1990 quando colocaram o asfalto na rua. Mas isso era um desejo dela, porque, em suas palavras ‘agora eu gostaria que alguém que manda conseguisse fazer isso aí né’. Mais que isso, ela ainda afirma que “melhora pra gente né. Inclusive meu esgoto sai lá porque a Sanepar disse que não podia fazer, eles disseram que não pode fazer ‘rabixo’, que tinha que sair na rua. Mas o esgoto não sobe e esse foi o maior problema”.

Anasthazia diz que o arroio vem por debaixo do Cine Império, sendo canalizado até a Rua Catão Monclaro. Na sua percepção, a cidade crescia em direção a sua moradia, havendo cada vez mais casas sendo construídas e a necessidade de uma canalização para despejar o esgoto era imprescindível. Até o curtume, o arroio foi canalizado, com apenas alguns trechos em meio a mata que não. Do estabelecimento em diante ele corre em meio a mata ciliar.

Segundo Luiz, abaixo da sua casa há uma galeria que deixa o arroio “comportado” e fora da vista da população, composta também por placas e por cima a terra. O curtume foi escolhido pela proximidade do rio, seu avô usou o espaço para criar o lugar quando veio do norte do estado. Chegando em Ponta Grossa, encontrou um sócio para poder realizar o empreendimento que curtia pelegos. Quando o sócio o deixou, o negócio continuou em frente. Em 1943 o avô faleceu e passou para seu pai e finalmente para Luiz. Sua maior lembrança eram pequenas “represas”, rodas d’água que existiam próximo ao arroio da Universidade, tributário do Pilão de Pedra, que mantinham uma fábrica de

salames, uma mercearia e um lugar para charqueada. Essa “represa” não teve uma data especificada pelo entrevistado, mas ele afirma que depois de um certo tempo, tudo acabou, provavelmente pela necessidade de sair das proximidades do contexto urbano.

A percepção que os entrevistados tem do arroio ficou marcada de forma mais perdurável no momento que a sua presença mexeu com o cotidiano dos mesmos. A canalização veio para mudar a rotina da paisagem à qual os moradores estavam acostumados seja para melhor, seja para pior. Se lembrarmos novamente de Tuan (1980), sinais e símbolos são peculiares do ser humano, e essa arquitetura das formas artificiais da natureza formaram um domo de proteção tornando o convívio com o natural mais agradável. Assim, pode-se afirmar que "duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente" (p. 6).

Para Barbosa (2010), a identificação que os moradores possuem com o lugar depende muito da imagem que eles criam dele, ou seja, quanto maior o laço afetivo, mais reconhecida e pertencente a pessoa se sentirá dentro daquele espaço. Essa identidade varia de acordo com a idade dos indivíduos envolvidos, pois um morador que cresceu brincando nas proximidades dos arroios, vivia pescando neles tem uma visão e um elo que não serão os mesmos que seus filhos terão. Com o aumento da poluição, a visão da próxima geração será diferente daquela que o pai teve, não possuindo uma identidade local forte. Portanto, “pode-se concluir, que apesar do sentimento pelo lugar ser grandemente influenciado pela disponibilidade e pela satisfação dos laços interpessoais, não depende inteiramente da rede social.” (TUAN, 1980, p. 249)

O fato é que quando falamos de lugar, este não deve ser visto apenas como uma categoria acadêmica ou mesmo um simples conceito geográfico, muito menos como “um palco onde a sociedade constrói sua história” (DIONÍSIO, 2011, p. 7). O lugar, na verdade, é apenas um pedaço do espaço e, neste pedaço, ocorrem as mais diversas formas de laços interativos e afetivos decorrentes da subjetividade das pessoas envolvidas, contribuindo para o sentimento de topofilia.

Na dinâmica das entrevistas, determinadas perguntas fazem a pessoa remeter ao seu passado, reconhecendo-se em suas histórias de vida e

trazendo significados ao presente (BARBOSA, 2010). As duas últimas perguntas diziam respeito ao significado do arroio para a vida do morador e se ele gostaria e contar algo mais que não foi perguntado.

David conta que nas proximidades dos arroios não existiam ocupações irregulares, os moradores construía suas casas longe das margens e utilizavam os arroios para lavar roupa, diversão e um ou outro tipo de emprego. Para David, hoje o arroio não existe mais por estar canalizado e haver ruas asfaltadas por sua volta. Conta que as famílias iam pescar e passar uma tarde de lazer nas suas margens. Relata que costumava ir com a sua família fazer piquenique, “iam cedo ali por 10 horas chegavam no local, estendiam a toalha, limpavam ali o gramadinho né o pais organizavam ali com a cadeirinha e abrir e daí a gente ficava brincando, chutando bola, trepando na árvore”. Esses eventos eram comuns entre as décadas de 1940 e 1950. A partir de então, as pessoas começaram a construir muitas casas e começaram a canalizar o arroio. O poder público procurava os arroios próximos da cidade e canalizavam, asfaltavam e permitiam a construção de moradias. Para David, ocorreu “do progresso invadir e haver necessidade de canalizar e acabar com as coisas”.

Quando o entrevistado cita que não haviam ocupações irregulares ao redor e que as famílias iam desfrutar do lazer, é possível afirmar que os arroios representavam uma certa liberdade em relação à própria cidade. A partir do momento que ocorre a impermeabilização das ruas, a canalização dos arroios e a construção de casas em suas margens, tudo licenciado pelo poder público para levar progresso aos habitantes, o hábito de frequentar os córregos começa a se tornar menos civilizados. Tal ação foi percebida de forma diferente pela moradora Jacy, que diz que “a gente sempre queria que não tivesse isso ali, né”, vendo o arroio como um empecilho à sua vida e aprovando a canalização e a chegada da modernidade.

Jacy, por outro lado, conta que “quando minhas meninas eram pequenas, essa água não era suja, era limpa até, sabe...”. E continua dizendo que os poucos moradores dali não jogavam lixo no arroio, mas com o passar dos anos, quando foi “melhorando a coisa”, começaram a jogar mais o esgoto no corpo d’água e a situação mudou. A moradora recorda que a filhas brincavam com a água, galhos e outros materiais junto com os filhos dos outros

vizinhos. A entrevistada conta do progresso que ocorreu nas proximidades com a chegada de ruas, facilitando a locomoção para a cidade. Por fim ela afirma que “agora eu olho assim e tenho amor nesse lugar, porque quantos anos, né? Então eu gosto daqui”. Jacy divide-se entre um sentimento de repulsa e ao mesmo tempo apreço pelo arroio. Ou seja, percebe-se em sua fala um prazer em viver no local ao mesmo tempo que a pessoa tem apego pelas formas naturais e artificiais. Mais que isso, a moradora entende que ali é o seu lar que remete ao passado que suas filhas brincavam, dando a todo o conjunto, da casa e do arroio, um sentimento de posse.

Anasthazia diz que o maior período de expansão do urbano ocorreu por volta de 1965, período que ela não morava na cidade, tendo se mudado para Curitiba. No seu tempo antes ir embora, ela diz que haviam poucas casas, e com a ampliação da ferrovia, muitos ferroviários começaram a alugar moradias próximas. Com isso, por volta de 1950 começou a poluição do arroio. Para a entrevistada, o arroio “é uma lembrança né do passado, que até hoje tá ai mas eu acho que deviam cuida, limpa”. Ela ainda diz que “hoje tá bem ruinzinho, hoje tá bem feinho [...] é onde ele tá hoje né...”. O arroio era visto como uma divisa entre dois bairros, e que era de difícil transposição.

Luiz diz que a própria população estragou o arroio jogando o esgoto nele, tornando a água limpa fétida. Ele conta que seu pai extraía areia do arroio para vender aos vizinhos, tirando uma renda disso. Entretanto, com o despejo de esgoto, essa areia começou a perder qualidade por conter muita matéria orgânica, encerrando o negócio de seu pai.

Com a ampliação da degradação dos arroios, aos poucos eles foram se tornando locais proibidos, pois “na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado” (TUAN, 1980, p. 110). Os entrevistados sentem falta de uma certa liberdade de trânsito pelos arroios, pois suas vidas passaram por suas águas e hoje não podem fazer nada mais que recordar do tempo de jovens.

Certamente, deve-se levar em consideração que nem todos os grupos sociais ou pessoas têm o mesmo sentimento pelo lugar, já que o mesmo pode ter sido visto de formas diferentes por pessoas diferentes, pois, como afirma Ribas *et al* (2010, p. 186), “cada um de nós é uma lente exclusiva, fundamentada e polida por temperamento e educação. Nossas respostas à

natureza e ao mundo são tão diversas quanto nossas personalidades”. Para Rêgo e Fernandes (2012), os filtros de percepção que o ser humano utiliza para cada ambiente vivido é determinado pelo grau de afetividade e envolvimento que a mesma possui com o ambiente. Já para Tuan,

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos "cultura" e "meio ambiente" se superpõem do mesmo modo que os conceitos "homem" e "natureza". (1980, p. 68)

A vida urbana do século XX experimentou, na primeira metade, um processo lento de urbanização e progresso, acentuado após a década de 1950, tanto em Ponta Grossa quanto no Brasil. As pessoas começaram a intensificar a concentração nas cidades,

aliadas a esta dinâmica, acrescente-se a artificialização e a crescente compactação das paisagens urbanas. Estes fatos levantam questionamentos sobre a qualidade de vida e a percepção que os cidadãos urbanistas têm da presença da natureza nestes aglomerados, uma natureza aqui entendida como áreas verdes ou, em sentido mais lato, o patrimônio natural de uma cidade. (RÊGO E FERNANDES, 2012, p. 12)

Com o crescimento das cidades, o morador acostumado a viver nas proximidades dos arroios e das matas, num ambiente dito “bucólico e romântico de baixas densidades” (Ibidem, p. 15), começou a ver a paisagem se transformar. Cidades que mais lembravam o campo, em função dos cavalos, porcos e vacas que perambulavam pelas insipientes ruas, foram gradualmente se metamorfoseando e dando margem às “selvas de pedra”.

Como podemos ver no depoimentos dos entrevistados, quando visitavam o centro, os moradores percebiam muito mais a expansão da cidade para a modernidade através da velocidade dos acontecimentos, em especial a partir do momento que as ruas próximas de suas casas começaram a receber mais casas, chegando mais pessoas para morar. E como o “crescimento suburbano não é planejado e é uma etapa da expansão” (TUAN, 1980, p. 279),

as casas “surgiam” de forma rápida e intensa, prejudicando na mesma intensidade os arroios que recebiam seus esgotos.

A cidade moderna possui inúmeros tipos de ambientes, vários bairros muito diferentes entre si que expressam uma forma curiosa por dividir as pessoas com diferentes características, por exemplo, bairros mais ricos e mais pobres. Se houver uma inversão onde um habitante troque de lugar com o outro, a estranheza e os sentimentos certamente não serão os mesmos. As pessoas, via de regra, não compartilham os mesmos sentimentos fora de seus respectivos espaços, havendo um estranhamento do novo lugar. Mas mesmo dentro dos bairros, os moradores nem sempre nutrem o mesmo sentimento por certos espaços. Perante um arroio, por exemplo, onde alguns veem um esgoto a céu aberto, outros lembram sobre o passado limpo do corpo d’água. Ou seja, há uma carga significativa de subjetividade na avaliação que as pessoas fazem de cada espaço.

Para que surjam elos e interações com um lugar, é preciso que as relações levem um certo tempo de vivência e convivência. Assim, uma rápida passagem nem sempre proporcionará um sentimento maior, por exemplo, uma pessoa que ficou apenas algumas horas próxima ao rio dificilmente sentirá algo mais profundo por aquele lugar. Entretanto, se ela voltar mais vezes, observar o pôr do sol, se banhar nas águas, há boas chances que o sentimento de afinidade com o lugar se torne mais forte. O mesmo pode ser dito de um arroio. Quando um morador novo chega para construir sua casa, pode não ter encontrado outro lugar para morar. Com o passar do tempo, aquele lugar irá se tornando mais parte da pessoa fazendo com que ela crie tanto uma topofilia ou até mesmo uma topofobia. “É fundamental que ocorra um longo tempo, possibilitando que o contato do indivíduo com o meio que o cerca possa ter um denso envolvimento” (DIONÍSIO, 2011, p. 4-5), ou ainda, para que seja estabelecida uma familiarização com aquilo tudo (TUAN, 1980).

Além dos idosos, foi entrevistado um morador que vive nas proximidades de outro arroio, tendo visões semelhantes aos entrevistados acima.

Wanderley Ribeiro Rodrigues de Almeida nasceu em 1970, nascido e criado ao lado do arroio da Prancha (figura 39).

Figura 39: Localização da cada de Wanderley em relação ao arroio.



Org. BOHATCH. T. L. S. 2016.

Ao contar um pouco de sua vida, o entrevistado diz que sua infância foi trabalhar junto com o pai, desde os 7 anos enquanto ele ajudava em casa, sua irmã estudava. Com a perda do pai, as coisas ficaram mais difíceis, pois sua mãe tinha que sustentar a casa com sua ajuda. Questionado sobre como era a cidade na década de 1970, ele lembra dos ônibus que paravam no Ponto Azul, da população que era menor, que ia frequentemente no Cine Império.

Após uma breve fala, o entrevistado foi questionado sobre o arroio que mora próximo, se tinha alguma lembrança.

Wanderley disse que sempre viveu ao lado dele, quando tinha um tempo livre, ia nadar no arroio, que era limpo e sem depósito de resíduos das casas. O entrevistado ainda conta que depois canalizaram uma grande parte e começaram a depositar esgoto, passando ao lado de sua casa. Com uma certa consciência, ele diz que hoje é proibido canalizar arroios, por outro lado questiona: “mas até quando o povo vai viver com isso ai, um esgoto a céu aberto... então é complicado. No tempo que era arroio mesmo, era lugar de pescaria [...] dava peixe”.

É notável como tanto as pessoas mais velhas quanto as mais novas ressignificaram o arroio. Os entrevistados normalmente referem-se como

esgoto e, em suas lembranças, falam “no tempo que era arroio, agora é esgoto” como se o corpo d’água mudasse sua verdadeira forma. Certamente o problema da canalização e do despejo de esgoto o poluem, mas mesmo assim, um arroio sempre será um arroio.

A respeito da canalização, o entrevistado não tem certeza da data, mas afirma ter ocorrido por volta de 1990 aproximadamente. Ao ser questionado sobre o significado do arroio, ele diz “o significado é que virou esgoto né, uma pena né...”. Em sua concepção, a melhor opção para o poder público seria a canalização total, pois a população o polui e o poder público não tomou nenhuma providência. Além disso, ele lembra do tempo de infância, e lamenta tal situação, porque “se fosse [limpo] até hoje, igual tem os meus netos, tudo poderiam aproveitar né”. Para Wanderley, o arroio “foi algo que ficou na memória”.

Ao realizar as entrevistas, levou-se em conta o que Barbosa (2010) comenta, pois os acontecimentos vividos pelas pessoas, aqueles que as marcaram de alguma forma, estão diretamente ligados ao lugar do acontecimento. Por exemplo, ao perguntar dos arroios, sobre seu significado para os entrevistados, a afetividade ou repulsa está direcionada ao tempo que a pessoa vive ali como “vizinho” do corpo d’água, criando uma identidade local. Isso mostra uma importante concepção dos moradores em relação ao ambiente que os circunda, especialmente com a interação ali existente, mostrando uma “diferença entre descrito e estudado, e o vivido e experienciado” (RAUBER e GUARIM NETO, 2012, p. 134). Segundo Ribas *et al* (2010), o ser humano valoriza sentimentos, lugares e os espaços através de questões tanto biológicas quanto culturais e de cunho histórico, o que complementa Tuan (1980), ou seja, que essa percepção humana é uma atividade que constantemente deve ser exercitada através dos órgãos dos sentidos, caso contrário, “é possível ter olhos e não ver, ouvidos e não ouvir” (p.14).

Assim, a entrevista não deve ser diferenciada de um documento escrito, já que ambos devem ser postos a prova de fiabilidade, entretanto, a oral pode revelar informações jamais imaginadas e que dificilmente poderíamos conseguir sem uma boa conversa (AMADO, 1995). Por fim, a entrevista nos

revela um lado que muitos não conhecem dessas pessoas, histórias que não são facilmente encontradas em documentos.

Quando realizamos uma narrativa, são expostos, segundo Pollak (1992) acontecimentos vividos pelo indivíduo. Ao longo de nossas vidas, passamos por diversas situações que marcam nossos pensamentos, situações boas e ruins que ficam gravadas na mente. Além das experiências pessoais, existem as experiências que “vivemos por tabela” (ibidem, p. 2). Essa vivência reflete algum acontecimento que a pessoa não experimentou, mas o grupo ou parente dela viveu e ela sente-se pertencente a isto. Podemos exemplificar com uma pessoa que nunca frequentou um arroio, nunca nadou neste, mas de tanto ouvir seus pais contando da infância, de como eles se divertiam, esta pessoa pode acreditar piamente que esteve lá, banhando-se nas águas límpidas. O autor continua dizendo que as pessoas e personagens também formam nossas memórias, os quais podemos ter encontrado ao longo de nossas vidas, convivido, conversado ou, em outras vezes, apenas ouvido falar sem mesmo termos conhecido e pensarmos que estivemos no mesmo lugar que elas. Por fim, “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (ibidem, p. 2-3).

A história oral permite que o entrevistador analise as interações entre pessoas e grupos, através do relato dos mesmos, e questione as versões declaradas oficiais (ALBERTI, 2005, p. 165). Devemos levar em conta que a memória das pessoas é formada através de construção social, suas relações com os outros é necessária para a construção de identidade pessoal e do grupo (MENESES, 1992, p. 22). Então, o historiador, ao realizar uma entrevista, deve ter em mente que não são fontes que pegamos e lemos, são pessoas com suas mais variadas vivências, que dedicam seu tempo para dizer um pedaço de sua história (FERREIRA, 1994). Podemos compreender, dessa forma, que uma entrevista é muito mais que um simples documentos que empilhamos no meio de vários outros, é muito além disso, pois estimula “a conscientização, histórica e social” (ALBERTI *et al*, 2000, p. 65).

Os arroios de Ponta Grossa ainda estão lá, agora canalizados, invisibilizados e quase sempre mal tratados, assim como ainda estão também límpidos e divertidos na memória de quem pode aproveitá-los no passado.

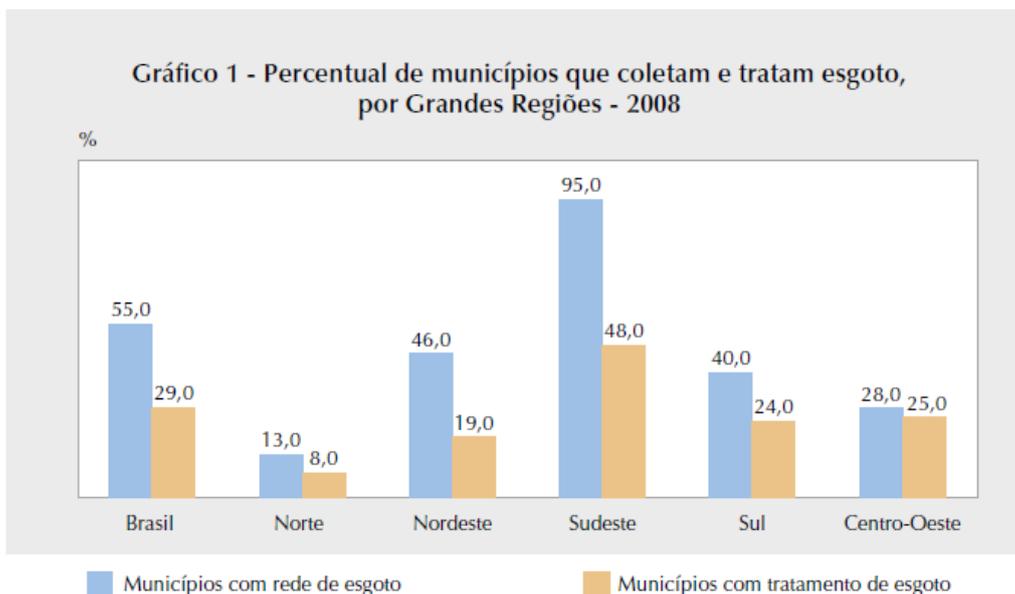
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve o objetivo de mostrar como o processo de expansão de Ponta Grossa afetou os arroios e a relação da população com a água. Para mostrarmos que essas mudanças não caracterizaram um caso isolado, buscamos uma comparação com Curitiba, a capital e principal referências para os demais municípios do estado em relação à gestão pública.

Ao falarmos em crescimento urbano, atualmente muitas pessoas não tem ideia de como isso ocorre. Se perguntarmos sobre qual a importância de um chafariz para uma cidade, certamente a primeira coisa que viria à mente é o embelezamento urbano. Aquilo que era uma das construções mais valiosas para a população um século atrás, hoje não passa de um adorno ou marco histórico (ainda que desconhecido) da cidade. Podemos falar o mesmo da água, a qual era tão valiosa por ser escassa, hoje vem quase sempre de forma abundante pela torneira e também quase sempre desperdiçada de forma irresponsável.

A água, após chegar nas casas e ser usada, precisa ser descartada e ir para longe da cidade. Nos anos de 1920, poucas cidades do Brasil tinham saneamento e água encanada. Podemos ver no gráfico 1 que a situação teve uma melhora considerável, passando de 9,4% das cidades para 55%.

Gráfico 1: Rede de Esgoto



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008

Podemos notar que existe uma disparidade entre a quantidade de rede de esgoto em relação ao tratamento do mesmo. Em muitas partes do país, passando quase um século desde os dados estatísticos de 1920, apenas na Região Sudeste os municípios ultrapassam de longe 50% das cidades com esgotamento, entretanto, somente quase metade possui tratamento. Ao vermos a situação da Região Sul, menos da metade das cidades possuem uma rede de esgoto, enquanto quase $\frac{1}{4}$ tem tratamento.

Na tabela 3 podemos verificar a situação por estado. O Paraná possui 399 municípios, dos quais 167, ou 42%, possuem coleta de esgoto e 163, ou 41%, contam com um tratamento adequado dos resíduos dispensados pela população. Quando verificamos estes dados, fica óbvio que ainda existem despejos de resíduos sem tratamento em rios e arroios. Apesar dos avanços, essa prática persiste. E vale lembrar que a situação de tratamento de esgoto, quando existe, não é algo antigo, o processo se deu de forma lenta nos municípios após a década de 1950, quando houve uma aceleração nos processos de urbanização, e nunca foi prioridade nas políticas públicas.

Tabela 3: Saneamento no Brasil.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Percentual (%)	
		Com coleta de esgoto	Com tratamento de esgoto
Brasil	5 564	55,0	29,0
Norte	449	13,0	8,0
Rondônia	52	10,0	4,0
Acre	22	27,0	18,0
Amazonas	62	18,0	5,0
Roraima	15	40,0	13,0
Pará	143	6,0	4,0
Amapá	16	31,0	13,0
Tocantins	139	13,0	11,0
Nordeste	1 793	46,0	19,0
Maranhão	217	6,0	1,0
Piauí	223	4,0	2,0
Ceará	184	70,0	49,0
Rio Grande do Norte	167	35,0	23,0
Paraíba	223	73,0	20,0
Pernambuco	185	88,0	28,0
Alagoas	102	41,0	17,0
Sergipe	75	35,0	9,0
Bahia	417	51,0	20,0
Sudeste	1 668	95,0	48,0
Minas Gerais	853	92,0	23,0
Espírito Santo	78	97,0	69,0
Rio de Janeiro	92	92,0	59,0
São Paulo	645	100,0	78,0
Sul	1 188	40,0	24,0
Paraná	399	42,0	41,0
Santa Catarina	293	35,0	16,0
Rio Grande do Sul	496	41,0	15,0
Centro-Oeste	466	28,0	25,0
Mato Grosso do Sul	78	45,0	44,0
Mato Grosso	141	19,0	16,0
Goiás	246	28,0	24,0
Distrito Federal	1	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

A pesquisa com dados estatísticos mostra como o processo ocorreu, mas com as entrevistas feitas com moradores de alguns arroios foi possível exemplificar de forma mais concreta o que é o sentimento de uma pessoa pelo lugar. A transformação de um arroio, o qual era um lugar de lazer e frequentado por moradores, onde crianças brincavam, para descarga de água suja e esgoto é uma triste realidade.

Outras investigações que priorizem o período após 1950, quando ocorreu o início da favelização em Ponta Grossa, por exemplo, podem focar em diversos temas que ampliem e complementem essa pesquisa, como o processo sofrido por diversos arroios nesse contexto, as medidas tomadas pelo poder público, entre outros.

Ao término deste trabalho, percebo que consegui levantar mais questionamentos, além daqueles que já tinha, e isso muito em função da inexistência de diversos documentos públicos, perdidos e/ou destruídos junto com uma parte importante da história e Ponta Grossa. O fazer da pesquisa histórica implica em buscar documentos que talvez não existam, verificar fontes que podem não levar ao que queremos, conversar com pessoas que digam o que não seja o que queríamos escutar. Mas todo esse percurso da pesquisa em si abre a nossa cabeça para um novo entendimento do que é o processo histórico e nos permite avaliar o momento presente, o cotidiano da nossas cidades, as prioridades dos governantes, nossas relações com o mundo natural de uma forma mais consciente.

FONTES

Acervo de documentos da Casa da Memória de Ponta Grossa;

Acervo de fotografias da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR);

Arquivos do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio da Diretoria Geral de Estatísticas de 1929 e 1930;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Jornal O progresso/Diário dos Campos. Edições de 1909 à 1950;

Documentos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatísticas, 1930;

PONTA GROSSA, Álbum de Ponta Grossa. 1936;

PONTA GROSSA, Inventário Cine Ópera de 2012;

PONTA GROSSA. Código de Posturas. Decreto-Lei Nº 1, de 2 de Janeiro de 1939. Acervo do Museu Campos Gerais;

PONTA GROSSA. Leis e Decretos Municipais;

PONTA GROSSA. Novo Código de Posturas Municipais: Regulamento de Pesos e Medidas, categoria dos negociantes. Ponta Grossa: Oficinas da Livraria Modelo, 1915. Acervo da Casa da Memória Paraná.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 155-202.
- ALBERTI, V., FERNANDES, T.M., FERREIRA, M.M., (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.
- ALMEIDA G. C. *A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais*. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo.
- AMADO, J. O *Grande Mentiroso*: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*. São Paulo, n.14, 1995, p. 125-136.
- ARRAIS, R. P. A.. *O rio da memória*: os rios da cidade do Recife e os intelectuais recifenses da primeira metade do século XX. In: ARRUDA, G. (org.) *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. vol. 1, p. 73-94.
- ARRUDA, G. (Org.) *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba, ed. UFPR, v. 1, 280p. 2008.
- BARBOSA, I. C. *A experiência humana e o ato de narrar*. Paul Ricoeur e o lugar da interpretação. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 17, num. 33. São Paulo: ANPUH/Ed. Unijuí, 1997.
- BARBOSA, L. M.. *Topofilia, memória e identidade na vila do iapi em Porto*. Para onde!? (UFRGS), v. 7, p. 76-90, 2010.
- BERTUCCI, L. M. *A tese da construção do 'povo brasileiro' nos anos 1910*. In: XIX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Setor de Educação - UFPR, 2005, Curitiba. Anais XIX Semana de Ensino Pesquisa e Extensão. Curitiba: SE-UFPR, 2005. v. 1. p. 1-9.
- BONDARIK, R.; KOVALESKI, J. L.; PILATTI, L. A. *A Produção de Erva-Mate e a Iniciação Industrial do Paraná*. In: 19º Congresso Internacional de Administração de Empresas / ADM-2006, 2006, Ponta Grossa-Pr. Anais do 19º Congresso Internacional de Administração de Empresas / ADM-2006. Ponta Grossa: UEPG, 2006.
- BORTOLOTO. M. *Glossário de Geografia*. UFMG, Minas Gerais, p. 178, 2009.
- CHAMA, G. V. F. *Ponta Grossa: O povo, a cidade e o poder*. Ponta Grossa, SMEC, 1988.
- CANÇADO, A. *Majestades da Cidade Princesa: Concurso Rainha da Soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980)*, 2008, 319f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

CANTO JR. A. *Menina dos meus olhos*. Ponta Grossa, editora UEPG, 1985, 60p.

CARVALHO, A. S. *Curitiba, imagem do planejamento, ou planejamento da imagem?* Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 99 p. 2008.

CASTILHO. D. *Os sentidos da modernização*. Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 30, p. 125-140, 2010.

CASTRO, M. I. M. *Reflexões sobre história ambiental*. Universitas-FACE/ História, Brasília, v. 1, p. 25 – 43, 2003

CHAMA, G. V. F. *Ponta Grossa: O povo, a cidade e o poder*. Ponta Grossa, SMEC, 1988.

CHAVES, N. B. A Cidade Civilizada: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL C, H, M; LÖWEN SAHR C. L.; (Org.). *Espaço e Cultura*. Ponta Grossa: UEPG, 2001, v. 1, p. 65-76

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*, São Paulo, ed. Ática, 95 p. 1989.

CRUZETTA, F. C. *Rememorações da cidade de Curitiba: visões do progresso nas décadas iniciais do século XX*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, 50 f.

DE PAULI, L. *Uma História Ambiental dos Mananciais da Serra do Mar. O abastecimento de água para Curitiba (1870-1929)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em < <https://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acessado em 06 nov 2016.

DIONISIO, P. M. F. *A Construção do Sentimento Topofílico: o Enfoque sobre o sub-bairro de Amovila (Vista-Alegre) município do Rio de Janeiro*. In: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2011, Costa Rica. XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL 2011, 2011.

DITZEL, C. H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Org.) . *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2001. v. 1. 520p

DITZEL, C. de H. M. *Imaginários e representações: o Integralismo dos Campos Gerais (1932-1955)*. 305 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

DRUMMOND, J. A. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 177 – 197, 1991.

- FERREIRA, M. M. *História oral e multidisciplinariedade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo. 5^o ed. Ed. Loyola, 1999, 79 p.
- GÓIS JUNIOR, E. *Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX*. Movimento (UFRGS. Impresso), v. 19, p. 139-159, 2013.
- GOIRIS, F. A. J. *Estado e Política: A história de Ponta Grossa, Paraná*. 1. ed. Ponta Grossa: Gráfica e editora Planeta, 2013. v. 1. 274p;
- GUERRA, A. T. *Dicionário Geológico Geomorfológico*, Rio de Janeiro 8^a ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1993, 446 p.
- GUIMARÃES, A. *Álbum de Ponta Grossa 1936*, Curitiba, Imprensa paranaense, 1936, 113 p.
- GUIMARÃES A, J, A.; CARVALHO, D. F.; SILVA, L. D. B. *Saneamento básico*, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>> acessado em: 28 abr. 2016.
- HOLANDA, V. C. C.. Urbanização brasileira: um olhar pelos interstícios das configurações espaciais seletivas. In: MARIA JÚNIOR, M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. (org.). *Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: sobral e região em foco*. 1^a ed. Sobral: eduece, 2010, v. , p. 253-272.
- LEFEBVR E, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, ed. UFMG, 1999, 176p.
- LE GOFF, J. *Antigo/moderno*. In: ROMANO, R. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. Volume 1 Memória – História, p. 370-392.
- LIBLIK, C. S. F. K. *Discurso higienista e surtos epidêmicos: medicalização em uma cidade disciplinar, Curitiba 1890 – 1910*. 60f. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- LOWEN, C. S. *Favelas: um aspecto da Expansão Urbana de Ponta Grossa – PR*. 1990. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro – SP, 1990.
- MACIEL, M. E. *A eugenia no Brasil*. Anos 90, Porto Alegre, RS, v. n^o 11, p. 121-143, 1999
- MENDONÇA, T. *Urbanização brasileira*, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, 16 p., 2011.

- MENEZES, U. T. B. *A História, cativa da memória?* In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 34. São Paulo, 1992.
- MONASTIRSKY L. B. *Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa*. 1997. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- PEREIRA M. A. M. *Discurso burocrático e normatização urbana e populacional em Curitiba no início do século. XX*. Revista de História Regional 5:38-66, Verão 2000.
- PEREIRA, R. M. *Modernização do espaço urbano de Batatais: o Código de Postura de 1894*. História e Perspectiva, Uberlândia, n. 32/33, p. 245 – 271, 2005
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- PONTES. F. S. GADINI. S. L. *Mídia História e Memória dos Campos Gerais do Paraná*. Breve Análise Histórica dos Jornalismo Impresso na Cidade de Ponta Grossa. In: 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005, Novo Hamburgo. 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho., 2005.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, São Paulo, n. 14, p.25-39, fev. 1997.
- RAUBER, S. C.; GUARIM NETO, G. Percepção ambiental de um grupo de moradores de Sinop-MT: reflexões sobre o vivido e o porvir. Revista ECS - Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, p. 123-138, 2012.
- REGO, G. S. M. M.; FERNANDES, J. L. J. *A topofilia dos cidadãos para com o patrimônio natural urbano: O caso da cidade de Coimbra*. Geotextos, v. 8, p. 11-32, 2012
- RIBAS, A. ; SCHMID, A. ; RONCONI, E. ; NAZARENO, E. R. *Topofilia, conforto ambiental e o ruído urbano como risco ambiental: a percepção de moradores dos Setores Especiais Estruturais da cidade de Curitiba*. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 21, p. 183-199, 2010.
- RICOEUR, P. *A memória exercitada: uso e abuso*. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, 2007.
- _____. *História e tempo*. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, 2007.
- _____. *Memória e imaginação*. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, 2007.
- SAMUEL, R. *Teatros de memória*. Projeto História, 14, São Paulo, Educ, fev. 1997, p.44.

SARLO, B. *A retórica testemunhal*. In: Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMACHTENBERG, R. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre - RS. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. Porto Alegre - RS: ANPUH-RS, 2008. v. 1. p. 1-13.

SCHWARTZMAN, S. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Augurium Editora, 2004. v. 1. 239p;

SILVA, L. *A ideia de progresso da humanidade: uma análise da Filosofia da História em Kant e Bobbio*. Construindo Direito, v. 1, p. 25-41, 2010.

SIQUEIRA, M. P. S. *A cidade e a urbanização no ideário da modernidade republicana*. In: II Seminário Nacional de História e Historiografia, 2008, Mariana/UFOP. Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tradições historiográficas modernas, 11 p. 2008.

SIQUEIRA, M. P. S. *Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro*. Revista de História, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 25, p. 10-25, 2010.

SOUZA, D. A. *Das bicas d'água a implantação do sistema público de abastecimento em Ponta Grossa*. 2000, Monografia, 0 f . (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Patrimonial 2ª Turma) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2000.

TUAN Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980;

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*, São Paulo, Unesp, 420 p. 2011.

WORSTER, D. Pensando como um rio. In: ARRUDA, G. (org.) *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. vol. 1, p. 27 - 45.

ZORRAQUINO, L. F. D. *O processo de urbanização brasileiro e a formação de suas metrópoles*. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2005;

ZULIAN, R. W. *A semente de uma grande cidade: uma leitura dos discursos construídos sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa (PR)*. Revista de História Regional, v. 14, p. 1060, 2009.